



CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2018

**ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA
ESPECIALIDADE OFICIAL DE JUSTIÇA
AVALIADOR FEDERAL**

NÍVEL SUPERIOR

MANHÃ

Nome do Candidato _____

Inscrição _____



COMPOSIÇÃO DO CADERNO

Discursiva - Estudo de Caso 01

Língua Portuguesa 01 a 15

Legislação 16 a 20

Noções sobre Direitos das
Pessoas com Deficiência 21 a 25

Noções de Informática 26 a 30

Conhecimentos Específicos 31 a 60



INSTRUÇÕES

- Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas e na Versão Definitiva da Discursiva. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração, e se o cargo corresponde àquele para o qual você se inscreveu. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência, comunique ao fiscal.
- Os únicos documentos válidos para avaliação são a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Discursiva. Só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta para transcrição da Versão Definitiva da Discursiva e para o preenchimento da Folha de Respostas, que deve ser preenchida da seguinte maneira: ●
- O prazo de realização da prova é de 4 (quatro) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas e a transcrição da Versão Definitiva da Discursiva. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o caderno de questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
- Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.
- Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Discursiva, devidamente preenchidas e assinadas. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.
- As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AOCB - www.institutoaocp.org.br, no dia posterior à aplicação da prova.
- O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

PROVA

01

**LEMBRE-SE DE MARCAR O NÚMERO
CORRESPONDENTE À SUA PROVA NA
FOLHA DE RESPOSTAS!**

INSTRUÇÕES

A Prova Discursiva - Estudo de Caso será avaliada considerando-se os seguintes aspectos:

1. Atendimento ao tema proposto na questão;
2. Conhecimento técnico-científico sobre a matéria;
3. Clareza de argumentação/senso crítico em relação ao tema proposto na questão;
4. Utilização adequada da Língua Portuguesa.

O candidato terá sua Prova Discursiva - Estudo de Caso avaliada com nota 0 (zero) em caso de:

- a. não atender ao Tema do Estudo de Caso proposto e ao conteúdo avaliado;
 - b. manuscruver em letra ilegível ou grafar por outro meio que não o determinado no Edital;
 - c. apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
 - d. redigir seu texto a lápis, ou à tinta em cor diferente de azul ou preta;
 - e. não apresentar a questão redigida na Folha da Versão Definitiva ou entregá-la em branco;
 - f. apresentar identificação, em local indevido, de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).
- **A Folha da Versão Definitiva será o único documento válido para a avaliação da Prova Discursiva. As folhas para rascunho, no caderno de questões, são de preenchimento facultativo e não valerão para a finalidade de avaliação da Prova Discursiva.**
 - **O candidato disporá de, no mínimo, 20 (vinte) linhas e, no máximo, 30 (trinta) linhas para elaborar a resposta da questão, sendo desconsiderado para efeito de avaliação qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão de 30 (trinta) linhas.**
 - **A Prova Discursiva deverá ser feita à mão pelo próprio candidato, em letra legível, com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.**

DISCURSIVA- ESTUDO DE CASO - RASCUNHO

1. **Carlos é Oficial de Justiça e recebeu um mandado de cumprimento para a citação da empresa Pizzaria Massas Finas Ltda., situada em um Hotel Fazenda, local não abrangido pelo serviço de entrega domiciliar de correspondência. O mandado em questão é referente a uma ação que a ex-empregada, Cristina, ingressou, no dia 10 de fev. de 2018, pleiteando verbas, com valor da causa de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), sendo a audiência agendada para o dia 15 de mar. de 2018. Diante do exposto, responda a questão, apresentando se há alguma relação entre o estabelecimento comercial da empresa não ser abrangido por entrega domiciliar de correspondência e a citação ter sido direcionada a Carlos para cumprimento; em qual horário Carlos deve cumprir o mandado de citação; se, na hipótese de Carlos não encontrar representantes da empresa, a citação poderia ser feita por edital; e se o representante da reclamada, devidamente citado, não puder comparecer à audiência agendada, poderá se fazer substituir por um amigo. Justifique suas respostas, pautando-se, inclusive, na Lei nº 13.467/2017.**

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____

9. _____
10. _____
11. _____
12. _____
13. _____
14. _____
15. _____
16. _____
17. _____
18. _____
19. _____
20. _____
21. _____
22. _____
23. _____
24. _____
25. _____
26. _____
27. _____
28. _____
29. _____
30. _____



ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto I

Os medos que o poder transforma em mercadoria política e comercial

Zygmunt Bauman

O medo faz parte da condição humana. Poderíamos até conseguir eliminar uma por uma a maioria das ameaças que geram medo (era justamente para isto que servia, segundo Freud, a civilização como uma organização das coisas humanas: para limitar ou para eliminar totalmente as ameaças devidas à casualidade da Natureza, à fraqueza física e à inimizade do próximo): mas, pelo menos até agora, as nossas capacidades estão bem longe de apagar a “mãe de todos os medos”, o “medo dos medos”, aquele medo ancestral que decorre da consciência da nossa mortalidade e da impossibilidade de fugir da morte.

Embora hoje vivamos imersos em uma “cultura do medo”, a nossa consciência de que a morte é inevitável é o principal motivo pelo qual existe a cultura, primeira fonte e motor de cada e toda cultura. Pode-se até conceber a cultura como esforço constante, perenemente incompleto e, em princípio, interminável para tornar vivível uma vida mortal. Ou pode-se dar mais um passo: é a nossa consciência de ser mortais e, portanto, o nosso perene medo de morrer que nos tornam humanos e que tornam humano o nosso modo de ser-no-mundo.

A cultura é o sedimento da tentativa incessante de tornar possível viver com a consciência da mortalidade. E se, por puro acaso, nos tornássemos imortais, como às vezes (estupidamente) sonhamos, a cultura pararia de repente [...].

Foi precisamente a consciência de ter que morrer, da inevitável brevidade do tempo, da possibilidade de que os projetos fiquem incompletos que impulsionou os homens a agir e a imaginação humana a alçar voo. Foi essa consciência que tornou necessária a criação cultural e que transformou os seres humanos

em criaturas culturais. Desde o seu início e ao longo de toda a sua longa história, o motor da cultura foi a necessidade de preencher o abismo que separa o transitório do eterno, o finito do infinito, a vida mortal da imortal; o impulso para construir uma ponte para passar de um lado para outro do precipício; o instinto de permitir que nós, mortais, tenhamos incidência sobre a eternidade, deixando nela um sinal imortal da nossa passagem, embora fugaz.

Tudo isso, naturalmente, não significa que as fontes do medo, o lugar que ele ocupa na existência e o ponto focal das reações que ele evoca sejam imutáveis. Ao contrário, todo tipo de sociedade e toda época histórica têm os seus próprios medos, específicos desse tempo e dessa sociedade. Se é incauto divertir-se com a possibilidade de um mundo alternativo “sem medo”, em vez disso, descrever com precisão os traços distintivos do medo na nossa época e na nossa sociedade é condição indispensável para a clareza dos fins e para o realismo das propostas. [...]

(Adaptado de <http://www.ihu.unisinos.br/563878-os-medos-que-o-poder-transforma-em-mercadoria-politica-e-comercial-artigo-de-zygmunt-bauman> - Acesso em 26/03/2018)

As questões de 1 a 9 referem-se ao texto I.

1. Em relação às ideias do texto I, assinale a alternativa correta.

- (A) O medo da morte, embora fugaz, cria a consciência de uma perene brevidade do tempo, instaurando no ser humano a possibilidade de um mundo alternativo, de acordo com cada período histórico.
- (B) O modo de ser-no-mundo é definido pelos traços distintivos dos diferentes contextos histórico-culturais. O medo da morte é, nesse ínterim, dispensável para a definição de toda produção cultural e artística.
- (C) As diversas origens do medo e seus significados sócio-históricos são fluidos, e compreendê-los é tarefa obrigatória na finalidade de acessar sua funcionalidade nas diferentes épocas e contextos.
- (D) Separar a vida e a morte é tarefa da criação cultural, uma vez que as invenções humanas permitem a superação da mortalidade humana e do medo desta.

(E) A possibilidade da imortalidade não cessaria a produção cultural, tendo em vista que a cultura independe da condição finita da vida humana.

2. Em relação ao texto I, assinale a alternativa correta.

(A) Uma das propriedades linguísticas que caracterizam o texto como argumentativo é a predominância de formas verbais no pretérito.

(B) Os verbos e pronomes em primeira pessoa do plural, presentes em “Poderíamos até conseguir eliminar uma por uma a maioria das ameaças que geram medo [...]” e “[...] é a nossa consciência de ser mortais e, portanto, o nosso perene medo [...]” são fortes marcas do tipo textual injuntivo, predominante no texto.

(C) O tipo argumentativo é o eixo da construção do texto, tendo em vista que o autor defende uma tese por meio de relações lógicas de argumentação. Uma dessas relações é a de condição, presente no excerto “E se, por puro acaso, nos tornássemos imortais, como às vezes (estupidamente) sonhamos, a cultura pararia de repente [...]”.

(D) Não é possível classificar o tipo textual predominante no texto I, uma vez que os tipos textuais constituem uma lista irrestrita na cultura linguística. Ao contrário disso, os gêneros textuais compõem uma lista restrita, o que possibilita que se classifique o texto I como um artigo de opinião.

(E) O amplo uso de figuras de linguagem, especialmente de metáforas, no texto I, é uma pista de que o tipo narrativo é o eixo da construção textual, enriquecendo as formas de expressão do autor a partir do uso de uma linguagem denotativa.

3. Em relação ao texto I, assinale a alternativa correta.

(A) Em “Foi precisamente a consciência de ter que morrer, da inevitável brevidade do tempo, da possibilidade de que os projetos fiquem incompletos [...]”, todos os elementos em destaque são exigidos pela regência da palavra “consciência”.

(B) Em “Desde o seu início e ao longo de toda a sua longa história, o motor da cultura foi a necessidade de preencher o abismo que separa o transitório do eterno [...]” (4º parágrafo), o pronome em destaque faz referência à “consciência de ter que morrer”.

(C) Em “[...] para limitar ou para eliminar totalmente as ameaças devidas à casualidade da Natureza, à fraqueza física e à inimizade do próximo [...]”, o uso da crase é facultativo antes de “fraqueza” e antes de “inimizade”, tendo em vista que tais termos são regidos pela mesma palavra.

(D) Em “[...] todo tipo de sociedade e toda época histórica têm os seus próprios medos [...]”, há um sujeito composto que justifica o uso do acento circunflexo no verbo destacado, marcando a flexão de número.

(E) Em “[...] as nossas capacidades estão bem longe de apagar a ‘mãe de todos os medos’ [...]”, o termo “mãe de todos os medos” está entre aspas para destacar uma citação direta de outrem, trazendo ao texto outras vozes para comprovar o ponto de vista do autor.

4. No excerto “[...] a nossa consciência de que a morte é inevitável é o principal motivo pelo qual existe a cultura [...]”, a expressão em destaque pode ser substituída, sem gerar prejuízo gramatical, por

(A) por que.

(B) porque.

(C) cujo.

(D) por qual.

(E) porquê.

5. **Conjunções ou locuções conjuntivas são palavras invariáveis utilizadas para ligar orações ou palavras da mesma oração. As conjunções destacadas nos trechos a seguir estabelecem determinados sentidos, introduzindo uma relação semântica entre as orações. Assinale a alternativa que apresenta, entre parênteses, a interpretação correta da conjunção destacada.**

- (A) “[...] é a nossa consciência de ser mortais e, portanto, o nosso perene medo de morrer que nos tornam humanos [...]” (justificativa)
- (B) “[...] se, por puro acaso, nos tornássemos imortais, como às vezes (estupidamente) sonhamos, a cultura pararia de repente [...]” (causa)
- (C) “Se é incauto divertir-se com a possibilidade de um mundo alternativo ‘sem medo’, em vez disso, descrever com precisão os traços distintivos do medo na nossa época e na nossa sociedade é condição indispensável.” (hipótese)
- (D) “[...] interminável para tornar vivível uma vida mortal. Ou pode-se dar mais um passo: é a nossa consciência de ser mortais [...]” (finalidade)
- (E) “Embora hoje vivamos imersos em uma ‘cultura do medo’, a nossa consciência de que a morte é inevitável.” (consequência)

6. **Qual(is) é(são) o(s) item(ns) que reescreve(m), sem gerar prejuízo sintático ou alteração de sentido, o excerto: “Se é incauto divertir-se com a possibilidade de um mundo alternativo ‘sem medo’, em vez disso, descrever com precisão os traços distintivos do medo na nossa época e na nossa sociedade é condição indispensável para a clareza dos fins e para o realismo das propostas. [...]”?**

- I. **Se é ingênuo deleitar-se com a possibilidade de um mundo paralelo “sem medo”, é imperativo, por outro lado, para a clareza de finalidades e para a nudez das propostas, descrever rigorosamente aquilo que distingue o medo em nosso contexto temporal e social.**
- II. **Se é irrefletida a diversão pela possibilidade de um mundo alternativo livre do medo, não obstante, a fim de delimitar a factualidade das propostas e clarificar os propósitos, é imprescindível delinear precisamente as características do medo tal como vivemos.**

III. **Se é sensato divertir-se com a ideia de um mundo paralelo “sem medo”, ao invés disso, é exigência oportuna descrever relativamente tudo o que define o medo nesta época e sociedade, posto que há clareza dos fins e realismo nas propostas.**

- (A) Apenas II.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

7. **Assinale a alternativa em que o termo “até” apresenta o mesmo valor semântico que recebe na frase “Pode-se até conceber a cultura como esforço constante, perenemente incompleto e, em princípio, interminável para tornar vivível uma vida mortal. Ou pode-se dar mais um passo [...]”.**

- (A) É melhor escondê-lo, pelo menos até conseguirmos um local seguro.
- (B) Você pode até tentar, mas não conseguirá se esconder.
- (C) Chorei até ficar cansado.
- (D) Você pode andar até aqui ou pode chegar mais longe.
- (E) O produto custa até quatro vezes mais que seu genérico.

8. **Assinale a alternativa correta a respeito do excerto “[...] Desde o seu início e ao longo de toda a sua longa história, o motor da cultura foi a necessidade de preencher o abismo que separa o transitório do eterno, o finito do infinito, a vida mortal da imortal; o impulso para construir uma ponte para passar de um lado para outro do precipício; o instinto de permitir que nós, mortais, tenhamos incidência sobre a eternidade, deixando nela um sinal imortal da nossa passagem, embora fugaz.”.**

- (A) As expressões “desde” e “ao longo de” referem-se temporalmente à história da cultura, sendo que a primeira está ligada a um ponto temporal de origem, enquanto a segunda está ligada à extensão temporal a partir desse ponto.
- (B) O excerto constitui-se de variadas antíteses, as quais colocam em oposição ideias que se referem à cultura e à história. Com isso, o autor traz maior impessoalidade, objetividade e formalidade ao texto.

- (C) Ao utilizar a expressão “nós, mortais”, o autor evita dialogar com o leitor do texto, com a finalidade de potencializar eventuais contestações que possam ocorrer diante da sua argumentação.
- (D) O verbo “tenhamos” está flexionado de modo que se interpreta uma ação factual que ocorre no momento da fala, por isso afirma-se que está no presente do modo indicativo.
- (E) As palavras “impulso” e “instinto” revelam o caráter finito da vida. Referem-se, semanticamente, ao “abismo que separa o transitório do eterno, o finito do infinito, a vida mortal da imortal” e complementam, sintaticamente, o verbo “preencher”.

9. O processo de derivação imprópria de palavras compreende a mudança de classe de uma palavra, estendendo-lhe a significação. Assinale a alternativa cujo excerto apresenta tal processo de derivação na palavra em destaque.

- (A) “A cultura é o sedimento da tentativa incessante de tornar possível [...]”
- (B) “[...] o lugar que ele ocupa na existência [...]”
- (C) “[...] todo tipo de sociedade e toda época histórica têm os seus próprios medos [...]”
- (D) “Os medos que o poder transforma em mercadoria política e comercial [...]”
- (E) “[...] a necessidade de preencher o abismo que separa o transitório do eterno [...]”

S.P.O.R.
Texto II

O Medo

Em verdade temos medo.
Nascemos no escuro.
As existências são poucas;
Carteiro, ditador, soldado.
Nosso destino, incompleto.
E fomos educados para o medo.
Cheiramos flores de medo.
Vestimos panos de medo.
De medo, vermelhos rios
Vadeamos.
Somos apenas uns homens e a natureza traiu-nos.
Há as árvores, as fábricas,
Doenças galopantes, fomes.
Refugiamo-nos no amor,
Este célebre sentimento,
E o amor faltou: chovia,
Ventava, fazia frio em São Paulo.
Fazia frio em São Paulo...
Nevava. [...]

(Poema extraído da obra “A Rosa do Povo”. ANDRADE, Carlos Drummond de. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945)

As questões de 10 a 13 referem-se ao texto II.

10. Em relação às ideias do texto II, assinale a alternativa correta.

- (A) O eu-lírico revela satisfação com o tempo presente e uma perspectiva futura otimista e de certezas, o que se expressa pelo verso “Refugiamo-nos no amor”.
- (B) Os versos “E fomos educados para o medo. / Cheiramos flores de medo. / Vestimos panos de medo.” consistem em uma extensão e complementação das ideias contidas nos versos que celebram a cidade de São Paulo.
- (C) Há um conflito entre o sujeito lírico, o leitor e o medo, uma vez que ter medo é uma ação que regula e limita a condição social do sujeito. Isso se expressa nos versos “As existências são poucas:/ Carteiro, ditador e soldado”.
- (D) O verso “E fomos educados para o medo” demonstra a necessidade de o ser humano se adequar à realidade externa, expressa nos versos “Nascemos no escuro./ As existências são poucas”.
- (E) Compreende-se que a exclusão social origina-se do medo e do comportamento apavorante e melancólico dos indivíduos. Isso se comprova pelo verso “Somos apenas uns homens e a natureza traiu-nos.”.

11. Em relação às ideias do texto II, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. Nos versos “Cheiramos flores de medo.” e “Vestimos panos de medo.”, observa-se que o poeta utiliza-se da semelhança sintática com o intuito de ressaltar a imagem do medo que aparece constantemente ao longo do poema.
- II. Em “Somos apenas uns homens e a natureza traiu-nos.”, o pronome “nos” poderia ser anteposto ao verbo “traiu”, resultando em “Somos apenas uns homens e a natureza nos traiu”.
- III. Trata-se de uma poesia de cunho social, na qual se expressa as inquietudes do poeta frente às condições humanas desiguais e ao mundo fragmentado e caótico criado pelo próprio homem.

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II.
- (E) I, II e III.

12. Em relação ao texto II, assinale a alternativa correta.

- (A) Em “E o amor faltou: chovia,/ Ventava, fazia frio em São Paulo.”, os dois-pontos são utilizados para indicar um esclarecimento e podem ser substituídos pela conjunção “porque”.
- (B) Em “Fazia frio em São Paulo.../ Nevava.”, as reticências são utilizadas para realçar a expressão “Nevava” e podem ser substituídas pela conjunção “conquanto”.
- (C) Em “Somos apenas uns homens e a natureza traiu-nos.”, o poeta utiliza de forma equivocada a colocação do pronome “nos”, o que só é possível devido à licença poética própria desse gênero.
- (D) Em “Cheiramos flores de medo./ Vestimos panos de medo.”, os verbos vestir e cheirar são bitransitivos, ou seja, ambos apresentam um complemento com preposição e um complemento sem preposição.
- (E) Em “Nosso destino, incompleto.”, a vírgula está sendo utilizada para isolar um aposto explicativo.

13. A metonímia é uma figura de linguagem que consiste em usar uma palavra por outra com a qual se relaciona. Essa troca se faz não porque as palavras são sinônimas, mas porque uma evoca a outra. Assinale a alternativa que apresenta uma metonímia.

- (A) “Cheiramos flores de medo./ Vestimos panos de medo.”
- (B) “Ventava, fazia frio em São Paulo/ Fazia frio em São Paulo...”
- (C) “Nosso destino, incompleto./ E fomos educados para o medo.”
- (D) “Somos apenas uns homens e a natureza traiu-nos.”
- (E) “Em verdade temos medo.”

14. Conforme o que se estabelece no Manual de Redação da Presidência da República, assinale a alternativa correta a respeito das regras de Correspondência Oficial.

- (A) Um dos atrativos da comunicação por Correio eletrônico é sua flexibilidade. Entretanto, é necessário definir forma rígida para sua estrutura, já que se trata de um gênero de Comunicação Oficial.
- (B) O uso do Telegrama deve ser priorizado, tendo em vista que se trata de uma forma de comunicação utilitária e econômica aos cofres públicos.
- (C) Exposição de motivos é o expediente dirigido ao Presidente da República ou ao Vice-Presidente para: a) informá-lo de determinado assunto; b) propor alguma medida; ou c) submeter à sua consideração projeto de ato normativo. Em regra, a Exposição de motivos é dirigida ao Presidente da República por um Ministro de Estado.
- (D) O Memorando é a modalidade de comunicação entre unidades administrativas de um mesmo órgão, que podem estar hierarquicamente em mesmo nível ou em nível diferente. Esse tipo de comunicação tem caráter exclusivamente administrativo e apresenta complexidade de procedimentos burocráticos.
- (E) Aviso e Ofício são modalidades de Comunicação Oficial diferentes, porque o Ofício é expedido exclusivamente por Ministros de Estado, para autoridades de mesma hierarquia. O Aviso, por outro lado, é expedido para e pelas demais autoridades.

15. A correção ortográfica é requisito elementar de qualquer texto e é ainda mais importante quando se trata de textos oficiais. Assinale a alternativa que apresenta a grafia correta de todas as palavras.

- (A) Hermético, homogêneo, beneficiante.
- (B) Ansiar, despendar, exceção.
- (C) Compunção, sossobrar, consecução.
- (D) Viço, obssoleto, aldeamento.
- (E) Frontespício, freiar, arroubo.

16. Tendo em vista que o termo “ética” deriva do grego *ethos*, que, por sua vez, guarda relação com os valores morais e princípios que devem nortear a conduta humana na sociedade, e, ainda, o fato de que a ética pode variar de acordo com fatores culturais, assinale a alternativa que NÃO corresponde aos objetivos éticos perseguidos pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, quando da elaboração de seu Código de Ética.

- (A) Contribuir para transformar a visão, a missão, os objetivos e os valores institucionais do Tribunal em atitudes, comportamentos, regras de atuação e práticas organizacionais, orientados segundo elevado padrão de conduta ético-profissional, para realizar melhor a jurisdição trabalhista.
- (B) Assegurar ao servidor a preservação de sua imagem e de sua reputação, quando sua conduta estiver de acordo com as normas éticas estabelecidas no Código.
- (C) Reduzir a subjetividade das interpretações pessoais sobre os princípios e normas éticos adotados no Tribunal, facilitando a compatibilização dos valores individuais de cada servidor com os valores da instituição.
- (D) Estabelecer mecanismos de uniformização da jurisprudência do Tribunal, de modo a valorizar a segurança jurídica e a legítima confiança do jurisdicionado, em atenção aos princípios e normas éticos adotados.
- (E) Oferecer, por meio da Comissão de Ética, uma instância de consulta, visando esclarecer dúvidas quanto à conformidade da conduta do servidor com os princípios e normas de conduta nele tratados.

17. Assinale a alternativa que apresenta princípios éticos expressamente elencados no Código de Ética do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

- (A) Transparência, economia, celeridade processual e comprometimento.
- (B) Honestidade, transparência, dignidade, respeito e responsabilidade social e ambiental.
- (C) Respeito, decoro, duplo grau de jurisdição e preservação do patrimônio público.
- (D) Celeridade, respeito, razoável duração do processo e eficácia vinculante dos precedentes.
- (E) Transparência, desenvolvimento pessoal e valorização da verdade real dos fatos.

18. No que diz respeito aos direitos do servidor, assinale a alternativa condizente com o que prevê o Código de Ética.

- (A) Caso um dos servidores lotados em determinada Vara do Trabalho esteja enfrentando problemas pessoais e psíquicos, os demais servidores serão cientificados para que contribuam com a recuperação do servidor debilitado no que diz respeito às atribuições do ambiente de trabalho.
- (B) O servidor poderá ausentar-se do local de trabalho e desenvolver suas atividades de sua própria residência, sempre que perceber que isso contribuirá para o aumento de sua produtividade. Para tanto, o servidor deverá comunicar seus superiores.
- (C) É permitido ao servidor o exercício não remunerado de encargo de mandatário, desde que não implique a prática de atos de comércio ou outros incompatíveis com o exercício do cargo, nos termos da lei.
- (D) Ao servidor é permitido receber, excepcionalmente em ocasiões de festividade, presentes de pessoa física ou jurídica interessada na atividade do servidor.
- (E) O servidor poderá opinar publicamente a respeito do mérito de questão que lhe for submetida, para análise individual, salvo aquelas de conhecimento geral.

19. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, em caso de afastamento de desembargador integrante de qualquer das seções especializadas, definitivamente ou por prazo superior a trinta dias, a vaga será preenchida por

- (A) desembargador na ordem de antiguidade, salvo se inexistir magistrado de segundo grau, caso em que será convocado juiz de primeira instância.
- (B) desembargador na ordem inversa de antiguidade, salvo se inexistir magistrado de segundo grau, caso em que será convocado juiz de primeira instância.
- (C) juiz de primeira instância na ordem inversa de antiguidade.
- (D) desembargador que já tiver composto a lista triplíce de indicação para ministro do Tribunal Superior do Trabalho.
- (E) juiz de primeira instância que atender a critérios de merecimento.

20. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, assinale a alternativa correta.

- (A) Competirá ao Corregedor Geral decidir os pedidos de remoção e permuta de juízes titulares, ouvida a Corregedoria Regional para informar o estado em que se encontram os serviços das respectivas Varas do Trabalho, inclusive se os pretendentes possuem atrasos na prolação de sentenças, expedindo os respectivos atos.
- (B) À supressão, acréscimo ou modificações das disposições dos atos de competência do Tribunal Pleno dá-se o nome de Ato Regimental.
- (C) Ementa Regimental trata-se da complementação do Regimento Interno.
- (D) As matérias constantes de Emendas ou Atos Regimentais, submetidas ao Tribunal Pleno e não aprovadas, apenas poderão ser novamente apreciadas após o decurso do prazo de seis meses.
- (E) Caberá ao Presidente do TRT-1 remeter ao Tribunal Superior do Trabalho, para envio ao Congresso Nacional, após aprovação pelo Órgão Especial, projetos de lei de interesse da Justiça do Trabalho em matéria de sua competência constitucional.

**NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

21. A Resolução nº 230/2016 do CNJ disciplina que cada órgão do Poder Judiciário deverá manter um cadastro dos servidores, serventuários extrajudiciais e terceirizados com deficiência que trabalham no seu quadro. Esse cadastro deve especificar as deficiências e as necessidades particulares de cada servidor, terceirizado ou serventuário extrajudicial, sendo que a atualização desse cadastro deve ser permanente, devendo ocorrer uma revisão detalhada

- (A) uma vez por semestre.
- (B) uma vez por trimestre.
- (C) uma vez por bimestre.
- (D) uma vez por ano.
- (E) uma vez por biênio.

22. José é pessoa com deficiência e está submetido ao regime de curatela. Ele pretende contrair matrimônio, no entanto seu curador o está impedindo. Nesse sentido, de acordo com os ditames da Lei nº 13.146/2015, o curador de José

- (A) não está agindo corretamente, já que a curatela atinge tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial.
- (B) não está agindo corretamente, já que, embora a curatela atinja atos de natureza matrimonial, caberia nesse caso ao poder judiciário a decisão sobre a autorização de se contrair matrimônio.
- (C) está agindo corretamente já que a curatela alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto do curatelado.
- (D) está agindo corretamente já que o ato de contrair matrimônio pode refletir na esfera patrimonial do curatelado.
- (E) está agindo corretamente já que à pessoa submetida ao regime de curatela é vedado contrair matrimônio.

23. Sebastião mora com seu pai, que é pessoa com deficiência física e beneficiário de pensão previdenciária. Sebastião, com claro objetivo de obter vantagem indevida para si, retém, de maneira indevida, o cartão magnético destinado ao recebimento da pensão previdenciária

- de seu pai. Com base no disposto na Lei nº 13.146/2015, a conduta de Sebastião é tipificada como crime punível com**
- (A) reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.
 - (B) detenção, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.
 - (C) detenção, de 6 (seis) meses a 4 (quatro) anos, e multa.
 - (D) reclusão, de 6 (seis) meses a 4 (quatro) anos, e multa.
 - (E) detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

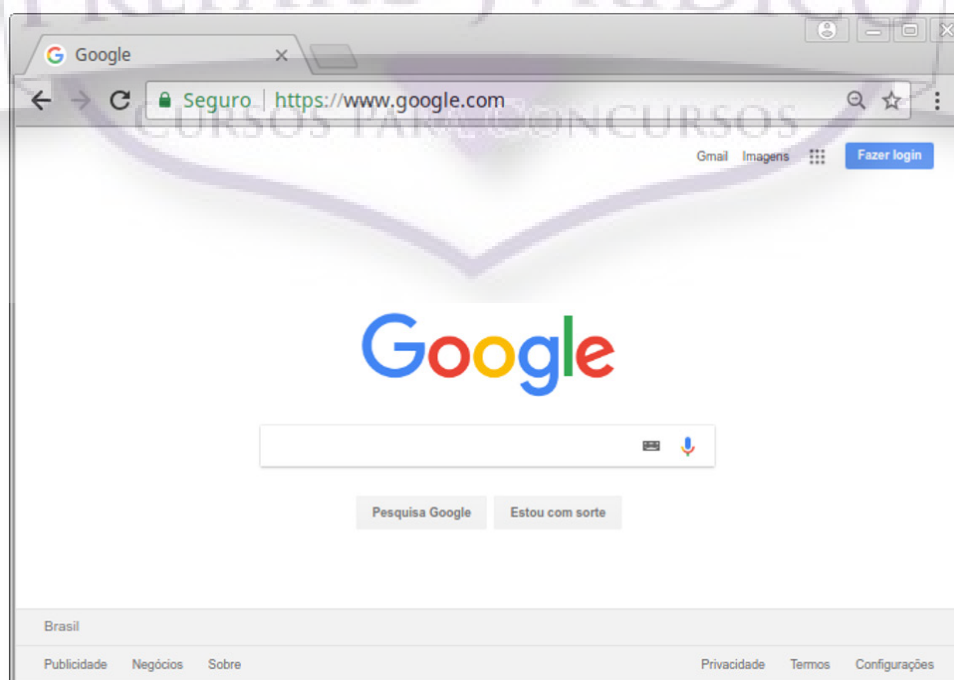
24. Antônio é pessoa com deficiência moderada e recebe o benefício de prestação continuada previsto no art. 20 da Lei nº 8.742/1993. Acontece que Antônio passou a exercer atividade remunerada que o enquadra como segurado obrigatório do RGPS (Regime Geral de Previdência Social). Nesse caso, de acordo com o previsto na Lei nº 13.146/2015, Antônio




- (A) não terá direito a qualquer auxílio, já que passou a exercer atividade remunerada.
- (B) terá direito a auxílio-inclusão, nos termos da lei.
- (C) não terá direito a auxílio inclusão, já que acumulará seu benefício de prestação continuada com a remuneração de sua atividade.
- (D) terá direito a auxílio inclusão, desde que opte por não se submeter ao Regime Geral de Previdência Social.
- (E) terá direito a cumular metade de seu benefício de prestação continuada com a remuneração de sua atividade.

25. Segundo disciplina o Decreto nº 3.298/1999, os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal direta e indireta responsáveis pela educação dispensarão tratamento prioritário e adequado aos assuntos relacionados à pessoa com deficiência. Nesse sentido, de acordo com o citado diploma legal, a educação do aluno com deficiência deverá iniciar-se na educação infantil a partir de

- (A) cinco anos.
- (B) zero ano.
- (C) um ano.
- (D) três anos.
- (E) dois anos.

- 26. O backup de arquivos é altamente recomendado para prevenir a perda de dados importantes. Dos recursos apresentados a seguir, qual NÃO serve para fazer backup de arquivos?**
- (A) Flash drive.
 (B) Memória RAM.
 (C) HD externo.
 (D) Nuvem.
 (E) Fita magnética.
- 27. Um arquivo de vídeo normalmente possui uma combinação de imagens e sons, permitindo a visualização de filmes, animações e filmagens. Qual das alternativas a seguir possui somente extensões de arquivos utilizadas para a reprodução de vídeos?**
- (A) .ppt, .mp4 e .avi
 (B) .jpg, .png e .gif
 (C) .avi, .mp3 e .gif
 (D) .mp3, .mp4 e .avi
 (E) .avi, .mp4 e .mkv
- 28. Ao enviar um e-mail incluindo endereços de destinatário no campo “Cco”, disponível em todas as ferramentas populares para o envio de e-mails, o que acontece?**
- (A) Os destinatários que estão em “Cco” não conseguem ver para quem a mensagem foi enviada pelo campo “Para”.
 (B) Os destinatários que estão em “Cc” conseguem ver para quem a mensagem foi enviada em “Cco”.
 (C) O remetente receberá uma confirmação de quando a mensagem foi lida por cada destinatário incluído em “Cco”.
 (D) Os destinatários que não estão em “Cco” não conseguem ver para quem a mensagem foi enviada em “Cco”.
 (E) Somente os destinatários em “Cco” conseguem visualizar outros destinatários em “Cco”.
- 29. A imagem a seguir é uma janela do navegador Google Chrome (versão 66.x) na página de busca do Google. Ao acessar sites que exijam informações sensíveis, como dados de login, números de cartões de crédito e senhas, é essencial que o site forneça uma conexão criptografada e um certificado digital válido. Para obter informações sobre o certificado digital da página, em qual opção o usuário deverá clicar?**



- (A) Na opção “Sobre” que está na parte inferior da imagem.
- (B) No símbolo de menu  e depois na opção “Sobre o certificado digital”.
- (C) No cadeado à esquerda do endereço do Google e depois na opção “Certificado”.
- (D) No símbolo de menu  e depois na opção “Segurança”.
- (E) No símbolo  e depois na opção “Segurança”.

30. Os periféricos de um computador podem ser classificados como sendo de entrada ou de saída. Qual das alternativas a seguir possui um exemplo de cada?

- (A) Mouse e teclado.
- (B) Monitor e impressora matricial.
- (C) Microfone e caixa de som.
- (D) Teclado e leitor de digitais.
- (E) Touch pad e teclado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Felipe é servidor estável no TRT. Diante disso, assinale a alternativa correta de acordo com o que dispõe a Constituição Federal.

- (A) Felipe poderá perder o cargo em decorrência de sentença judicial não transitada em julgado, para a qual não caiba mais recurso com efeito suspensivo.
- (B) Se o cargo de Felipe for extinto, ele ficará em disponibilidade com remuneração integral, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- (C) Se Felipe for demitido e sua demissão for invalidada por sentença judicial, ele será reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, será reconduzido ao cargo de origem.
- (D) É possível que Felipe venha a perder o cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei ordinária, assegurada ampla defesa.
- (E) Felipe só poderá perder o cargo mediante processo judicial em que lhe seja assegurada ampla defesa.

32. Acerca da Justiça do Trabalho, de acordo com o que dispõe a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.
- (B) Os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, sete juízes, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.
- (C) Compete à Justiça do Trabalho, processar e julgar a execução de ofício da contribuição social do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a receita ou o faturamento, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir.
- (D) O Conselho Superior da Justiça do Trabalho é órgão da Justiça do Trabalho, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema, cujas decisões não terão efeito vinculante.
- (E) Compete à Justiça do Trabalho, processar e julgar os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista e o Superior Tribunal de Justiça.

33. A Constituição Federal, em seu art. 114, III, dispõe que compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores. Tendo isso em vista, assinale a alternativa correta, de acordo com as disposições constitucionais, acerca da associação profissional ou sindical.

- (A) A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, bem como não poderá exigir registro em qualquer órgão estatal, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
- (B) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
- (C) A participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho é facultativa.
- (D) O aposentado filiado não poderá votar e ser votado nas organizações sindicais.
- (E) É vedada a criação de mais de uma organização sindical representativa da mesma categoria profissional ou econômica, ainda que em bases territoriais distintas.

34. De acordo com a Constituição Federal, o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Acerca das disposições constitucionais relativas ao Ministério Público, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- (B) A garantia de vitaliciedade prevista para os Membros do Ministério Público do Trabalho deve estar prevista em lei ordinária de iniciativa privativa do Procurador-Geral da República.
- (C) Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa.

- (D) A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.
- (E) Os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.

35. De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () A Constituição Federal fixa expressamente todas as competências das cortes superiores, aí incluídos o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça e o Tribunal Superior do Trabalho.
- () Dentre os membros do Tribunal Superior do Trabalho, estão seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.
- () Compete ao Tribunal Superior do Trabalho processar e julgar, originariamente, a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões.
- () O subsídio dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho corresponde a noventa e cinco por cento do subsídio mensal fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

- (A) V – F – V – F.
- (B) V – F – F – V.
- (C) F – V – F – V.
- (D) F – V – V – F.
- (E) F – F – V – V.

36. No tocante à improbidade administrativa, assinale a alternativa INCORRETA de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

- (A) Ao formular o pedido de indisponibilidade, é dispensável ao autor da ação de improbidade fazer a indicação individualizada dos bens do réu.
- (B) É possível a decretação do sequestro dos bens antes do recebimento da petição inicial.

- (C) A sentença que concluir pela carência ou pela improcedência de ação de improbidade administrativa está sujeita ao reexame necessário, ainda que não haja previsão específica na Lei de Improbidade.
- (D) O caráter de bem de família impede a decretação de sua indisponibilidade na ação de improbidade.
- (E) A indisponibilidade pode recair sobre bens adquiridos tanto antes como depois da prática do ato de improbidade.

37. A respeito do controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) No processo de revisão, no âmbito da Administração Federal, é admitida a *reformatio in pejus*, desde que haja a possibilidade de manifestação prévia do recorrente.
- (B) Contra omissão ou ato da administração pública, o uso da reclamação só será admitido após o esgotamento da segunda instância administrativa.
- (C) O sistema francês é marcado pela dualidade de jurisdição, tendo em vista que, ao lado do Poder Judiciário, o ordenamento contempla uma Justiça Administrativa competente para dirimir conflitos de interesse envolvendo a Administração Pública.
- (D) O controle ministerial exercido pelos Ministérios sobre os órgãos de sua estrutura administrativa caracteriza controle interno por vinculação.
- (E) É constitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévio de dinheiros ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

38. Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s). Conforme a Lei nº 11.079/2004, é vedada a celebração de contrato de parceria público-privada:

- I. em que as obrigações pecuniárias contraídas pela Administração Pública sejam garantidas por intermédio da contratação de seguro-garantia com companhia seguradora não controlada pelo Poder Público.
- II. cujo período de prestação do serviço seja inferior a 5 (cinco) anos, bem como que não preveja a repartição de riscos entre as partes, dispensado, nesse último caso, os referentes a caso fortuito e força maior.

III. que tenha como objeto único o fornecimento de mão-de-obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

IV. cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), bem como nos casos em que o prazo de vigência do contrato seja superior a 30 (trinta) anos, incluindo eventual prorrogação.

- (A) Apenas III.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas I e IV.
- (D) Apenas II e III.
- (E) Apenas II e IV.

39. De acordo com a classificação dos órgãos públicos, analise o trecho a seguir e assinale a alternativa que aponta a classificação correspondente.

“São os originários da Constituição e representativos dos três Poderes do Estado, sem qualquer subordinação hierárquica ou funcional, e sujeitos apenas aos controles constitucionais de um sobre o outro; suas atribuições são exercidas por agentes políticos.”(Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 30.ed. Rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2017.)

- (A) Órgãos autônomos.
- (B) Órgãos independentes.
- (C) Órgãos superiores.
- (D) Órgãos centrais.
- (E) Órgãos subalternos.

40. Assinale a alternativa correta no tocante à responsabilidade extracontratual do Estado.

- (A) O marco histórico do início das teorias publicistas foi o caso Blanco, ocorrido em 1873 na França, a partir do qual interpretou-se que a responsabilidade do Estado não pode reger-se pelos princípios do Código Civil.
- (B) De acordo com a teoria civilista da culpa, admitia-se a responsabilidade civil do Estado quando decorrente de atos de império, haja visto ser ato de autoridade, e a afastava no tocante aos atos de gestão.
- (C) Segundo a jurisprudência, o Estado é civilmente responsável pela morte de detento no interior de estabelecimento prisional, com base na teoria do risco integral.
- (D) O Estado não pode ser responsabilizado por atos do Poder Legislativo na sua função legislativa, ainda que a lei venha a ser declarada inconstitucional em sede de controle concentrado de constitucionalidade.
- (E) Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, ao dano ambiental aplica-se a teoria do risco administrativo.

41. Acerca das disposições da CLT relativas à execução e avaliação de bens, assinale a alternativa correta.

- (A) A avaliação dos bens penhorados, em virtude da execução de decisão condenatória, será feita por avaliador escolhido de comum acordo pelas partes, que perceberá as custas arbitradas pelo juiz ou presidente do tribunal trabalhista.
- (B) Não acordando as partes quanto à designação de avaliador, dentro de 8 (oito) dias após o despacho que o determinou a avaliação, será o avaliador designado livremente pelo juiz ou presidente do tribunal.
- (C) Os servidores da Justiça do Trabalho poderão ser escolhidos ou designados para servirem como avaliadores.
- (D) Ao apresentar Embargos à Execução, o devedor poderá arrolar testemunhas que, caso julgue necessário ouvi-las, o juiz marcará audiência para produção da prova, que deverá ocorrer dentro do prazo de 10 (dez) dias.
- (E) A execução poderá ser promovida por qualquer interessado ou *ex officio* pelo próprio juiz, presidente ou tribunal competente.

42. Lucas, residente na cidade de Nova Iguaçu (RJ), foi contratado na cidade de Petrópolis (RJ) pela empresa Brasa Quente para trabalhar como Gerente na cidade de Teresópolis (RJ). Observa-se que Duque de Caxias (RJ) é o domicílio eleitoral de Lucas, onde reside toda a sua família, sendo que, aos finais de semana, aproveita para visitá-los. Sabe-se, ainda, que a sede da empresa é na cidade de Barretos (SP) local onde Lucas recebeu todos os treinamentos para o exercício de sua função. Considerando a possibilidade de ingressar com uma ação trabalhista e valendo-se da regra geral prevista na Consolidação das Leis do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) Lucas deverá propor a ação na cidade de Petrópolis (RJ), pois a competência territorial é fixada pelo local onde foi realizada a contratação.
- (B) Lucas deverá propor a ação na cidade de São Paulo, pois a competência territorial é fixada pela capital do Estado no qual a matriz da empresa estiver localizada.
- (C) Lucas deverá propor a ação na cidade de Teresópolis (RJ), pois a competência territorial é fixada pelo local onde o empregado prestar serviços ao empregador.
- (D) Lucas deverá propor a ação na cidade de Duque de Caxias (RJ), pois a competência territorial é fixada pelo domicílio eleitoral do empregado.
- (E) Lucas deverá propor a ação na cidade de Nova Iguaçu (RJ), pois a competência territorial é fixada pelo domicílio civil do empregador.

43. Os princípios estão situados no ordenamento jurídico cumprindo uma função integrativa de lacunas, partindo das leis para atingir as regras gerais que delas derivam. Com base nessa premissa, assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio da proteção, que busca conferir ao trabalhador uma equidade processual, subdivide-se em 3 (três) outros princípios: *in dubio pro societa*, da aplicação da norma mais favorável e da condição mais benéfica.
- (B) Segundo o princípio da primazia da realidade no Direito do Trabalho, predomina a verdade real em face da verdade formal, ou seja, predomina a verdade da forma em face da verdade dos fatos.

- (C) Em relação ao princípio da aplicação da norma mais favorável, a Teoria do Conglobamento defende que através da comparação das diversas regras sobre cada instituto ou matéria, respeitando-se o critério da especialização, deve ser buscada a norma mais favorável ao caso.
- (D) O princípio da inalterabilidade contratual veda a possibilidade de alterações no contrato de trabalho, lesivas ou benéficas ao trabalhador.
- (E) O princípio da vedação à redução Salarial não sofre qualquer tipo de mitigação, não podendo Acordo Coletivo de Trabalho ou Convenção Coletiva de Trabalho dispor sobre redução salarial.

44. Quanto aos recursos cabíveis no processo do trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) A tutela provisória concedida na sentença comporta impugnação pela via do mandado de segurança.
- (B) Caberá agravo de instrumento de decisão que indeferir exceção de pré-executividade.
- (C) Das decisões proferidas em dissídios coletivos, é cabível recurso de revista para o TST.
- (D) Nos dissídios coletivos que envolvem empresa prestadora de serviço público, podem interpor recurso, em face da decisão proferida, o presidente do tribunal e a Procuradoria da Justiça do Trabalho, além das partes interessadas.
- (E) Caberá agravo de instrumento de decisões que indefiram a produção de prova pericial.

45. A empresa ThOliveira Comércio de Metais formalizou acordo em uma reclamação trabalhista, na qual se comprometeu a pagar o valor de R\$ 12.000,00 em 12 parcelas ao ex-funcionário Fernando Carrara. Ocorre que, após cumprir duas delas, deixou de cumprir o pactuado, motivo pelo qual o Reclamante pediu a execução do acordo. O juiz mandou expedir mandado de citação para que a Executada cumpra o acordo e que o faça em 48 (quarenta e oito) horas ou garanta a execução, sob pena de penhora. Diante do caso apresentado, assinale a alternativa correta.

- (A) A Reclamada será citada via oficial de justiça. Se procurada pelo oficial por 3 (três) vezes no espaço de 72 (setenta e duas) horas e não for encontrada, a citação será

feita por edital, publicado no jornal oficial ou, na falta deste, afixado na sede da Junta ou Juízo, durante 7 (sete) dias.

- (B) A Reclamada será citada via oficial de justiça. Se procurada pelo oficial por 2 (duas) vezes no espaço de 48 (quarenta e oito) horas e não for encontrada, a citação será feita por edital, publicado no jornal oficial ou, na falta deste, afixado na sede da Junta ou Juízo, durante 5 (cinco) dias.
- (C) A Reclamada será citada via correspondência com Aviso de Recebimento. Caso se mantiver inerte pelo prazo de 5 (cinco) dias após o recebimento, a citação será feita por edital, publicado no jornal oficial ou, na falta deste, afixado na sede da Junta ou Juízo, durante 7 (sete) dias.
- (D) A Reclamada será citada via oficial de justiça. Se procurada pelo oficial por 2 (duas) vezes no espaço de 72 (setenta e duas) horas e não for encontrada, a citação será feita por edital, publicado no jornal oficial ou, na falta deste, afixado na sede da Junta ou Juízo, durante 10 (dez) dias.
- (E) A Reclamada será citada via correspondência com Aviso de Recebimento. Caso se mantiver inerte, será procurada por oficial de diligência por 3 (três) vezes no espaço de 72 (setenta e duas) horas. Se não for encontrada, a citação será feita por edital, publicado no jornal oficial ou, na falta deste, afixado na sede da Junta ou Juízo, durante 7 (sete) dias.

- 46. A Reclamante Silvana ingressou com Reclamação Trabalhista em face da Reclamada Mévio & Tício Ltda. que encontra-se em Recuperação Judicial. As partes foram intimadas da Sentença (em ação de conhecimento) proferida pelo Juízo de primeiro grau na data de 6 de ago. de 2018 (segunda-feira) que julgou parcialmente procedente os pedidos da inicial. Ocorre que, diante do inconformismo com a decisão, ambas as partes pretendem recorrer para instância superior com o fito de reformá-la. Ante ao exposto, assinale a alternativa correta.**
- (A) Ambas as partes deverão interpor Recurso Ordinário, que deverão ser interpostos até o dia 14 de ago. de 2018 (terça-feira), tendo em vista que o prazo conta-se em dias corridos, excluindo-se o dia da intimação e incluindo-se o dia do termo final. A Reclamada Mévio & Tício Ltda. está isenta do pagamento do depósito recursal, já que encontra-se em Recuperação Judicial.
- (B) A Reclamante deverá interpor Recurso Ordinário, que deverá ser interposto até o dia 15 de ago. de 2018 (quarta-feira), tendo em vista que o prazo conta-se somente em dias úteis, incluindo-se os dias da intimação e do termo final. A Reclamada Mévio & Tício Ltda. deverá interpor obrigatoriamente Recurso Adesivo, tendo em vista que encontra-se em Recuperação Judicial e não possui condições de arcar com o depósito recursal.
- (C) Ambas as partes deverão interpor Recurso Ordinário, que deverão ser interpostos até o dia 15 de ago. de 2018 (quarta-feira), tendo em vista que o prazo conta-se somente em dias úteis, incluindo-se os dias da intimação e do termo final. A Reclamada Mévio & Tício Ltda. deverá comunicar o Juízo do processo da Recuperação Judicial para habilitação do recolhimento do depósito recursal.
- (D) Ambas as partes deverão interpor Recurso Ordinário, que deverão ser interpostos até o dia 16 de ago. de 2018 (quinta-feira), tendo em vista que o prazo conta-se somente em dias úteis, excluindo-se o dia da intimação e incluindo o último dia do prazo. A Reclamada Mévio & Tício Ltda. deverá efetuar o recolhimento do depósito recursal ou comunicar o Juízo do processo da Recuperação Judicial para a habilitação da despesa, sob pena de deserção.
- (E) Ambas as partes deverão interpor Recurso Ordinário, que deverão ser interpostos até o dia 16 de ago. de 2018 (quinta-feira), tendo em vista que o prazo conta-se somente em dias úteis, excluindo-se o dia da intimação e incluindo o último dia do prazo. A Reclamada Mévio & Tício Ltda. está isenta do pagamento do depósito recursal, já que encontra-se em recuperação judicial.
- 47. No que diz respeito à gratuidade da justiça e às recentes alterações impostas pela denominada “Reforma Trabalhista”, assinale a alternativa INCORRETA.**
- (A) As empresas em recuperação judicial são isentas do pagamento de depósito recursal, entretanto, estão sujeitas ao pagamento das custas processuais.
- (B) Para a concessão da justiça gratuita, a parte deverá comprovar insuficiência de recursos para o pagamento das custas processuais.
- (C) As entidades filantrópicas, assim como as empresas em recuperação judicial, têm o valor do depósito recursal reduzido pela metade.
- (D) A concessão de gratuidade judiciária poderá ser concedida àqueles que perceberem salário igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.
- (E) O valor do depósito recursal será reduzido pela metade para entidades sem fins lucrativos, empregadores domésticos, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte.
- 48. Um sindicato patronal e um sindicato obreiro do Rio de Janeiro resolveram discutir as disposições de convenção coletiva para uma determinada categoria, estipulando que a vigência se daria no ano seguinte à discussão. As cláusulas convencionais foram pactuadas nos seguintes termos: haverá supressão do valor nominal do décimo terceiro salário; o prazo máximo para o gozo de licença-maternidade será de cem dias; as férias anuais remuneradas serão acrescidas de metade do salário normal; haverá o aumento de cem reais ao adicional para atividades perigosas. Quanto à Convenção e licitude/ilicitude das cláusulas, assinale a alternativa correta.**

- (A) A convenção é nula de pleno direito, já que as cláusulas ora apresentadas constituem objeto ilícito.
- (B) A convenção é parcialmente válida, pois, dentre as cláusulas, constitui objeto lícito aquelas quanto às férias serem acrescidas de metade do salário normal e quanto ao aumento referente ao adicional para atividades perigosas.
- (C) A convenção é parcialmente válida, pois, dentre as cláusulas, constituem objetos ilícitos a vigência do prazo para o gozo de licença maternidade e as férias serem acrescidas de metade do salário normal.
- (D) A convenção deverá subsistir por ser válida e por se tratar de condição benéfica ao empregado, bem como por estar em observância ao princípio *do Pacta Sunt Servanda*.
- (E) A convenção é válida, pois apresenta concessões mútuas de ambas as partes, não constituindo objeto ilícito as cláusulas que tratam acerca do valor nominal do décimo terceiro salário e do prazo para o gozo de licença-maternidade.
- 49. A respeito da rescisão do contrato de trabalho, assinale a alternativa INCORRETA.**
- (A) No caso de empregado que falta reiterada e injustificadamente ao trabalho, é motivo o bastante para ser causa à rescisão contratual por desídia.
- (B) Dentre as hipóteses previstas na CLT para a justa causa da rescisão do contrato de trabalho, estão a incontinência de conduta ou mau procedimento, bem como o ato de indisciplina e de insubordinação.
- (C) Constitui faculdade do empregado rescindir o contrato de trabalho em caso de morte do empregador constituído em empresa individual.
- (D) Constitui justa causa para a rescisão do contrato de trabalho pelo empregador a incontinência de conduta ou mau procedimento, a exemplo de faltas reiteradas e injustificadas pelo empregado.
- (E) Havendo culpa recíproca no ato que determinou a rescisão do contrato de trabalho, o tribunal de trabalho reduzirá a indenização à que seria devida em caso de culpa exclusiva do empregador, por metade.
- 50. Considerando as disposições da CLT quanto ao comparecimento ao serviço, analise as situações hipotéticas a seguir e assinale a alternativa que aponta as corretas.**
- I. **Gilson Carlos é empregado da empresa Padaria Oliveiras, sendo que se ausentou do trabalho por 2 (dois) dias consecutivos em razão do falecimento do seu irmão José Lucas, não obtendo prejuízo em seu salário.**
- II. **André se ausentou do trabalho por 2 (dois) dias em razão de comparecimento ao Tribunal do Júri na cidade de Cabo Frio, obtendo prejuízo em seu salário.**
- III. **Considerando as eleições de 2018, Vergílio deixou de comparecer ao serviço para o fim de se alistar eleitor por 2 (dois) dias consecutivos, obtendo prejuízo em seu salário.**
- IV. **Ariane trabalha na empresa Bird Cosméticos e, em virtude de seu matrimônio, deixou de comparecer ao trabalho por 2 (dois) dias consecutivos, não obtendo prejuízo em seu salário.**
- (A) Apenas I, III e IV.
- (B) Apenas II, III e IV.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas I e IV.
- (E) Apenas II e IV.

51. Celso é agente diplomático brasileiro e se encontra exercendo sua profissão em outro país. Em visita ao Brasil, envolveu-se em um imbróglio pessoal com Manuel, resultando deste um possível litígio, tendo posteriormente Celso retornado ao país onde exerce sua profissão. Em relação ao que dispõe o Código Civil de 2002 sobre o domicílio, assinale a alternativa correta.

- (A) Diante da profissão exercida por Celso, apenas poderá ele ser demandado judicialmente no país onde exerce sua função, o que se justifica em razão de ser nesse país o seu domicílio.
- (B) Considerando o imbróglio que versa o enunciado, em eventual ação judicial movida por Manuel, citado Celso no estrangeiro, diante de alegação de extraterritorialidade por este, sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, poderá ser demandado no Distrito Federal ou no último ponto do território brasileiro onde o teve.
- (C) Tendo-se em vista a profissão exercida por Celso ser equiparada a da pessoa denominada de marítimo, não é possível atribuir-lhe domicílio. Portanto eventual demanda judicial de interesse de Manuel contra Celso restará impossibilitada de ajuizamento.
- (D) Diante do interesse de Manuel em ajuizar ação em face de Celso, este deverá ser demandado essencialmente no Distrito Federal, por ser considerado este o local necessário de domicílio de funcionários públicos a serviço com atividade no exterior, sem exceções.
- (E) Caso Manuel pretenda acionar Celso judicialmente em razão do imbróglio, não será levado em conta a profissão exercida por Celso para que seja definido o possível domicílio onde possa este ser demandado, visto ser vedado pelo Código Civil a utilização das relações concernentes à profissão para definir o domicílio.

52. Assinale a alternativa correta envolvendo os temas Penhor, Anticrese e Hipoteca.

- (A) Dos temas descritos no enunciado, possuem natureza jurídica de Direitos Reais apenas a hipoteca e a anticrese, visto que a natureza jurídica do penhor é de Direito das Coisas, em razão de exercer-se apenas a posse por meio desse direito.

- (B) Anticrese é uma modalidade de título executivo extrajudicial, assim como a duplicata e a letra de câmbio.
- (C) De acordo com o Código Civil de 2002, o penhor pode recair apenas sobre bens móveis.
- (D) O penhor decorre essencialmente de determinação judicial.
- (E) Bens imóveis podem ser oferecidos como garantia em juízo, mas não em instrumentos particulares de contrato.

53. João proferiu ofensa pública direcionada a Carlos, valendo-se, para tanto, do uso de redes sociais para a propagação da informação. A ofensa ocorreu no dia 16 de abr. de 2015, sendo que Carlos moveu ação judicial contra João na data de 27 jun. 2018 com o intuito de ser indenizado pelas ofensas proferidas. Considerando os ditames da legislação civil, assinale a alternativa correta.

- (A) O pedido da ação de Carlos deve ser julgado improcedente, visto que ofensas proferidas por meio de redes sociais possuem irrelevância diante do uso banalizado desse meio de comunicação, não sendo, portanto, tutelado pela legislação civil.
- (B) A carga valorativa atribuída à ofensa pública gera a necessidade de reparação independentemente do meio utilizado para realizar a ofensa. Não sendo possível, entretanto, medir a extensão do ocorrido, o valor indenizatório deve ser fixado no mínimo positivado.
- (C) De acordo com as datas expostas, em que pese o direito encontrar-se prescrito, este ainda não decaiu, sendo correto o ajuizamento da ação e seu normal prosseguimento para discussão da indenização apenas em vias de tratamento decadencial, visto que a prescrição impede o direito de agir, mas não a pretensão indenizatória.
- (D) Não há o que se falar em prescrição em relação ao exposto no enunciado, tendo-se em vista que se aplica ao caso em tela o prazo prescricional quinquenário.
- (E) O direito tratado na ação encontra-se prescrito e, por tratar-se de matéria de ordem pública, pode a ação ser liminarmente rejeitada por meio de seu julgamento com análise do mérito e de ofício pelo magistrado.

54. Tício, dezessete anos, brasileiro, casado e estudante, moveu ação judicial contra Mévio, síndico do condomínio edilício onde reside, com o intuito de exigir deste a prestação de contas do direcionamento dado ao capital mensal do condomínio diante de suspeita de gastos exorbitantes não comprovados. Diante do exposto, analise as alternativas a seguir e assinale a que se coaduna com a legislação civil e processual civil vigente.

- (A) Mévio não possui obrigação de prestar contas, tendo-se em vista que o síndico de condomínio edilício goza de liberalidade na destinação das verbas condominiais.
- (B) Tício não possui interesse de agir que baseie o ajuizamento de sua ação, tendo-se em vista que encontra-se com 17 anos, não podendo exercer os atos da vida civil por completo.
- (C) Diante de gastos exorbitantes não comprovados, Mévio é classificado como pródigo, sendo, por conseguinte, absolutamente incapaz, não podendo, portanto, constar no polo passivo da ação de exigir contas.
- (D) Em que pese Tício possuir dezessete anos, este se encontra casado, estando, portanto, apto à prática de todos os atos da vida civil, assim como ajuizar o procedimento judicial de exigir contas.
- (E) Diante do fato de Tício ser relativamente incapaz, é essencial sua participação na ação judicial por meio de representante legal.

55. William, maior e capaz, realizará com Denise um contrato de mandato, fornecendo ainda a esta uma procuração, sendo que ambos os documentos prestar-se-ão para que possa realizar a prática de todos os atos de sua vida civil, podendo representá-lo amplamente. Diante do exposto e de acordo com a legislação civil vigente, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Mesmo diante da inexistência de poderes expressos, poderá Denise realizar a prática de atos de alienação e hipoteca em relação aos bens de William, tendo-se em vista que o mandato e a procuração constam de forma ampla e genérica para a prática dos atos da vida civil.
- (B) Caso seja o mandato oneroso e William não realize o pagamento da contraprestação à Denise, poderá esta reter objetos utilizados

na realização dos serviços, o que poderá servir de pagamento daquilo que lhe é devido.

- (C) Caso o contrato de mandato seja omissivo em relação ao aspecto oneroso, poderá o contrato ser presumido como gratuito, exceto se o seu objeto corresponder ao daquele que o mandatário trata por ofício ou profissão lucrativa.
- (D) Caso Denise pratique atos que excedam os limites de seu contrato, tais atos serão tratados como ineficazes em relação àquele em cujo nome foram praticados.
- (E) Todas as pessoas capazes são aptas para dar procuração mediante instrumento particular, que valerá desde que tenha a assinatura do outorgante.

56. Os formandos de um determinado curso de ensino superior tiveram problemas em relação à contratação com a empresa de formatura que realizaria suas solenidades festivas. Ocorre que a empresa não realizou o evento na data contratada. A má prestação dos serviços da empresa de formatura acarretou ajuizamento de ação judicial por vinte dos formandos contra a empresa. Diante do exposto e considerando a legislação processual civil vigente, assinale a alternativa correta.

- (A) Caso o magistrado julgador do caso disposto no enunciado entenda que a quantidade de pessoas no polo ativo da ação pode prejudicar a rápida solução do litígio, poderá limitar o litisconsórcio.
- (B) Diante da inexistência de comunhão de direitos ou obrigações, no caso em tela o litisconsórcio não é permitido, devendo cada um dos litigantes manejar ação própria.
- (C) Tendo-se em vista que no caso exposto pelo enunciado ocorre apenas afinidade de questões por ponto comum de fato ou de direito, o litisconsórcio é necessário.
- (D) Intimado um dos litisconsortes, todos serão dados como intimados, independentemente de como regem-se suas representações em juízo, o que se justifica em razão da conexão de direitos que os une.
- (E) Ao realizar o juízo de admissibilidade da petição inicial, o juiz elegerá um litisconsorte como principal para gerir o andamento do processo, sendo que apenas este assim poderá fazê-lo.

57. Júlio manejou procedimento de execução contra Marco com base em título executivo extrajudicial contendo obrigação de pagamento de quantia. Marco perdeu o prazo para embargos à execução e deixou de realizar o cumprimento da obrigação a ele imputada. Diante do exposto e de acordo com os ditames da legislação processual civil, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Caso Marco aliene seu patrimônio a fim de impossibilitar o pagamento da obrigação, poderá incorrer em fraude à execução, o que poderá gerar a ineficácia da alienação em relação ao exequente Júlio.
- (B) As atitudes de Marco que dificultem a realização de penhora poderão ser classificadas como ato atentatório à dignidade da justiça, podendo acarretar em multa de até 20% (vinte por cento).
- (C) Caso Marco aliene seu patrimônio a fim de impossibilitar o pagamento da obrigação, poderá incorrer em fraude contra credores, o que poderá gerar a anulação da alienação com efeitos *erga omnes*.
- (D) Caso Marco houvesse manejado embargos à execução e obtido sucesso nesse procedimento com a declaração de inexistência da obrigação que deu ensejo à execução, Júlio teria a obrigatoriedade de ressarcir eventuais danos causados pelo procedimento executivo.
- (E) Tendo-se em vista que Marco não manejou embargos à execução, Júlio pode desistir de toda a execução, independentemente da concordância de Marco.

58. Referente à exceção de pré-executividade, também denominada objeção de pré-executividade, assinale a alternativa correta.

- (A) Tal método de defesa deve ser manejado no prazo dos embargos à execução em caso de processo de execução, ou no prazo da impugnação ao cumprimento de sentença no caso de cumprimento de sentença.
- (B) Esse instituto processual civil é uma modalidade de procedimento executivo que visa ao preparo do procedimento de execução principal, contendo aspectos de tutela cautelar.
- (C) Em que pese não reconhecida de maneira expressamente positivada, essa forma de manifestação é amplamente aceita em procedimentos executivos, principalmente em razão de ser considerado cabível como

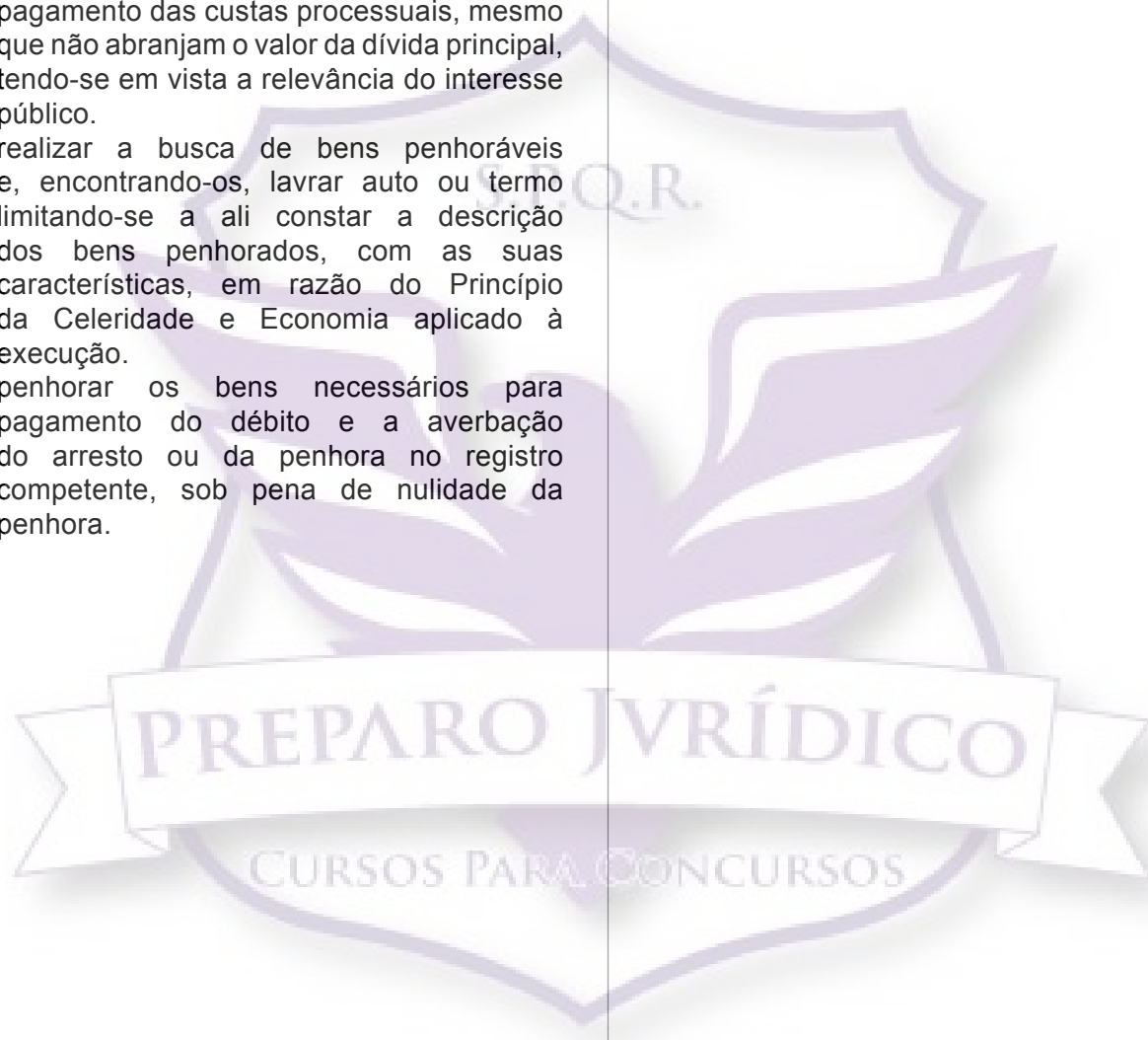
matéria de discussão mormente as matérias classificadas como de ordem pública.

- (D) Trata-se de método constitucionalmente garantido, visando à ampla garantia do contraditório, até mesmo em casos de perda do prazo de embargos à execução.
- (E) Em sede de procedimento de execução, a prescrição não pode ser assunto tratado em exceção/objeção de pré-executividade, visto que a legislação processual civil reserva tal matéria para as defesas denominadas de embargos à execução ou impugnação ao cumprimento de sentença.

59. Em relação à tutela executiva, assinale a alternativa correta.

- (A) A execução deve propiciar ao exequente exatamente e apenas aquilo que ele obteria com o adimplemento voluntário, não podendo ser substituída a coisa em caso de deterioração.
- (B) A responsabilidade em sede de direito de superfície recai, em relação ao superficiário, tanto sobre o eventual bem imóvel que se encontra em sua posse quanto sobre os frutos de eventual atividade ali realizada.
- (C) Tendo-se em vista que os procedimentos de execução não preveem contestação, não se aplica sobre estes o princípio do contraditório e ampla defesa, principalmente em razão de a existência de título executivo esgotar qualquer matéria de defesa.
- (D) Independentemente da participação do fiador do título executivo extrajudicial na fase cognitiva do procedimento judicial, este poderá ser executado na fase de cumprimento de sentença.
- (E) O processo de execução de títulos extrajudiciais pode ser promovido contra o responsável titular do bem vinculado por garantia real ao pagamento do débito.

- 60. Diante do não cumprimento da obrigação, munido do mandado de penhora, poderá o oficial de justiça**
- (A) como primeiro ato de constrição a ser praticado penhorar os frutos ou rendimentos dos bens inalienáveis, tendo-se em vista respeitar a ordem de penhora prevista pela lei processual civil.
 - (B) penhorar os livros, as máquinas, as ferramentas, os utensílios, os instrumentos ou outros bens móveis necessários ou úteis ao exercício da profissão do executado, em caso de dívida trabalhista.
 - (C) realizar a penhora de bens suficientes para pagamento das custas processuais, mesmo que não abranjam o valor da dívida principal, tendo-se em vista a relevância do interesse público.
 - (D) realizar a busca de bens penhoráveis e, encontrando-os, lavrar auto ou termo limitando-se a ali constar a descrição dos bens penhorados, com as suas características, em razão do Princípio da Celeridade e Economia aplicado à execução.
 - (E) penhorar os bens necessários para pagamento do débito e a averbação do arresto ou da penhora no registro competente, sob pena de nulidade da penhora.



ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.



**ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA
ESPECIALIDADE OFICIAL DE JUSTIÇA
AVALIADOR FEDERAL**

NÍVEL SUPERIOR

MANHÃ

Nome do Candidato _____

Inscrição _____



COMPOSIÇÃO DO CADERNO

Discursiva - Estudo de Caso 01

Língua Portuguesa 01 a 15

Legislação 16 a 20

Noções sobre Direitos das
Pessoas com Deficiência 21 a 25

Noções de Informática 26 a 30

Conhecimentos Específicos 31 a 60



INSTRUÇÕES

- Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas e na Versão Definitiva da Discursiva. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração, e se o cargo corresponde àquele para o qual você se inscreveu. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência, comunique ao fiscal.
- Os únicos documentos válidos para avaliação são a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Discursiva. Só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta para transcrição da Versão Definitiva da Discursiva e para o preenchimento da Folha de Respostas, que deve ser preenchida da seguinte maneira: ●
- O prazo de realização da prova é de 4 (quatro) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas e a transcrição da Versão Definitiva da Discursiva. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o caderno de questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
- Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.
- Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Discursiva, devidamente preenchidas e assinadas. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.
- As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AOCB - www.institutoaocp.org.br, no dia posterior à aplicação da prova.
- O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

PROVA

02

**LEMBRE-SE DE MARCAR O NÚMERO
CORRESPONDENTE À SUA PROVA NA
FOLHA DE RESPOSTAS!**

INSTRUÇÕES

A Prova Discursiva - Estudo de Caso será avaliada considerando-se os seguintes aspectos:

1. Atendimento ao tema proposto na questão;
2. Conhecimento técnico-científico sobre a matéria;
3. Clareza de argumentação/senso crítico em relação ao tema proposto na questão;
4. Utilização adequada da Língua Portuguesa.

O candidato terá sua Prova Discursiva - Estudo de Caso avaliada com nota 0 (zero) em caso de:

- a. não atender ao Tema do Estudo de Caso proposto e ao conteúdo avaliado;
 - b. manuscruver em letra ilegível ou grafar por outro meio que não o determinado no Edital;
 - c. apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
 - d. redigir seu texto a lápis, ou à tinta em cor diferente de azul ou preta;
 - e. não apresentar a questão redigida na Folha da Versão Definitiva ou entregá-la em branco;
 - f. apresentar identificação, em local indevido, de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).
- **A Folha da Versão Definitiva será o único documento válido para a avaliação da Prova Discursiva. As folhas para rascunho, no caderno de questões, são de preenchimento facultativo e não valerão para a finalidade de avaliação da Prova Discursiva.**
 - **O candidato disporá de, no mínimo, 20 (vinte) linhas e, no máximo, 30 (trinta) linhas para elaborar a resposta da questão, sendo desconsiderado para efeito de avaliação qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão de 30 (trinta) linhas.**
 - **A Prova Discursiva deverá ser feita à mão pelo próprio candidato, em letra legível, com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.**

DISCURSIVA- ESTUDO DE CASO - RASCUNHO

1. **Carlos é Oficial de Justiça e recebeu um mandado de cumprimento para a citação da empresa Pizzaria Massas Finas Ltda., situada em um Hotel Fazenda, local não abrangido pelo serviço de entrega domiciliar de correspondência. O mandado em questão é referente a uma ação que a ex-empregada, Cristina, ingressou, no dia 10 de fev. de 2018, pleiteando verbas, com valor da causa de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), sendo a audiência agendada para o dia 15 de mar. de 2018. Diante do exposto, responda a questão, apresentando se há alguma relação entre o estabelecimento comercial da empresa não ser abrangido por entrega domiciliar de correspondência e a citação ter sido direcionada a Carlos para cumprimento; em qual horário Carlos deve cumprir o mandado de citação; se, na hipótese de Carlos não encontrar representantes da empresa, a citação poderia ser feita por edital; e se o representante da reclamada, devidamente citado, não puder comparecer à audiência agendada, poderá se fazer substituir por um amigo. Justifique suas respostas, pautando-se, inclusive, na Lei nº 13.467/2017.**

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____

9. _____
10. _____
11. _____
12. _____
13. _____
14. _____
15. _____
16. _____
17. _____
18. _____
19. _____
20. _____
21. _____
22. _____
23. _____
24. _____
25. _____
26. _____
27. _____
28. _____
29. _____
30. _____



ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto I

Os medos que o poder transforma em mercadoria política e comercial

Zygmunt Bauman

O medo faz parte da condição humana. Poderíamos até conseguir eliminar uma por uma a maioria das ameaças que geram medo (era justamente para isto que servia, segundo Freud, a civilização como uma organização das coisas humanas: para limitar ou para eliminar totalmente as ameaças devidas à casualidade da Natureza, à fraqueza física e à inimizade do próximo): mas, pelo menos até agora, as nossas capacidades estão bem longe de apagar a “mãe de todos os medos”, o “medo dos medos”, aquele medo ancestral que decorre da consciência da nossa mortalidade e da impossibilidade de fugir da morte.

Embora hoje vivamos imersos em uma “cultura do medo”, a nossa consciência de que a morte é inevitável é o principal motivo pelo qual existe a cultura, primeira fonte e motor de cada e toda cultura. Pode-se até conceber a cultura como esforço constante, perenemente incompleto e, em princípio, interminável para tornar vivível uma vida mortal. Ou pode-se dar mais um passo: é a nossa consciência de ser mortais e, portanto, o nosso perene medo de morrer que nos tornam humanos e que tornam humano o nosso modo de ser-no-mundo.

A cultura é o sedimento da tentativa incessante de tornar possível viver com a consciência da mortalidade. E se, por puro acaso, nos tornássemos imortais, como às vezes (estupidamente) sonhamos, a cultura pararia de repente [...].

Foi precisamente a consciência de ter que morrer, da inevitável brevidade do tempo, da possibilidade de que os projetos fiquem incompletos que impulsionou os homens a agir e a imaginação humana a alçar voo. Foi essa consciência que tornou necessária a criação cultural e que transformou os seres humanos

em criaturas culturais. Desde o seu início e ao longo de toda a sua longa história, o motor da cultura foi a necessidade de preencher o abismo que separa o transitório do eterno, o finito do infinito, a vida mortal da imortal; o impulso para construir uma ponte para passar de um lado para outro do precipício; o instinto de permitir que nós, mortais, tenhamos incidência sobre a eternidade, deixando nela um sinal imortal da nossa passagem, embora fugaz.

Tudo isso, naturalmente, não significa que as fontes do medo, o lugar que ele ocupa na existência e o ponto focal das reações que ele evoca sejam imutáveis. Ao contrário, todo tipo de sociedade e toda época histórica têm os seus próprios medos, específicos desse tempo e dessa sociedade. Se é incauto divertir-se com a possibilidade de um mundo alternativo “sem medo”, em vez disso, descrever com precisão os traços distintivos do medo na nossa época e na nossa sociedade é condição indispensável para a clareza dos fins e para o realismo das propostas. [...]

(Adaptado de <http://www.ihu.unisinos.br/563878-os-medos-que-o-poder-transforma-em-mercadoria-politica-e-comercial-artigo-de-zygmunt-bauman> - Acesso em 26/03/2018)

As questões de 1 a 9 referem-se ao texto I.

1. Em relação ao texto I, assinale a alternativa correta.
 - (A) Uma das propriedades linguísticas que caracterizam o texto como argumentativo é a predominância de formas verbais no pretérito.
 - (B) Os verbos e pronomes em primeira pessoa do plural, presentes em “Poderíamos até conseguir eliminar uma por uma a maioria das ameaças que geram medo [...]” e “[...] é a nossa consciência de ser mortais e, portanto, o nosso perene medo [...]” são fortes marcas do tipo textual injuntivo, predominante no texto.
 - (C) O tipo argumentativo é o eixo da construção do texto, tendo em vista que o autor defende uma tese por meio de relações lógicas de argumentação. Uma dessas relações é a de condição, presente no excerto “E se, por puro acaso, nos tornássemos imortais, como às vezes (estupidamente) sonhamos, a cultura pararia de repente [...]”.

- (D) Não é possível classificar o tipo textual predominante no texto I, uma vez que os tipos textuais constituem uma lista irrestrita na cultura linguística. Ao contrário disso, os gêneros textuais compõem uma lista restrita, o que possibilita que se classifique o texto I como um artigo de opinião.
- (E) O amplo uso de figuras de linguagem, especialmente de metáforas, no texto I, é uma pista de que o tipo narrativo é o eixo da construção textual, enriquecendo as formas de expressão do autor a partir do uso de uma linguagem denotativa.

2. Em relação ao texto I, assinale a alternativa correta.

- (A) Em “Foi precisamente a consciência de ter que morrer, da inevitável brevidade do tempo, da possibilidade de que os projetos fiquem incompletos [...]”, todos os elementos em destaque são exigidos pela regência da palavra “consciência”.
- (B) Em “Desde o seu início e ao longo de toda a sua longa história, o motor da cultura foi a necessidade de preencher o abismo que separa o transitório do eterno [...]” (4º parágrafo), o pronome em destaque faz referência à “consciência de ter que morrer”.
- (C) Em “[...] para limitar ou para eliminar totalmente as ameaças devidas à casualidade da Natureza, à fraqueza física e à inimizade do próximo [...]”, o uso da crase é facultativo antes de “fraqueza” e antes de “inimizade”, tendo em vista que tais termos são regidos pela mesma palavra.
- (D) Em “[...] todo tipo de sociedade e toda época histórica têm os seus próprios medos [...]”, há um sujeito composto que justifica o uso do acento circunflexo no verbo destacado, marcando a flexão de número.
- (E) Em “[...] as nossas capacidades estão bem longe de apagar a ‘mãe de todos os medos’ [...]”, o termo “mãe de todos os medos” está entre aspas para destacar uma citação direta de outrem, trazendo ao texto outras vozes para comprovar o ponto de vista do autor.

3. No excerto “[...] a nossa consciência de que a morte é inevitável é o principal motivo pelo qual existe a cultura [...]”, a expressão em destaque pode ser substituída, sem gerar prejuízo gramatical, por

- (A) por que.
(B) porque.
(C) cujo.
(D) por qual.
(E) porquê.

4. Conjunções ou locuções conjuntivas são palavras invariáveis utilizadas para ligar orações ou palavras da mesma oração. As conjunções destacadas nos trechos a seguir estabelecem determinados sentidos, introduzindo uma relação semântica entre as orações. Assinale a alternativa que apresenta, entre parênteses, a interpretação correta da conjunção destacada.

- (A) “[...] é a nossa consciência de ser mortais e, portanto, o nosso perene medo de morrer que nos tornam humanos [...]” (justificativa)
- (B) “[...] se, por puro acaso, nos tornássemos imortais, como às vezes (estupidamente) sonhamos, a cultura pararia de repente [...]” (causa)
- (C) “Se é incauto divertir-se com a possibilidade de um mundo alternativo ‘sem medo’, em vez disso, descrever com precisão os traços distintivos do medo na nossa época e na nossa sociedade é condição indispensável.” (hipótese)
- (D) “[...] interminável para tornar vivível uma vida mortal. Ou pode-se dar mais um passo: é a nossa consciência de ser mortais [...]” (finalidade)
- (E) “Embora hoje vivamos imersos em uma ‘cultura do medo’, a nossa consciência de que a morte é inevitável.” (consequência)

5. Qual(is) é(são) o(s) item(ns) que reescreve(m), sem gerar prejuízo sintático ou alteração de sentido, o excerto: “Se é incauto divertir-se com a possibilidade de um mundo alternativo ‘sem medo’, em vez disso, descrever com precisão os traços distintivos do medo na nossa época e na nossa sociedade é condição indispensável para a clareza dos fins e para o realismo das propostas. [...]”?

- I. Se é ingênuo deleitar-se com a possibilidade de um mundo paralelo “sem medo”, é imperativo, por outro lado, para a clareza de finalidades e para a nudez das propostas, descrever rigorosamente aquilo que distingue o medo em nosso contexto temporal e social.
- II. Se é irrefletida a diversão pela possibilidade de um mundo alternativo livre do medo, não obstante, a fim de delimitar a factualidade das propostas e clarificar os propósitos, é imprescindível delinear precisamente as características do medo tal como vivemos.
- III. Se é sensato divertir-se com a ideia de um mundo paralelo “sem medo”, ao invés disso, é exigência oportuna descrever relativamente tudo o que define o medo nesta época e sociedade, posto que há clareza dos fins e realismo nas propostas.

- (A) Apenas II.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas I e III.
(D) Apenas I e II.
(E) I, II e III.

6. Assinale a alternativa em que o termo “até” apresenta o mesmo valor semântico que recebe na frase “Pode-se até conceber a cultura como esforço constante, perenemente incompleto e, em princípio, interminável para tornar vivível uma vida mortal. Ou pode-se dar mais um passo [...]”.

- (A) É melhor escondê-lo, pelo menos até conseguirmos um local seguro.
(B) Você pode até tentar, mas não conseguirá se esconder.
(C) Chorei até ficar cansado.
(D) Você pode andar até aqui ou pode chegar mais longe.
(E) O produto custa até quatro vezes mais que seu genérico.

7. Assinale a alternativa correta a respeito do excerto “[...] Desde o seu início e ao longo de toda a sua longa história, o motor da cultura foi a necessidade de preencher o abismo que separa o transitório do eterno, o finito do infinito, a vida mortal da imortal; o impulso para construir uma ponte para passar de um lado para outro do precipício; o instinto de permitir que nós, mortais, tenhamos incidência sobre a eternidade, deixando nela um sinal imortal da nossa passagem, embora fugaz.”.

- (A) As expressões “desde” e “ao longo de” referem-se temporalmente à história da cultura, sendo que a primeira está ligada a um ponto temporal de origem, enquanto a segunda está ligada à extensão temporal a partir desse ponto.
(B) O excerto constitui-se de variadas antíteses, as quais colocam em oposição ideias que se referem à cultura e à história. Com isso, o autor traz maior impessoalidade, objetividade e formalidade ao texto.
(C) Ao utilizar a expressão “nós, mortais”, o autor evita dialogar com o leitor do texto, com a finalidade de potencializar eventuais contestações que possam ocorrer diante da sua argumentação.
(D) O verbo “tenhamos” está flexionado de modo que se interpreta uma ação factual que ocorre no momento da fala, por isso afirma-se que está no presente do modo indicativo.
(E) As palavras “impulso” e “instinto” revelam o caráter finito da vida. Referem-se, semanticamente, ao “abismo que separa o transitório do eterno, o finito do infinito, a vida mortal da imortal” e complementam, sintaticamente, o verbo “preencher”.

8. O processo de derivação imprópria de palavras compreende a mudança de classe de uma palavra, estendendo-lhe a significação. Assinale a alternativa cujo excerto apresenta tal processo de derivação na palavra em destaque.

- (A) “A cultura é o sedimento da tentativa incessante de tornar possível [...]”
(B) “[...] o lugar que ele ocupa na existência [...]”
(C) “[...] todo tipo de sociedade e toda época histórica têm os seus próprios medos [...]”
(D) “Os medos que o poder transforma em mercadoria política e comercial [...]”

(E) “[...] a necessidade de preencher o abismo que separa o transitório do eterno [...]”

9. Em relação às ideias do texto I, assinale a alternativa correta.

- (A) O medo da morte, embora fugaz, cria a consciência de uma perene brevidade do tempo, instaurando no ser humano a possibilidade de um mundo alternativo, de acordo com cada período histórico.
- (B) O modo de ser-no-mundo é definido pelos traços distintivos dos diferentes contextos histórico-culturais. O medo da morte é, nesse ínterim, dispensável para a definição de toda produção cultural e artística.
- (C) As diversas origens do medo e seus significados sócio-históricos são fluidos, e compreendê-los é tarefa obrigatória na finalidade de acessar sua funcionalidade nas diferentes épocas e contextos.
- (D) Separar a vida e a morte é tarefa da criação cultural, uma vez que as invenções humanas permitem a superação da mortalidade humana e do medo desta.
- (E) A possibilidade da imortalidade não cessaria a produção cultural, tendo em vista que a cultura independe da condição finita da vida humana.

Texto II

O Medo

Em verdade temos medo.
Nascemos no escuro.
As existências são poucas;
Carteiro, ditador, soldado.
Nosso destino, incompleto.
E fomos educados para o medo.
Cheiramos flores de medo.
Vestimos panos de medo.
De medo, vermelhos rios
Vadeamos.
Somos apenas uns homens e a natureza traiu-nos.
Há as árvores, as fábricas,
Doenças galopantes, fomes.
Refugiamo-nos no amor,
Este célebre sentimento,
E o amor faltou: chovia,
Ventava, fazia frio em São Paulo.
Fazia frio em São Paulo...
Nevava. [...]

(Poema extraído da obra “A Rosa do Povo”. ANDRADE, Carlos Drummond de. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945)

As questões de 10 a 13 referem-se ao texto II.

10. Em relação às ideias do texto II, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. Nos versos “Cheiramos flores de medo.” e “Vestimos panos de medo.”, observa-se que o poeta utiliza-se da semelhança sintática com o intuito de ressaltar a imagem do medo que aparece constantemente ao longo do poema.
- II. Em “Somos apenas uns homens e a natureza traiu-nos.”, o pronome “nos” poderia ser anteposto ao verbo “traiu”, resultando em “Somos apenas uns homens e a natureza nos traiu”.
- III. Trata-se de uma poesia de cunho social, na qual se expressa as inquietudes do poeta frente às condições humanas desiguais e ao mundo fragmentado e caótico criado pelo próprio homem.

- (A) Apenas I.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas I e III.
(D) Apenas II.
(E) I, II e III.

11. Em relação ao texto II, assinale a alternativa correta.

- (A) Em “E o amor faltou: chovia,/ Ventava, fazia frio em São Paulo.”, os dois-pontos são utilizados para indicar um esclarecimento e podem ser substituídos pela conjunção “porque”.
- (B) Em “Fazia frio em São Paulo.../ Nevava.”, as reticências são utilizadas para realçar a expressão “Nevava” e podem ser substituídas pela conjunção “conquanto”.
- (C) Em “Somos apenas uns homens e a natureza traiu-nos.”, o poeta utiliza de forma equivocada a colocação do pronome “nos”, o que só é possível devido à licença poética própria desse gênero.
- (D) Em “Cheiramos flores de medo./ Vestimos panos de medo.”, os verbos vestir e cheirar são bitransitivos, ou seja, ambos apresentam um complemento com preposição e um complemento sem preposição.
- (E) Em “Nosso destino, incompleto.”, a vírgula está sendo utilizada para isolar um aposto explicativo.

12. A metonímia é uma figura de linguagem que consiste em usar uma palavra por outra com a qual se relaciona. Essa troca se faz não porque as palavras são sinônimas, mas porque uma evoca a outra. Assinale a alternativa que apresenta uma metonímia.

- (A) “Cheiramos flores de medo./ Vestimos panos de medo.”
- (B) “Ventava, fazia frio em São Paulo/ Fazia frio em São Paulo...”
- (C) “Nosso destino, incompleto./ E fomos educados para o medo.”
- (D) “Somos apenas uns homens e a natureza traiu-nos.”
- (E) “Em verdade temos medo.”

13. Em relação às ideias do texto II, assinale a alternativa correta.

- (A) O eu-lírico revela satisfação com o tempo presente e uma perspectiva futura otimista e de certezas, o que se expressa pelo verso “Refugiamo-nos no amor”.
- (B) Os versos “E fomos educados para o medo. / Cheiramos flores de medo. / Vestimos panos de medo.” consistem em uma extensão e complementação das ideias contidas nos versos que celebram a cidade de São Paulo.
- (C) Há um conflito entre o sujeito lírico, o leitor e o medo, uma vez que ter medo é uma ação que regula e limita a condição social do sujeito. Isso se expressa nos versos “As existências são poucas:/ Carteiro, ditador e soldado”.
- (D) O verso “E fomos educados para o medo” demonstra a necessidade de o ser humano se adequar à realidade externa, expressa nos versos “Nascemos no escuro./ As existências são poucas”.
- (E) Compreende-se que a exclusão social origina-se do medo e do comportamento apavorante e melancólico dos indivíduos. Isso se comprova pelo verso “Somos apenas uns homens e a natureza traiu-nos.”.

14. A correção ortográfica é requisito elementar de qualquer texto e é ainda mais importante quando se trata de textos oficiais. Assinale a alternativa que apresenta a grafia correta de todas as palavras.

- (A) Hermético, homogêneo, beneficiante.
(B) Ansiar, despender, exceção.
(C) Compunção, sossobrar, consecução.
(D) Viço, obssoleto, aldeamento.
(E) Frontespício, freiar, arroubo.

15. Conforme o que se estabelece no Manual de Redação da Presidência da República, assinale a alternativa correta a respeito das regras de Correspondência Oficial.

- (A) Um dos atrativos da comunicação por Correio eletrônico é sua flexibilidade. Entretanto, é necessário definir forma rígida para sua estrutura, já que se trata de um gênero de Comunicação Oficial.
- (B) O uso do Telegrama deve ser priorizado, tendo em vista que se trata de uma forma de comunicação utilitária e econômica aos cofres públicos.
- (C) Exposição de motivos é o expediente dirigido ao Presidente da República ou ao Vice-Presidente para: a) informá-lo de determinado assunto; b) propor alguma medida; ou c) submeter à sua consideração projeto de ato normativo. Em regra, a Exposição de motivos é dirigida ao Presidente da República por um Ministro de Estado.
- (D) O Memorando é a modalidade de comunicação entre unidades administrativas de um mesmo órgão, que podem estar hierarquicamente em mesmo nível ou em nível diferente. Esse tipo de comunicação tem caráter exclusivamente administrativo e apresenta complexidade de procedimentos burocráticos.
- (E) Aviso e Ofício são modalidades de Comunicação Oficial diferentes, porque o Ofício é expedido exclusivamente por Ministros de Estado, para autoridades de mesma hierarquia. O Aviso, por outro lado, é expedido para e pelas demais autoridades.

16. Assinale a alternativa que apresenta princípios éticos expressamente elencados no Código de Ética do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

- (A) Transparência, economia, celeridade processual e comprometimento.
- (B) Honestidade, transparência, dignidade, respeito e responsabilidade social e ambiental.
- (C) Respeito, decoro, duplo grau de jurisdição e preservação do patrimônio público.
- (D) Celeridade, respeito, razoável duração do processo e eficácia vinculante dos precedentes.
- (E) Transparência, desenvolvimento pessoal e valorização da verdade real dos fatos.

17. No que diz respeito aos direitos do servidor, assinale a alternativa condizente com o que prevê o Código de Ética.

- (A) Caso um dos servidores lotados em determinada Vara do Trabalho esteja enfrentando problemas pessoais e psíquicos, os demais servidores serão cientificados para que contribuam com a recuperação do servidor debilitado no que diz respeito às atribuições do ambiente de trabalho.
- (B) O servidor poderá ausentar-se do local de trabalho e desenvolver suas atividades de sua própria residência, sempre que perceber que isso contribuirá para o aumento de sua produtividade. Para tanto, o servidor deverá comunicar seus superiores.
- (C) É permitido ao servidor o exercício não remunerado de encargo de mandatário, desde que não implique a prática de atos de comércio ou outros incompatíveis com o exercício do cargo, nos termos da lei.
- (D) Ao servidor é permitido receber, excepcionalmente em ocasiões de festividade, presentes de pessoa física ou jurídica interessada na atividade do servidor.
- (E) O servidor poderá opinar publicamente a respeito do mérito de questão que lhe for submetida, para análise individual, salvo aquelas de conhecimento geral.

18. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, em caso de afastamento de desembargador integrante de qualquer das seções especializadas, definitivamente ou por prazo superior a trinta dias, a vaga será preenchida por

- (A) desembargador na ordem de antiguidade, salvo se inexistir magistrado de segundo grau, caso em que será convocado juiz de primeira instância.
- (B) desembargador na ordem inversa de antiguidade, salvo se inexistir magistrado de segundo grau, caso em que será convocado juiz de primeira instância.
- (C) juiz de primeira instância na ordem inversa de antiguidade.
- (D) desembargador que já tiver composto a lista tríplice de indicação para ministro do Tribunal Superior do Trabalho.
- (E) juiz de primeira instância que atender a critérios de merecimento.

19. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, assinale a alternativa correta.

- (A) Competirá ao Corregedor Geral decidir os pedidos de remoção e permuta de juízes titulares, ouvida a Corregedoria Regional para informar o estado em que se encontram os serviços das respectivas Varas do Trabalho, inclusive se os pretendentes possuem atrasos na prolação de sentenças, expedindo os respectivos atos.
- (B) À supressão, acréscimo ou modificações das disposições dos atos de competência do Tribunal Pleno dá-se o nome de Ato Regimental.
- (C) Ementa Regimental trata-se da complementação do Regimento Interno.
- (D) As matérias constantes de Emendas ou Atos Regimentais, submetidas ao Tribunal Pleno e não aprovadas, apenas poderão ser novamente apreciadas após o decurso do prazo de seis meses.
- (E) Caberá ao Presidente do TRT-1 remeter ao Tribunal Superior do Trabalho, para envio ao Congresso Nacional, após aprovação pelo Órgão Especial, projetos de lei de interesse da Justiça do Trabalho em matéria de sua competência constitucional.

20. Tendo em vista que o termo “ética” deriva do grego *ethos*, que, por sua vez, guarda relação com os valores morais e princípios que devem nortear a conduta

humana na sociedade, e, ainda, o fato de que a ética pode variar de acordo com fatores culturais, assinale a alternativa que NÃO corresponde aos objetivos éticos perseguidos pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, quando da elaboração de seu Código de Ética.

- (A) Contribuir para transformar a visão, a missão, os objetivos e os valores institucionais do Tribunal em atitudes, comportamentos, regras de atuação e práticas organizacionais, orientados segundo elevado padrão de conduta ético-profissional, para realizar melhor a jurisdição trabalhista.
- (B) Assegurar ao servidor a preservação de sua imagem e de sua reputação, quando sua conduta estiver de acordo com as normas éticas estabelecidas no Código.
- (C) Reduzir a subjetividade das interpretações pessoais sobre os princípios e normas éticos adotados no Tribunal, facilitando a compatibilização dos valores individuais de cada servidor com os valores da instituição.
- (D) Estabelecer mecanismos de uniformização da jurisprudência do Tribunal, de modo a valorizar a segurança jurídica e a legítima confiança do jurisdicionado, em atenção aos princípios e normas éticos adotados.
- (E) Oferecer, por meio da Comissão de Ética, uma instância de consulta, visando esclarecer dúvidas quanto à conformidade da conduta do servidor com os princípios e normas de conduta nele tratados.

NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

21. José é pessoa com deficiência e está submetido ao regime de curatela. Ele pretende contrair matrimônio, no entanto seu curador o está impedindo. Nesse sentido, de acordo com os ditames da Lei nº 13.146/2015, o curador de José

- (A) não está agindo corretamente, já que a curatela atinge tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial.
- (B) não está agindo corretamente, já que, embora a curatela atinja atos de natureza matrimonial, caberia nesse caso ao poder judiciário a decisão sobre a autorização de se contrair matrimônio.

- (C) está agindo corretamente já que a curatela alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto do curatelado.
- (D) está agindo corretamente já que o ato de contrair matrimônio pode refletir na esfera patrimonial do curatelado.
- (E) está agindo corretamente já que à pessoa submetida ao regime de curatela é vedado contrair matrimônio.

22. Sebastião mora com seu pai, que é pessoa com deficiência física e beneficiário de pensão previdenciária. Sebastião, com claro objetivo de obter vantagem indevida para si, retém, de maneira indevida, o cartão magnético destinado ao recebimento da pensão previdenciária de seu pai. Com base no disposto na Lei nº 13.146/2015, a conduta de Sebastião é tipificada como crime punível com

- (A) reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.
- (B) detenção, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.
- (C) detenção, de 6 (seis) meses a 4 (quatro) anos, e multa.
- (D) reclusão, de 6 (seis) meses a 4 (quatro) anos, e multa.
- (E) detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

23. Antônio é pessoa com deficiência moderada e recebe o benefício de prestação continuada previsto no art. 20 da Lei nº 8.742/1993. Acontece que Antônio passou a exercer atividade remunerada que o enquadra como segurado obrigatório do RGPS (Regime Geral de Previdência Social). Nesse caso, de acordo com o previsto na Lei nº 13.146/2015, Antônio

- (A) não terá direito a qualquer auxílio, já que passou a exercer atividade remunerada.
- (B) terá direito a auxílio-inclusão, nos termos da lei.
- (C) não terá direito a auxílio inclusão, já que acumulará seu benefício de prestação continuada com a remuneração de sua atividade.
- (D) terá direito a auxílio inclusão, desde que opte por não se submeter ao Regime Geral de Previdência Social.
- (E) terá direito a cumular metade de seu benefício de prestação continuada com a remuneração de sua atividade.

24. Segundo disciplina o Decreto nº 3.298/1999, os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal direta e indireta responsáveis pela educação dispensarão tratamento prioritário e adequado aos assuntos relacionados à pessoa com deficiência. Nesse sentido, de acordo com o citado diploma legal, a educação do aluno com deficiência deverá iniciar-se na educação infantil a partir de

- (A) cinco anos.
- (B) zero ano.
- (C) um ano.
- (D) três anos.
- (E) dois anos.

25. A Resolução nº 230/2016 do CNJ disciplina que cada órgão do Poder Judiciário deverá manter um cadastro dos servidores, serventuários extrajudiciais e terceirizados com deficiência que trabalham no seu quadro. Esse cadastro deve especificar as deficiências e as necessidades particulares de cada servidor, terceirizado ou serventuário extrajudicial, sendo que a atualização desse cadastro deve ser permanente, devendo ocorrer uma revisão detalhada

- (A) uma vez por semestre.
- (B) uma vez por trimestre.
- (C) uma vez por bimestre.
- (D) uma vez por ano.
- (E) uma vez por biênio.

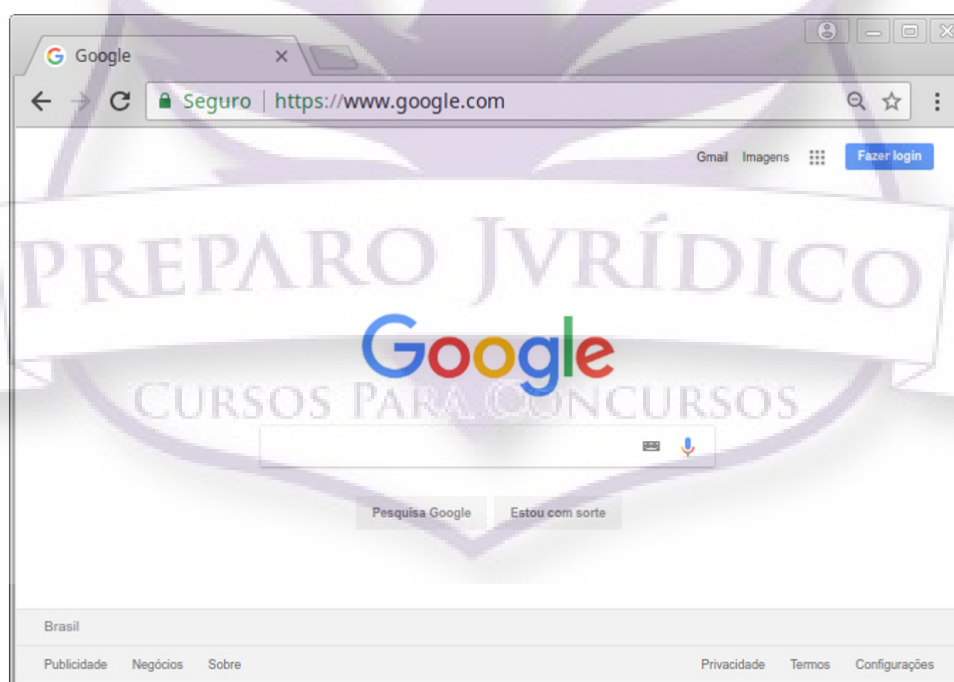
26. Um arquivo de vídeo normalmente possui uma combinação de imagens e sons, permitindo a visualização de filmes, animações e filmagens. Qual das alternativas a seguir possui somente extensões de arquivos utilizadas para a reprodução de vídeos?


- (A) .ppt, .mp4 e .avi
- (B) .jpg, .png e .gif
- (C) .avi, .mp3 e .gif
- (D) .mp3, .mp4 e .avi
- (E) .avi, .mp4 e .mkv


27. Ao enviar um e-mail incluindo endereços de destinatário no campo “Cco”, disponível em todas as ferramentas populares para o envio de e-mails, o que acontece?

- (A) Os destinatários que estão em “Cco” não conseguem ver para quem a mensagem foi enviada pelo campo “Para”.
- (B) Os destinatários que estão em “Cc” conseguem ver para quem a mensagem foi enviada em “Cco”.
- (C) O remetente receberá uma confirmação de quando a mensagem foi lida por cada destinatário incluído em “Cco”.
- (D) Os destinatários que não estão em “Cco” não conseguem ver para quem a mensagem foi enviada em “Cco”.
- (E) Somente os destinatários em “Cco” conseguem visualizar outros destinatários em “Cco”.

28. A imagem a seguir é uma janela do navegador Google Chrome (versão 66.x) na página de busca do Google. Ao acessar sites que exijam informações sensíveis, como dados de login, números de cartões de crédito e senhas, é essencial que o site forneça uma conexão criptografada e um certificado digital válido. Para obter informações sobre o certificado digital da página, em qual opção o usuário deverá clicar?



- (A) Na opção “Sobre” que está na parte inferior da imagem.
- (B) No símbolo de menu  e depois na opção “Sobre o certificado digital”.
- (C) No cadeado à esquerda do endereço do Google e depois na opção “Certificado”.

(D) No símbolo de menu  e depois na opção "Segurança".

(E) No símbolo  e depois na opção "Segurança".

29. Os periféricos de um computador podem ser classificados como sendo de entrada ou de saída. Qual das alternativas a seguir possui um exemplo de cada?

- (A) Mouse e teclado.
- (B) Monitor e impressora matricial.
- (C) Microfone e caixa de som.
- (D) Teclado e leitor de digitais.
- (E) Touch pad e teclado.

30. O backup de arquivos é altamente recomendado para prevenir a perda de dados importantes. Dos recursos apresentados a seguir, qual NÃO serve para fazer backup de arquivos?

- (A) Flash drive.
- (B) Memória RAM.
- (C) HD externo.
- (D) Nuvem.
- (E) Fita magnética.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Acerca da Justiça do Trabalho, de acordo com o que dispõe a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.
- (B) Os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, sete juizes, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.
- (C) Compete à Justiça do Trabalho, processar e julgar a execução de ofício da contribuição social do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a receita ou o faturamento, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir.
- (D) O Conselho Superior da Justiça do Trabalho é órgão da Justiça do Trabalho, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão

administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema, cujas decisões não terão efeito vinculante.

(E) Compete à Justiça do Trabalho, processar e julgar os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista e o Superior Tribunal de Justiça.

32. A Constituição Federal, em seu art. 114, III, dispõe que compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores. Tendo isso em vista, assinale a alternativa correta, de acordo com as disposições constitucionais, acerca da associação profissional ou sindical.

- (A) A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, bem como não poderá exigir registro em qualquer órgão estatal, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
- (B) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
- (C) A participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho é facultativa.
- (D) O aposentado filiado não poderá votar e ser votado nas organizações sindicais.
- (E) É vedada a criação de mais de uma organização sindical representativa da mesma categoria profissional ou econômica, ainda que em bases territoriais distintas.

33. De acordo com a Constituição Federal, o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Acerca das disposições constitucionais relativas ao Ministério Público, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- (B) A garantia de vitaliciedade prevista para os Membros do Ministério Público do Trabalho deve estar prevista em lei ordinária de iniciativa privativa do Procurador-Geral da República.
- (C) Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa.
- (D) A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.
- (E) Os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.

34. De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () A Constituição Federal fixa expressamente todas as competências das cortes superiores, aí inclusos o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça e o Tribunal Superior do Trabalho.
- () Dentre os membros do Tribunal Superior do Trabalho, estão seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.
- () Compete ao Tribunal Superior do Trabalho processar e julgar, originariamente, a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões.
- () O subsídio dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho corresponde a

noventa e cinco por cento do subsídio mensal fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

- (A) V – F – V – F.
- (B) V – F – F – V.
- (C) F – V – F – V.
- (D) F – V – V – F.
- (E) F – F – V – V.

35. Felipe é servidor estável no TRT. Diante disso, assinale a alternativa correta de acordo com o que dispõe a Constituição Federal.

- (A) Felipe poderá perder o cargo em decorrência de sentença judicial não transitada em julgado, para a qual não caiba mais recurso com efeito suspensivo.
- (B) Se o cargo de Felipe for extinto, ele ficará em disponibilidade com remuneração integral, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- (C) Se Felipe for demitido e sua demissão for invalidada por sentença judicial, ele será reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, será reconduzido ao cargo de origem.
- (D) É possível que Felipe venha a perder o cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei ordinária, assegurada ampla defesa.
- (E) Felipe só poderá perder o cargo mediante processo judicial em que lhe seja assegurada ampla defesa.

36. A respeito do controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) No processo de revisão, no âmbito da Administração Federal, é admitida a *reformatio in pejus*, desde que haja a possibilidade de manifestação prévia do recorrente.
- (B) Contra omissão ou ato da administração pública, o uso da reclamação só será admitido após o esgotamento da segunda instância administrativa.
- (C) O sistema francês é marcado pela dualidade de jurisdição, tendo em vista que, ao lado do Poder Judiciário, o ordenamento contempla uma Justiça Administrativa competente para dirimir conflitos de interesse envolvendo a Administração Pública.
- (D) O controle ministerial exercido pelos Ministérios sobre os órgãos de sua estrutura administrativa caracteriza controle interno por vinculação.

- (E) É constitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévio de dinheiros ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.
- 37. Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s). Conforme a Lei nº 11.079/2004, é vedada a celebração de contrato de parceria público-privada:**
- em que as obrigações pecuniárias contraídas pela Administração Pública sejam garantidas por intermédio da contratação de seguro-garantia com companhia seguradora não controlada pelo Poder Público.
 - cujo período de prestação do serviço seja inferior a 5 (cinco) anos, bem como que não preveja a repartição de riscos entre as partes, dispensado, nesse último caso, os referentes a caso fortuito e força maior.
 - que tenha como objeto único o fornecimento de mão-de-obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.
 - cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), bem como nos casos em que o prazo de vigência do contrato seja superior a 30 (trinta) anos, incluindo eventual prorrogação.
- (A) Apenas III.
(B) Apenas I e III.
(C) Apenas I e IV.
(D) Apenas II e III.
(E) Apenas II e IV.
- 38. De acordo com a classificação dos órgãos públicos, analise o trecho a seguir e assinale a alternativa que aponta a classificação correspondente.**
- “São os originários da Constituição e representativos dos três Poderes do Estado, sem qualquer subordinação hierárquica ou funcional, e sujeitos apenas aos controles constitucionais de um sobre o outro; suas atribuições são exercidas por agentes políticos.”(Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 30.ed. Rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2017.)*
- (A) Órgãos autônomos.
(B) Órgãos independentes.
(C) Órgãos superiores.
(D) Órgãos centrais.
(E) Órgãos subalternos.
- 39. Assinale a alternativa correta no tocante à responsabilidade extracontratual do Estado.**
- O marco histórico do início das teorias publicistas foi o caso Blanco, ocorrido em 1873 na França, a partir do qual interpretou-se que a responsabilidade do Estado não pode reger-se pelos princípios do Código Civil.
 - De acordo com a teoria civilista da culpa, admitia-se a responsabilidade civil do Estado quando decorrente de atos de império, haja visto ser ato de autoridade, e a afastava no tocante aos atos de gestão.
 - Segundo a jurisprudência, o Estado é civilmente responsável pela morte de detento no interior de estabelecimento prisional, com base na teoria do risco integral.
 - O Estado não pode ser responsabilizado por atos do Poder Legislativo na sua função legislativa, ainda que a lei venha a ser declarada inconstitucional em sede de controle concentrado de constitucionalidade.
 - Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, ao dano ambiental aplica-se a teoria do risco administrativo.
- 40. No tocante à improbidade administrativa, assinale a alternativa INCORRETA de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.**
- Ao formular o pedido de indisponibilidade, é dispensável ao autor da ação de improbidade fazer a indicação individualizada dos bens do réu.
 - É possível a decretação do sequestro dos bens antes do recebimento da petição inicial.
 - A sentença que concluir pela carência ou pela improcedência de ação de improbidade administrativa está sujeita ao reexame necessário, ainda que não haja previsão específica na Lei de Improbidade.
 - O caráter de bem de família impede a decretação de sua indisponibilidade na ação de improbidade.
 - A indisponibilidade pode recair sobre bens adquiridos tanto antes como depois da prática do ato de improbidade.

41. Lucas, residente na cidade de Nova Iguaçu (RJ), foi contratado na cidade de Petrópolis (RJ) pela empresa Brasa Quente para trabalhar como Gerente na cidade de Teresópolis (RJ). Observa-se que Duque de Caxias (RJ) é o domicílio eleitoral de Lucas, onde reside toda a sua família, sendo que, aos finais de semana, aproveita para visitá-los. Sabe-se, ainda, que a sede da empresa é na cidade de Barretos (SP) local onde Lucas recebeu todos os treinamentos para o exercício de sua função. Considerando a possibilidade de ingressar com uma ação trabalhista e valendo-se da regra geral prevista na Consolidação das Leis do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) Lucas deverá propor a ação na cidade de Petrópolis (RJ), pois a competência territorial é fixada pelo local onde foi realizada a contratação.
- (B) Lucas deverá propor a ação na cidade de São Paulo, pois a competência territorial é fixada pela capital do Estado no qual a matriz da empresa estiver localizada.
- (C) Lucas deverá propor a ação na cidade de Teresópolis (RJ), pois a competência territorial é fixada pelo local onde o empregado prestar serviços ao empregador.
- (D) Lucas deverá propor a ação na cidade de Duque de Caxias (RJ), pois a competência territorial é fixada pelo domicílio eleitoral do empregado.
- (E) Lucas deverá propor a ação na cidade de Nova Iguaçu (RJ), pois a competência territorial é fixada pelo domicílio civil do empregador.

42. Os princípios estão situados no ordenamento jurídico cumprindo uma função integrativa de lacunas, partindo das leis para atingir as regras gerais que delas derivam. Com base nessa premissa, assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio da proteção, que busca conferir ao trabalhador uma equidade processual, subdivide-se em 3 (três) outros princípios: *in dubio pro societa*, da aplicação da norma mais favorável e da condição mais benéfica.
- (B) Segundo o princípio da primazia da realidade no Direito do Trabalho, predomina a verdade real em face da verdade formal, ou seja, predomina a verdade da forma em face da verdade dos fatos.

- (C) Em relação ao princípio da aplicação da norma mais favorável, a Teoria do Conglobamento defende que através da comparação das diversas regras sobre cada instituto ou matéria, respeitando-se o critério da especialização, deve ser buscada a norma mais favorável ao caso.
- (D) O princípio da inalterabilidade contratual veda a possibilidade de alterações no contrato de trabalho, lesivas ou benéficas ao trabalhador.
- (E) O princípio da vedação à redução Salarial não sofre qualquer tipo de mitigação, não podendo Acordo Coletivo de Trabalho ou Convenção Coletiva de Trabalho dispor sobre redução salarial.

43. Quanto aos recursos cabíveis no processo do trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) A tutela provisória concedida na sentença comporta impugnação pela via do mandado de segurança.
- (B) Caberá agravo de instrumento de decisão que indeferir exceção de pré-executividade.
- (C) Das decisões proferidas em dissídios coletivos, é cabível recurso de revista para o TST.
- (D) Nos dissídios coletivos que envolvem empresa prestadora de serviço público, podem interpor recurso, em face da decisão proferida, o presidente do tribunal e a Procuradoria da Justiça do Trabalho, além das partes interessadas.
- (E) Caberá agravo de instrumento de decisões que indefiram a produção de prova pericial.

44. A empresa ThOliveira Comércio de Metais formalizou acordo em uma reclamação trabalhista, na qual se comprometeu a pagar o valor de R\$ 12.000,00 em 12 parcelas ao ex-funcionário Fernando Carrara. Ocorre que, após cumprir duas delas, deixou de cumprir o pactuado, motivo pelo qual o Reclamante pediu a execução do acordo. O juiz mandou expedir mandado de citação para que a Executada cumpra o acordo e que o faça em 48 (quarenta e oito) horas ou garanta a execução, sob pena de penhora. Diante do caso apresentado, assinale a alternativa correta.

- (A) A Reclamada será citada via oficial de justiça. Se procurada pelo oficial por 3 (três) vezes no espaço de 72 (setenta e duas) horas e não for encontrada, a citação será

feita por edital, publicado no jornal oficial ou, na falta deste, afixado na sede da Junta ou Juízo, durante 7 (sete) dias.

- (B) A Reclamada será citada via oficial de justiça. Se procurada pelo oficial por 2 (duas) vezes no espaço de 48 (quarenta e oito) horas e não for encontrada, a citação será feita por edital, publicado no jornal oficial ou, na falta deste, afixado na sede da Junta ou Juízo, durante 5 (cinco) dias.
- (C) A Reclamada será citada via correspondência com Aviso de Recebimento. Caso se mantiver inerte pelo prazo de 5 (cinco) dias após o recebimento, a citação será feita por edital, publicado no jornal oficial ou, na falta deste, afixado na sede da Junta ou Juízo, durante 7 (sete) dias.
- (D) A Reclamada será citada via oficial de justiça. Se procurada pelo oficial por 2 (duas) vezes no espaço de 72 (setenta e duas) horas e não for encontrada, a citação será feita por edital, publicado no jornal oficial ou, na falta deste, afixado na sede da Junta ou Juízo, durante 10 (dez) dias.
- (E) A Reclamada será citada via correspondência com Aviso de Recebimento. Caso se mantiver inerte, será procurada por oficial de diligência por 3 (três) vezes no espaço de 72 (setenta e duas) horas. Se não for encontrada, a citação será feita por edital, publicado no jornal oficial ou, na falta deste, afixado na sede da Junta ou Juízo, durante 7 (sete) dias.

45. A Reclamante Silvana ingressou com Reclamação Trabalhista em face da Reclamada Mévio & Tício Ltda. que encontra-se em Recuperação Judicial. As partes foram intimadas da Sentença (em ação de conhecimento) proferida pelo Juízo de primeiro grau na data de 6 de ago. de 2018 (segunda-feira) que julgou parcialmente procedente os pedidos da inicial. Ocorre que, diante do inconformismo com a decisão, ambas as partes pretendem recorrer para instância superior com o fito de reformá-la. Ante ao exposto, assinale a alternativa correta.

- (A) Ambas as partes deverão interpor Recurso Ordinário, que deverão ser interpostos até o dia 14 de ago. de 2018 (terça-feira), tendo em vista que o prazo conta-se em dias corridos, excluindo-se o dia da intimação e incluindo-se o dia do termo final. A

Reclamada Mévio & Tício Ltda. está isenta do pagamento do depósito recursal, já que encontra-se em Recuperação Judicial.

- (B) A Reclamante deverá interpor Recurso Ordinário, que deverá ser interposto até o dia 15 de ago. de 2018 (quarta-feira), tendo em vista que o prazo conta-se somente em dias úteis, incluindo-se os dias da intimação e do termo final. A Reclamada Mévio & Tício Ltda. deverá interpor obrigatoriamente Recurso Adesivo, tendo em vista que encontra-se em Recuperação Judicial e não possui condições de arcar com o depósito recursal.
- (C) Ambas as partes deverão interpor Recurso Ordinário, que deverão ser interpostos até o dia 15 de ago. de 2018 (quarta-feira), tendo em vista que o prazo conta-se somente em dias úteis, incluindo-se os dias da intimação e do termo final. A Reclamada Mévio & Tício Ltda. deverá comunicar o Juízo do processo da Recuperação Judicial para habilitação do recolhimento do depósito recursal.
- (D) Ambas as partes deverão interpor Recurso Ordinário, que deverão ser interpostos até o dia 16 de ago. de 2018 (quinta-feira), tendo em vista que o prazo conta-se somente em dias úteis, excluindo-se o dia da intimação e incluindo o último dia do prazo. A Reclamada Mévio & Tício Ltda. deverá efetuar o recolhimento do depósito recursal ou comunicar o Juízo do processo da Recuperação Judicial para a habilitação da despesa, sob pena de deserção.
- (E) Ambas as partes deverão interpor Recurso Ordinário, que deverão ser interpostos até o dia 16 de ago. de 2018 (quinta-feira), tendo em vista que o prazo conta-se somente em dias úteis, excluindo-se o dia da intimação e incluindo o último dia do prazo. A Reclamada Mévio & Tício Ltda. está isenta do pagamento do depósito recursal, já que encontra-se em recuperação judicial.

46. No que diz respeito à gratuidade da justiça e às recentes alterações impostas pela denominada “Reforma Trabalhista”, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) As empresas em recuperação judicial são isentas do pagamento de depósito recursal, entretanto, estão sujeitas ao pagamento das custas processuais.
- (B) Para a concessão da justiça gratuita, a parte deverá comprovar insuficiência de recursos para o pagamento das custas processuais.
- (C) As entidades filantrópicas, assim como as empresas em recuperação judicial, têm o valor do depósito recursal reduzido pela metade.
- (D) A concessão de gratuidade judiciária poderá ser concedida àqueles que perceberem salário igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.
- (E) O valor do depósito recursal será reduzido pela metade para entidades sem fins lucrativos, empregadores domésticos, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte.

47. Um sindicato patronal e um sindicato obreiro do Rio de Janeiro resolveram discutir as disposições de convenção coletiva para uma determinada categoria, estipulando que a vigência se daria no ano seguinte à discussão. As cláusulas convencionais foram pactuadas nos seguintes termos: haverá supressão do valor nominal do décimo terceiro salário; o prazo máximo para o gozo de licença-maternidade será de cem dias; as férias anuais remuneradas serão acrescidas de metade do salário normal; haverá o aumento de cem reais ao adicional para atividades perigosas.

Quanto à Convenção e licitude/ilicitude das cláusulas, assinale a alternativa correta.

- (A) A convenção é nula de pleno direito, já que as cláusulas ora apresentadas constituem objeto ilícito.
- (B) A convenção é parcialmente válida, pois, dentre as cláusulas, constitui objeto lícito aquelas quanto às férias serem acrescidas de metade do salário normal e quanto ao aumento referente ao adicional para atividades perigosas.
- (C) A convenção é parcialmente válida, pois, dentre as cláusulas, constituem objetos

ilícitos a vigência do prazo para o gozo de licença maternidade e as férias serem acrescidas de metade do salário normal.

- (D) A convenção deverá subsistir por ser válida e por se tratar de condição benéfica ao empregado, bem como por estar em observância ao princípio do *Pacta Sunt Servanda*.
- (E) A convenção é válida, pois apresenta concessões mútuas de ambas as partes, não constituindo objeto ilícito as cláusulas que tratam acerca do valor nominal do décimo terceiro salário e do prazo para o gozo de licença-maternidade.

48. A respeito da rescisão do contrato de trabalho, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) No caso de empregado que falta reiterada e injustificadamente ao trabalho, é motivo o bastante para ser causa à rescisão contratual por desídia.
- (B) Dentre as hipóteses previstas na CLT para a justa causa da rescisão do contrato de trabalho, estão a incontinência de conduta ou mau procedimento, bem como o ato de indisciplina e de insubordinação.
- (C) Constitui faculdade do empregado rescindir o contrato de trabalho em caso de morte do empregador constituído em empresa individual.
- (D) Constitui justa causa para a rescisão do contrato de trabalho pelo empregador a incontinência de conduta ou mau procedimento, a exemplo de faltas reiteradas e injustificadas pelo empregado.
- (E) Havendo culpa recíproca no ato que determinou a rescisão do contrato de trabalho, o tribunal de trabalho reduzirá a indenização à que seria devida em caso de culpa exclusiva do empregador, por metade.

49. Considerando as disposições da CLT quanto ao comparecimento ao serviço, analise as situações hipotéticas a seguir e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. **Gilson Carlos é empregado da empresa Padaria Oliveiras, sendo que se ausentou do trabalho por 2 (dois) dias consecutivos em razão do falecimento do seu irmão José Lucas, não obtendo prejuízo em seu salário.**
- II. **André se ausentou do trabalho por 2 (dois) dias em razão de comparecimento**

- ao Tribunal do Júri na cidade de Cabo Frio, obtendo prejuízo em seu salário.
- III. Considerando as eleições de 2018, Vergílio deixou de comparecer ao serviço para o fim de se alistar eleitor por 2 (dois) dias consecutivos, obtendo prejuízo em seu salário.
- IV. Ariane trabalha na empresa Bird Cosméticos e, em virtude de seu matrimônio, deixou de comparecer ao trabalho por 2 (dois) dias consecutivos, não obtendo prejuízo em seu salário.

- (A) Apenas I, III e IV.
(B) Apenas II, III e IV.
(C) Apenas I e III.
(D) Apenas I e IV.
(E) Apenas II e IV.

50. Acerca das disposições da CLT relativas à execução e avaliação de bens, assinale a alternativa correta.

- (A) A avaliação dos bens penhorados, em virtude da execução de decisão condenatória, será feita por avaliador escolhido de comum acordo pelas partes, que perceberá as custas arbitradas pelo juiz ou presidente do tribunal trabalhista.
- (B) Não acordando as partes quanto à designação de avaliador, dentro de 8 (oito) dias após o despacho que o determinou a avaliação, será o avaliador designado livremente pelo juiz ou presidente do tribunal.
- (C) Os servidores da Justiça do Trabalho poderão ser escolhidos ou designados para servirem como avaliadores.
- (D) Ao apresentar Embargos à Execução, o devedor poderá arrolar testemunhas que, caso julgue necessário ouvi-las, o juiz marcará audiência para produção da prova, que deverá ocorrer dentro do prazo de 10 (dez) dias.
- (E) A execução poderá ser promovida por qualquer interessado ou *ex officio* pelo próprio juiz, presidente ou tribunal competente.

51. Assinale a alternativa correta envolvendo os temas Penhor, Anticrese e Hipoteca.

- (A) Dos temas descritos no enunciado, possuem natureza jurídica de Direitos Reais apenas a hipoteca e a anticrese, visto que a natureza jurídica do penhor é de Direito das Coisas, em razão de exercer-se apenas a posse por meio desse direito.

- (B) Anticrese é uma modalidade de título executivo extrajudicial, assim como a duplicata e a letra de câmbio.
- (C) De acordo com o Código Civil de 2002, o penhor pode recair apenas sobre bens móveis.
- (D) O penhor decorre essencialmente de determinação judicial.
- (E) Bens imóveis podem ser oferecidos como garantia em juízo, mas não em instrumentos particulares de contrato.

52. João proferiu ofensa pública direcionada a Carlos, valendo-se, para tanto, do uso de redes sociais para a propagação da informação. A ofensa ocorreu no dia 16 de abr. de 2015, sendo que Carlos moveu ação judicial contra João na data de 27 jun. 2018 com o intuito de ser indenizado pelas ofensas proferidas. Considerando os ditames da legislação civil, assinale a alternativa correta.

- (A) O pedido da ação de Carlos deve ser julgado improcedente, visto que ofensas proferidas por meio de redes sociais possuem irrelevância diante do uso banalizado desse meio de comunicação, não sendo, portanto, tutelado pela legislação civil.
- (B) A carga valorativa atribuída à ofensa pública gera a necessidade de reparação independentemente do meio utilizado para realizar a ofensa. Não sendo possível, entretanto, medir a extensão do ocorrido, o valor indenizatório deve ser fixado no mínimo positivado.
- (C) De acordo com as datas expostas, em que pese o direito encontrar-se prescrito, este ainda não decaiu, sendo correto o ajuizamento da ação e seu normal prosseguimento para discussão da indenização apenas em vias de tratamento decadencial, visto que a prescrição impede o direito de agir, mas não a pretensão indenizatória.
- (D) Não há o que se falar em prescrição em relação ao exposto no enunciado, tendo-se em vista que se aplica ao caso em tela o prazo prescricional quinquenário.
- (E) O direito tratado na ação encontra-se prescrito e, por tratar-se de matéria de ordem pública, pode a ação ser liminarmente rejeitada por meio de seu julgamento com análise do mérito e de ofício pelo magistrado.

53. Tício, dezessete anos, brasileiro, casado e estudante, moveu ação judicial contra Mévio, síndico do condomínio edilício onde reside, com o intuito de exigir deste a prestação de contas do direcionamento dado ao capital mensal do condomínio diante de suspeita de gastos exorbitantes não comprovados. Diante do exposto, analise as alternativas a seguir e assinale a que se coaduna com a legislação civil e processual civil vigente.

- (A) Mévio não possui obrigação de prestar contas, tendo-se em vista que o síndico de condomínio edilício goza de liberalidade na destinação das verbas condominiais.
- (B) Tício não possui interesse de agir que baseie o ajuizamento de sua ação, tendo-se em vista que encontra-se com 17 anos, não podendo exercer os atos da vida civil por completo.
- (C) Diante de gastos exorbitantes não comprovados, Mévio é classificado como pródigo, sendo, por conseguinte, absolutamente incapaz, não podendo, portanto, constar no polo passivo da ação de exigir contas.
- (D) Em que pese Tício possuir dezessete anos, este se encontra casado, estando, portanto, apto à prática de todos os atos da vida civil, assim como ajuizar o procedimento judicial de exigir contas.
- (E) Diante do fato de Tício ser relativamente incapaz, é essencial sua participação na ação judicial por meio de representante legal.

54. William, maior e capaz, realizará com Denise um contrato de mandato, fornecendo ainda a esta uma procuração, sendo que ambos os documentos prestar-se-ão para que possa realizar a prática de todos os atos de sua vida civil, podendo representá-lo amplamente. Diante do exposto e de acordo com a legislação civil vigente, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Mesmo diante da inexistência de poderes expressos, poderá Denise realizar a prática de atos de alienação e hipoteca em relação aos bens de William, tendo-se em vista que o mandato e a procuração constam de forma ampla e genérica para a prática dos atos da vida civil.
- (B) Caso seja o mandato oneroso e William não realize o pagamento da contraprestação à Denise, poderá esta reter objetos utilizados

na realização dos serviços, o que poderá servir de pagamento daquilo que lhe é devido.

- (C) Caso o contrato de mandato seja omissivo em relação ao aspecto oneroso, poderá o contrato ser presumido como gratuito, exceto se o seu objeto corresponder ao daquele que o mandatário trata por ofício ou profissão lucrativa.
- (D) Caso Denise pratique atos que excedam os limites de seu contrato, tais atos serão tratados como ineficazes em relação àquele em cujo nome foram praticados.
- (E) Todas as pessoas capazes são aptas para dar procuração mediante instrumento particular, que valerá desde que tenha a assinatura do outorgante.

55. Os formandos de um determinado curso de ensino superior tiveram problemas em relação à contratação com a empresa de formatura que realizaria suas solenidades festivas. Ocorre que a empresa não realizou o evento na data contratada. A má prestação dos serviços da empresa de formatura acarretou ajuizamento de ação judicial por vinte dos formandos contra a empresa. Diante do exposto e considerando a legislação processual civil vigente, assinale a alternativa correta.

- (A) Caso o magistrado julgador do caso disposto no enunciado entenda que a quantidade de pessoas no polo ativo da ação pode prejudicar a rápida solução do litígio, poderá limitar o litisconsórcio.
- (B) Diante da inexistência de comunhão de direitos ou obrigações, no caso em tela o litisconsórcio não é permitido, devendo cada um dos litigantes manejar ação própria.
- (C) Tendo-se em vista que no caso exposto pelo enunciado ocorre apenas afinidade de questões por ponto comum de fato ou de direito, o litisconsórcio é necessário.
- (D) Intimado um dos litisconsortes, todos serão dados como intimados, independentemente de como regem-se suas representações em juízo, o que se justifica em razão da conexão de direitos que os une.
- (E) Ao realizar o juízo de admissibilidade da petição inicial, o juiz elegerá um litisconsorte como principal para gerir o andamento do processo, sendo que apenas este assim poderá fazê-lo.

56. Júlio manejou procedimento de execução contra Marco com base em título executivo extrajudicial contendo obrigação de pagamento de quantia. Marco perdeu o prazo para embargos à execução e deixou de realizar o cumprimento da obrigação a ele imputada. Diante do exposto e de acordo com os ditames da legislação processual civil, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Caso Marco aliene seu patrimônio a fim de impossibilitar o pagamento da obrigação, poderá incorrer em fraude à execução, o que poderá gerar a ineficácia da alienação em relação ao exequente Júlio.
- (B) As atitudes de Marco que dificultem a realização de penhora poderão ser classificadas como ato atentatório à dignidade da justiça, podendo acarretar em multa de até 20% (vinte por cento).
- (C) Caso Marco aliene seu patrimônio a fim de impossibilitar o pagamento da obrigação, poderá incorrer em fraude contra credores, o que poderá gerar a anulação da alienação com efeitos *erga omnes*.
- (D) Caso Marco houvesse manejado embargos à execução e obtido sucesso nesse procedimento com a declaração de inexistência da obrigação que deu ensejo à execução, Júlio teria a obrigatoriedade de ressarcir eventuais danos causados pelo procedimento executivo.
- (E) Tendo-se em vista que Marco não manejou embargos à execução, Júlio pode desistir de toda a execução, independentemente da concordância de Marco.

57. Referente à exceção de pré-executividade, também denominada objeção de pré-executividade, assinale a alternativa correta.

- (A) Tal método de defesa deve ser manejado no prazo dos embargos à execução em caso de processo de execução, ou no prazo da impugnação ao cumprimento de sentença no caso de cumprimento de sentença.
- (B) Esse instituto processual civil é uma modalidade de procedimento executivo que visa ao preparo do procedimento de execução principal, contendo aspectos de tutela cautelar.
- (C) Em que pese não reconhecida de maneira expressamente positivada, essa forma de manifestação é amplamente aceita em procedimentos executivos, principalmente em razão de ser considerado cabível como

matéria de discussão mormente as matérias classificadas como de ordem pública.

- (D) Trata-se de método constitucionalmente garantido, visando à ampla garantia do contraditório, até mesmo em casos de perda do prazo de embargos à execução.
- (E) Em sede de procedimento de execução, a prescrição não pode ser assunto tratado em exceção/objeção de pré-executividade, visto que a legislação processual civil reserva tal matéria para as defesas denominadas de embargos à execução ou impugnação ao cumprimento de sentença.

58. Em relação à tutela executiva, assinale a alternativa correta.

- (A) A execução deve propiciar ao exequente exatamente e apenas aquilo que ele obteria com o adimplemento voluntário, não podendo ser substituída a coisa em caso de deterioração.
- (B) A responsabilidade em sede de direito de superfície recai, em relação ao superficiário, tanto sobre o eventual bem imóvel que se encontra em sua posse quanto sobre os frutos de eventual atividade ali realizada.
- (C) Tendo-se em vista que os procedimentos de execução não preveem contestação, não se aplica sobre estes o princípio do contraditório e ampla defesa, principalmente em razão de a existência de título executivo esgotar qualquer matéria de defesa.
- (D) Independentemente da participação do fiador do título executivo extrajudicial na fase cognitiva do procedimento judicial, este poderá ser executado na fase de cumprimento de sentença.
- (E) O processo de execução de títulos extrajudiciais pode ser promovido contra o responsável titular do bem vinculado por garantia real ao pagamento do débito.

59. Diante do não cumprimento da obrigação, munido do mandado de penhora, poderá o oficial de justiça

- (A) como primeiro ato de constrição a ser praticado penhorar os frutos ou rendimentos dos bens inalienáveis, tendo-se em vista respeitar a ordem de penhora prevista pela lei processual civil.
- (B) penhorar os livros, as máquinas, as ferramentas, os utensílios, os instrumentos ou outros bens móveis necessários ou úteis ao exercício da profissão do executado, em caso de dívida trabalhista.
- (C) realizar a penhora de bens suficientes para pagamento das custas processuais, mesmo que não abranjam o valor da dívida principal, tendo-se em vista a relevância do interesse público.
- (D) realizar a busca de bens penhoráveis e, encontrando-os, lavrar auto ou termo limitando-se a ali constar a descrição dos bens penhorados, com as suas características, em razão do Princípio da Celeridade e Economia aplicado à execução.
- (E) penhorar os bens necessários para pagamento do débito e a averbação do arresto ou da penhora no registro competente, sob pena de nulidade da penhora.

60. Celso é agente diplomático brasileiro e se encontra exercendo sua profissão em outro país. Em visita ao Brasil, envolveu-se em um imbróglio pessoal com Manuel, resultando deste um possível litígio, tendo posteriormente Celso retornado ao país onde exerce sua profissão. Em relação ao que dispõe o Código Civil de 2002 sobre o domicílio, assinale a alternativa correta.

- (A) Diante da profissão exercida por Celso, apenas poderá ele ser demandado judicialmente no país onde exerce sua função, o que se justifica em razão de ser nesse país o seu domicílio.
- (B) Considerando o imbróglio que versa o enunciado, em eventual ação judicial movida por Manuel, citado Celso no estrangeiro, diante de alegação de extraterritorialidade por este, sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, poderá ser demandado no Distrito Federal ou no último ponto do território brasileiro onde o teve.

- (C) Tendo-se em vista a profissão exercida por Celso ser equiparada a da pessoa denominada de marítimo, não é possível atribuir-lhe domicílio. Portanto eventual demanda judicial de interesse de Manuel contra Celso restará impossibilitada de ajuizamento.
- (D) Diante do interesse de Manuel em ajuizar ação em face de Celso, este deverá ser demandado essencialmente no Distrito Federal, por ser considerado este o local necessário de domicílio de funcionários públicos a serviço com atividade no exterior, sem exceções.
- (E) Caso Manuel pretenda acionar Celso judicialmente em razão do imbróglio, não será levado em conta a profissão exercida por Celso para que seja definido o possível domicílio onde possa este ser demandado, visto ser vedado pelo Código Civil a utilização das relações concernentes à profissão para definir o domicílio.

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.



**ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA
ESPECIALIDADE OFICIAL DE JUSTIÇA
AVALIADOR FEDERAL**

NÍVEL SUPERIOR

MANHÃ

Nome do Candidato _____

Inscrição _____



COMPOSIÇÃO DO CADERNO

Discursiva - Estudo de Caso 01

Língua Portuguesa 01 a 15

Legislação 16 a 20

Noções sobre Direitos das
Pessoas com Deficiência 21 a 25

Noções de Informática 26 a 30

Conhecimentos Específicos 31 a 60



INSTRUÇÕES

- Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas e na Versão Definitiva da Discursiva. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração, e se o cargo corresponde àquele para o qual você se inscreveu. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência, comunique ao fiscal.
- Os únicos documentos válidos para avaliação são a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Discursiva. Só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta para transcrição da Versão Definitiva da Discursiva e para o preenchimento da Folha de Respostas, que deve ser preenchida da seguinte maneira: ●
- O prazo de realização da prova é de 4 (quatro) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas e a transcrição da Versão Definitiva da Discursiva. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o caderno de questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
- Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.
- Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Discursiva, devidamente preenchidas e assinadas. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.
- As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AOCB - www.institutoaocp.org.br, no dia posterior à aplicação da prova.
- O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

PROVA

03

**LEMBRE-SE DE MARCAR O NÚMERO
CORRESPONDENTE À SUA PROVA NA
FOLHA DE RESPOSTAS!**

INSTRUÇÕES

A Prova Discursiva - Estudo de Caso será avaliada considerando-se os seguintes aspectos:

1. Atendimento ao tema proposto na questão;
2. Conhecimento técnico-científico sobre a matéria;
3. Clareza de argumentação/senso crítico em relação ao tema proposto na questão;
4. Utilização adequada da Língua Portuguesa.

O candidato terá sua Prova Discursiva - Estudo de Caso avaliada com nota 0 (zero) em caso de:

- a. não atender ao Tema do Estudo de Caso proposto e ao conteúdo avaliado;
 - b. manuscruver em letra ilegível ou grafar por outro meio que não o determinado no Edital;
 - c. apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
 - d. redigir seu texto a lápis, ou à tinta em cor diferente de azul ou preta;
 - e. não apresentar a questão redigida na Folha da Versão Definitiva ou entregá-la em branco;
 - f. apresentar identificação, em local indevido, de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).
- **A Folha da Versão Definitiva será o único documento válido para a avaliação da Prova Discursiva. As folhas para rascunho, no caderno de questões, são de preenchimento facultativo e não valerão para a finalidade de avaliação da Prova Discursiva.**
 - **O candidato disporá de, no mínimo, 20 (vinte) linhas e, no máximo, 30 (trinta) linhas para elaborar a resposta da questão, sendo desconsiderado para efeito de avaliação qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão de 30 (trinta) linhas.**
 - **A Prova Discursiva deverá ser feita à mão pelo próprio candidato, em letra legível, com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.**

DISCURSIVA- ESTUDO DE CASO - RASCUNHO

1. **Carlos é Oficial de Justiça e recebeu um mandado de cumprimento para a citação da empresa Pizzaria Massas Finas Ltda., situada em um Hotel Fazenda, local não abrangido pelo serviço de entrega domiciliar de correspondência. O mandado em questão é referente a uma ação que a ex-empregada, Cristina, ingressou, no dia 10 de fev. de 2018, pleiteando verbas, com valor da causa de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), sendo a audiência agendada para o dia 15 de mar. de 2018. Diante do exposto, responda a questão, apresentando se há alguma relação entre o estabelecimento comercial da empresa não ser abrangido por entrega domiciliar de correspondência e a citação ter sido direcionada a Carlos para cumprimento; em qual horário Carlos deve cumprir o mandado de citação; se, na hipótese de Carlos não encontrar representantes da empresa, a citação poderia ser feita por edital; e se o representante da reclamada, devidamente citado, não puder comparecer à audiência agendada, poderá se fazer substituir por um amigo. Justifique suas respostas, pautando-se, inclusive, na Lei nº 13.467/2017.**

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____

9. _____
10. _____
11. _____
12. _____
13. _____
14. _____
15. _____
16. _____
17. _____
18. _____
19. _____
20. _____
21. _____
22. _____
23. _____
24. _____
25. _____
26. _____
27. _____
28. _____
29. _____
30. _____



ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto I

Os medos que o poder transforma em mercadoria política e comercial

Zygmunt Bauman

O medo faz parte da condição humana. Poderíamos até conseguir eliminar uma por uma a maioria das ameaças que geram medo (era justamente para isto que servia, segundo Freud, a civilização como uma organização das coisas humanas: para limitar ou para eliminar totalmente as ameaças devidas à casualidade da Natureza, à fraqueza física e à inimizade do próximo): mas, pelo menos até agora, as nossas capacidades estão bem longe de apagar a “mãe de todos os medos”, o “medo dos medos”, aquele medo ancestral que decorre da consciência da nossa mortalidade e da impossibilidade de fugir da morte.

Embora hoje vivamos imersos em uma “cultura do medo”, a nossa consciência de que a morte é inevitável é o principal motivo pelo qual existe a cultura, primeira fonte e motor de cada e toda cultura. Pode-se até conceber a cultura como esforço constante, perenemente incompleto e, em princípio, interminável para tornar vivível uma vida mortal. Ou pode-se dar mais um passo: é a nossa consciência de ser mortais e, portanto, o nosso perene medo de morrer que nos tornam humanos e que tornam humano o nosso modo de ser-no-mundo.

A cultura é o sedimento da tentativa incessante de tornar possível viver com a consciência da mortalidade. E se, por puro acaso, nos tornássemos imortais, como às vezes (estupidamente) sonhamos, a cultura pararia de repente [...].

Foi precisamente a consciência de ter que morrer, da inevitável brevidade do tempo, da possibilidade de que os projetos fiquem incompletos que impulsionou os homens a agir e a imaginação humana a alçar voo. Foi essa consciência que tornou necessária a criação cultural e que transformou os seres humanos

em criaturas culturais. Desde o seu início e ao longo de toda a sua longa história, o motor da cultura foi a necessidade de preencher o abismo que separa o transitório do eterno, o finito do infinito, a vida mortal da imortal; o impulso para construir uma ponte para passar de um lado para outro do precipício; o instinto de permitir que nós, mortais, tenhamos incidência sobre a eternidade, deixando nela um sinal imortal da nossa passagem, embora fugaz.

Tudo isso, naturalmente, não significa que as fontes do medo, o lugar que ele ocupa na existência e o ponto focal das reações que ele evoca sejam imutáveis. Ao contrário, todo tipo de sociedade e toda época histórica têm os seus próprios medos, específicos desse tempo e dessa sociedade. Se é incauto divertir-se com a possibilidade de um mundo alternativo “sem medo”, em vez disso, descrever com precisão os traços distintivos do medo na nossa época e na nossa sociedade é condição indispensável para a clareza dos fins e para o realismo das propostas. [...]

(Adaptado de <http://www.ihu.unisinos.br/563878-os-medos-que-o-poder-transforma-em-mercadoria-politica-e-comercial-artigo-de-zygmunt-bauman> - Acesso em 26/03/2018)

As questões de 1 a 9 referem-se ao texto I.

1. Em relação ao texto I, assinale a alternativa correta.
 - (A) Em “Foi precisamente a consciência de ter que morrer, da inevitável brevidade do tempo, da possibilidade de que os projetos fiquem incompletos [...]”, todos os elementos em destaque são exigidos pela regência da palavra “consciência”.
 - (B) Em “Desde o seu início e ao longo de toda a sua longa história, o motor da cultura foi a necessidade de preencher o abismo que separa o transitório do eterno [...]” (4º parágrafo), o pronome em destaque faz referência à “consciência de ter que morrer”.
 - (C) Em “[...] para limitar ou para eliminar totalmente as ameaças devidas à casualidade da Natureza, à fraqueza física e à inimizade do próximo [...]”, o uso da crase é facultativo antes de “fraqueza” e antes de “inimizade”, tendo em vista que tais termos são regidos pela mesma palavra.

- (D) Em “[...] todo tipo de sociedade e toda época histórica têm os seus próprios medos [...]”, há um sujeito composto que justifica o uso do acento circunflexo no verbo destacado, marcando a flexão de número.
- (E) Em “[...] as nossas capacidades estão bem longe de apagar a ‘mãe de todos os medos’ [...]”, o termo “mãe de todos os medos” está entre aspas para destacar uma citação direta de outrem, trazendo ao texto outras vozes para comprovar o ponto de vista do autor.
- 2. No excerto “[...] a nossa consciência de que a morte é inevitável é o principal motivo pelo qual existe a cultura [...]”, a expressão em destaque pode ser substituída, sem gerar prejuízo gramatical, por**
- (A) por que.
(B) porque.
(C) cujo.
(D) por qual.
(E) porquê.
- 3. Conjunções ou locuções conjuntivas são palavras invariáveis utilizadas para ligar orações ou palavras da mesma oração. As conjunções destacadas nos trechos a seguir estabelecem determinados sentidos, introduzindo uma relação semântica entre as orações. Assinale a alternativa que apresenta, entre parênteses, a interpretação correta da conjunção destacada.**
- (A) “[...] é a nossa consciência de ser mortais e, portanto, o nosso perene medo de morrer que nos tornam humanos [...]” (justificativa)
- (B) “[...] se, por puro acaso, nos tornássemos imortais, como às vezes (estupidamente) sonhamos, a cultura pararia de repente [...]” (causa)
- (C) “Se é incauto divertir-se com a possibilidade de um mundo alternativo ‘sem medo’, em vez disso, descrever com precisão os traços distintivos do medo na nossa época e na nossa sociedade é condição indispensável.” (hipótese)
- (D) “[...] interminável para tornar vivível uma vida mortal. Ou pode-se dar mais um passo: é a nossa consciência de ser mortais [...]” (finalidade)
- (E) “Embora hoje vivamos imersos em uma ‘cultura do medo’, a nossa consciência de que a morte é inevitável.” (consequência)
- 4. Qual(is) é(são) o(s) item(ns) que reescreve(m), sem gerar prejuízo sintático ou alteração de sentido, o excerto: “Se é incauto divertir-se com a possibilidade de um mundo alternativo ‘sem medo’, em vez disso, descrever com precisão os traços distintivos do medo na nossa época e na nossa sociedade é condição indispensável para a clareza dos fins e para o realismo das propostas. [...]”?**
- I. **Se é ingênuo deleitar-se com a possibilidade de um mundo paralelo “sem medo”, é imperativo, por outro lado, para a clareza de finalidades e para a nudez das propostas, descrever rigorosamente aquilo que distingue o medo em nosso contexto temporal e social.**
- II. **Se é irrefletida a diversão pela possibilidade de um mundo alternativo livre do medo, não obstante, a fim de delimitar a factualidade das propostas e clarificar os propósitos, é imprescindível delinear precisamente as características do medo tal como vivemos.**
- III. **Se é sensato divertir-se com a ideia de um mundo paralelo “sem medo”, ao invés disso, é exigência oportuna descrever relativamente tudo o que define o medo nesta época e sociedade, posto que há clareza dos fins e realismo nas propostas.**
- (A) Apenas II.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas I e III.
(D) Apenas I e II.
(E) I, II e III.
- 5. Assinale a alternativa em que o termo “até” apresenta o mesmo valor semântico que recebe na frase “Pode-se até conceber a cultura como esforço constante, perenemente incompleto e, em princípio, interminável para tornar vivível uma vida mortal. Ou pode-se dar mais um passo [...]”.**
- (A) É melhor escondê-lo, pelo menos até conseguirmos um local seguro.
(B) Você pode até tentar, mas não conseguirá se esconder.
(C) Chorei até ficar cansado.
(D) Você pode andar até aqui ou pode chegar mais longe.
(E) O produto custa até quatro vezes mais que seu genérico.

6. **Assinale a alternativa correta a respeito do excerto “[...] Desde o seu início e ao longo de toda a sua longa história, o motor da cultura foi a necessidade de preencher o abismo que separa o transitório do eterno, o finito do infinito, a vida mortal da imortal; o impulso para construir uma ponte para passar de um lado para outro do precipício; o instinto de permitir que nós, mortais, tenhamos incidência sobre a eternidade, deixando nela um sinal imortal da nossa passagem, embora fugaz.”.**

- (A) As expressões “desde” e “ao longo de” referem-se temporalmente à história da cultura, sendo que a primeira está ligada a um ponto temporal de origem, enquanto a segunda está ligada à extensão temporal a partir desse ponto.
- (B) O excerto constitui-se de variadas antíteses, as quais colocam em oposição ideias que se referem à cultura e à história. Com isso, o autor traz maior impessoalidade, objetividade e formalidade ao texto.
- (C) Ao utilizar a expressão “nós, mortais”, o autor evita dialogar com o leitor do texto, com a finalidade de potencializar eventuais contestações que possam ocorrer diante da sua argumentação.
- (D) O verbo “tenhamos” está flexionado de modo que se interpreta uma ação factual que ocorre no momento da fala, por isso afirma-se que está no presente do modo indicativo.
- (E) As palavras “impulso” e “instinto” revelam o caráter finito da vida. Referem-se, semanticamente, ao “abismo que separa o transitório do eterno, o finito do infinito, a vida mortal da imortal” e complementam, sintaticamente, o verbo “preencher”.

7. **O processo de derivação imprópria de palavras compreende a mudança de classe de uma palavra, estendendo-lhe a significação. Assinale a alternativa cujo excerto apresenta tal processo de derivação na palavra em destaque.**

- (A) “A cultura é o sedimento da tentativa incessante de tornar possível [...]”
- (B) “[...] o lugar que ele ocupa na existência [...]”
- (C) “[...] todo tipo de sociedade e toda época histórica têm os seus próprios medos [...]”
- (D) “Os medos que o poder transforma em mercadoria política e comercial [...]”

(E) “[...] a necessidade de preencher o abismo que separa o transitório do eterno [...]”

8. **Em relação às ideias do texto I, assinale a alternativa correta.**

- (A) O medo da morte, embora fugaz, cria a consciência de uma perene brevidade do tempo, instaurando no ser humano a possibilidade de um mundo alternativo, de acordo com cada período histórico.
- (B) O modo de ser-no-mundo é definido pelos traços distintivos dos diferentes contextos histórico-culturais. O medo da morte é, nesse ínterim, dispensável para a definição de toda produção cultural e artística.
- (C) As diversas origens do medo e seus significados sócio-históricos são fluidos, e compreendê-los é tarefa obrigatória na finalidade de acessar sua funcionalidade nas diferentes épocas e contextos.
- (D) Separar a vida e a morte é tarefa da criação cultural, uma vez que as invenções humanas permitem a superação da mortalidade humana e do medo desta.
- (E) A possibilidade da imortalidade não cessaria a produção cultural, tendo em vista que a cultura independe da condição finita da vida humana.

9. **Em relação ao texto I, assinale a alternativa correta.**

- (A) Uma das propriedades linguísticas que caracterizam o texto como argumentativo é a predominância de formas verbais no pretérito.
- (B) Os verbos e pronomes em primeira pessoa do plural, presentes em “Poderíamos até conseguir eliminar uma por uma a maioria das ameaças que geram medo [...]” e “[...] é a nossa consciência de ser mortais e, portanto, o nosso perene medo [...]” são fortes marcas do tipo textual injuntivo, predominante no texto.
- (C) O tipo argumentativo é o eixo da construção do texto, tendo em vista que o autor defende uma tese por meio de relações lógicas de argumentação. Uma dessas relações é a de condição, presente no excerto “E se, por puro acaso, nos tornássemos imortais, como às vezes (estupidamente) sonhamos, a cultura pararia de repente [...]”.

- (D) Não é possível classificar o tipo textual predominante no texto I, uma vez que os tipos textuais constituem uma lista irrestrita na cultura linguística. Ao contrário disso, os gêneros textuais compõem uma lista restrita, o que possibilita que se classifique o texto I como um artigo de opinião.
- (E) O amplo uso de figuras de linguagem, especialmente de metáforas, no texto I, é uma pista de que o tipo narrativo é o eixo da construção textual, enriquecendo as formas de expressão do autor a partir do uso de uma linguagem denotativa.

Texto II

O Medo

Em verdade temos medo.
Nascemos no escuro.
As existências são poucas;
Carteiro, ditador, soldado.
Nosso destino, incompleto.
E fomos educados para o medo.
Cheiramos flores de medo.
Vestimos panos de medo.
De medo, vermelhos rios
Vadeamos.
Somos apenas uns homens e a natureza traiu-nos.
Há as árvores, as fábricas,
Doenças galopantes, fomes.
Refugiamo-nos no amor,
Este célebre sentimento,
E o amor faltou: chovia,
Ventava, fazia frio em São Paulo.
Fazia frio em São Paulo...
Nevava. [...]

(Poema extraído da obra "A Rosa do Povo". ANDRADE, Carlos Drummond de. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945)

As questões de 10 a 13 referem-se ao texto II.

- 10. Em relação ao texto II, assinale a alternativa correta.**
- (A) Em "E o amor faltou: chovia,/ Ventava, fazia frio em São Paulo.", os dois-pontos são utilizados para indicar um esclarecimento e podem ser substituídos pela conjunção "porque".
- (B) Em "Fazia frio em São Paulo.../ Nevava.", as reticências são utilizadas para realçar a expressão "Nevava" e podem ser substituídas pela conjunção "conquanto".
- (C) Em "Somos apenas uns homens e a natureza traiu-nos.", o poeta utiliza de forma equivocada a colocação do pronome "nos", o que só é possível devido à licença poética própria desse gênero.
- (D) Em "Cheiramos flores de medo./ Vestimos panos de medo.", os verbos vestir e cheirar são bitransitivos, ou seja, ambos apresentam um complemento com preposição e um complemento sem preposição.
- (E) Em "Nosso destino, incompleto.", a vírgula está sendo utilizada para isolar um aposto explicativo.

11. A metonímia é uma figura de linguagem que consiste em usar uma palavra por outra com a qual se relaciona. Essa troca se faz não porque as palavras são sinônimas, mas porque uma evoca a outra. Assinale a alternativa que apresenta uma metonímia.

- (A) “Cheiramos flores de medo./ Vestimos panos de medo.”
- (B) “Ventava, fazia frio em São Paulo/ Fazia frio em São Paulo...”
- (C) “Nosso destino, incompleto./ E fomos educados para o medo.”
- (D) “Somos apenas uns homens e a natureza traiu-nos.”
- (E) “Em verdade temos medo.”

12. Em relação às ideias do texto II, assinale a alternativa correta.

- (A) O eu-lírico revela satisfação com o tempo presente e uma perspectiva futura otimista e de certezas, o que se expressa pelo verso “Refugiamo-nos no amor”.
- (B) Os versos “E fomos educados para o medo. /Cheiramos flores de medo. / Vestimos panos de medo.” consistem em uma extensão e complementação das ideias contidas nos versos que celebram a cidade de São Paulo.
- (C) Há um conflito entre o sujeito lírico, o leitor e o medo, uma vez que ter medo é uma ação que regula e limita a condição social do sujeito. Isso se expressa nos versos “As existências são poucas:/ Carteiro, ditador e soldado”.
- (D) O verso “E fomos educados para o medo” demonstra a necessidade de o ser humano se adequar à realidade externa, expressa nos versos “Nascemos no escuro./ As existências são poucas”.
- (E) Compreende-se que a exclusão social origina-se do medo e do comportamento apavorante e melancólico dos indivíduos. Isso se comprova pelo verso “Somos apenas uns homens e a natureza traiu-nos.”.

13. Em relação às ideias do texto II, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

I. Nos versos “Cheiramos flores de medo.” e “Vestimos panos de medo.”, observa-se que o poeta utiliza-se da semelhança sintática com o intuito de ressaltar a imagem do medo que aparece constantemente ao longo do poema.

II. Em “Somos apenas uns homens e a natureza traiu-nos.”, o pronome “nos” poderia ser anteposto ao verbo “traiu”, resultando em “Somos apenas uns homens e a natureza nos traiu”.

III. Trata-se de uma poesia de cunho social, na qual se expressa as inquietudes do poeta frente às condições humanas desiguais e ao mundo fragmentado e caótico criado pelo próprio homem.

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II.
- (E) I, II e III.

14. Conforme o que se estabelece no Manual de Redação da Presidência da República, assinale a alternativa correta a respeito das regras de Correspondência Oficial.

- (A) Um dos atrativos da comunicação por Correio eletrônico é sua flexibilidade. Entretanto, é necessário definir forma rígida para sua estrutura, já que se trata de um gênero de Comunicação Oficial.
- (B) O uso do Telegrama deve ser priorizado, tendo em vista que se trata de uma forma de comunicação utilitária e econômica aos cofres públicos.
- (C) Exposição de motivos é o expediente dirigido ao Presidente da República ou ao Vice-Presidente para: a) informá-lo de determinado assunto; b) propor alguma medida; ou c) submeter à sua consideração projeto de ato normativo. Em regra, a Exposição de motivos é dirigida ao Presidente da República por um Ministro de Estado.
- (D) O Memorando é a modalidade de comunicação entre unidades administrativas de um mesmo órgão, que podem estar hierarquicamente em mesmo nível ou em nível diferente. Esse tipo de comunicação tem caráter exclusivamente administrativo e apresenta complexidade de procedimentos burocráticos.
- (E) Aviso e Ofício são modalidades de Comunicação Oficial diferentes, porque o Ofício é expedido exclusivamente por Ministros de Estado, para autoridades de mesma hierarquia. O Aviso, por outro lado, é expedido para e pelas demais autoridades.

15. A correção ortográfica é requisito elementar de qualquer texto e é ainda mais importante quando se trata de textos oficiais. Assinale a alternativa que apresenta a grafia correta de todas as palavras.

- (A) Hermético, homogêneo, beneficiante.
- (B) Ansiar, despende, exceção.
- (C) Compunção, sossobrar, consecução.
- (D) Viço, obssoleto, aldeamento.
- (E) Frontespício, freiar, arroubo.

LEGISLAÇÃO

16. No que diz respeito aos direitos do servidor, assinale a alternativa condizente com o que prevê o Código de Ética.

- (A) Caso um dos servidores lotados em determinada Vara do Trabalho esteja enfrentando problemas pessoais e psíquicos, os demais servidores serão cientificados para que contribuam com a recuperação do servidor debilitado no que diz respeito às atribuições do ambiente de trabalho.
- (B) O servidor poderá ausentar-se do local de trabalho e desenvolver suas atividades de sua própria residência, sempre que perceber que isso contribuirá para o aumento de sua produtividade. Para tanto, o servidor deverá comunicar seus superiores.
- (C) É permitido ao servidor o exercício não remunerado de encargo de mandatário, desde que não implique a prática de atos de comércio ou outros incompatíveis com o exercício do cargo, nos termos da lei.
- (D) Ao servidor é permitido receber, excepcionalmente em ocasiões de festividade, presentes de pessoa física ou jurídica interessada na atividade do servidor.
- (E) O servidor poderá opinar publicamente a respeito do mérito de questão que lhe for submetida, para análise individual, salvo aquelas de conhecimento geral.

17. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, em caso de afastamento de desembargador integrante de qualquer das seções especializadas, definitivamente ou por prazo superior a trinta dias, a vaga será preenchida por

- (A) desembargador na ordem de antiguidade, salvo se inexistir magistrado de segundo grau, caso em que será convocado juiz de primeira instância.
- (B) desembargador na ordem inversa de antiguidade, salvo se inexistir magistrado de segundo grau, caso em que será convocado juiz de primeira instância.
- (C) juiz de primeira instância na ordem inversa de antiguidade.
- (D) desembargador que já tiver composto a lista tríplice de indicação para ministro do Tribunal Superior do Trabalho.
- (E) juiz de primeira instância que atender a critérios de merecimento.

18. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, assinale a alternativa correta.

- (A) Competirá ao Corregedor Geral decidir os pedidos de remoção e permuta de juízes titulares, ouvida a Corregedoria Regional para informar o estado em que se encontram os serviços das respectivas Varas do Trabalho, inclusive se os pretendentes possuem atrasos na prolação de sentenças, expedindo os respectivos atos.
- (B) À supressão, acréscimo ou modificações das disposições dos atos de competência do Tribunal Pleno dá-se o nome de Ato Regimental.
- (C) Ementa Regimental trata-se da complementação do Regimento Interno.
- (D) As matérias constantes de Emendas ou Atos Regimentais, submetidas ao Tribunal Pleno e não aprovadas, apenas poderão ser novamente apreciadas após o decurso do prazo de seis meses.
- (E) Caberá ao Presidente do TRT-1 remeter ao Tribunal Superior do Trabalho, para envio ao Congresso Nacional, após aprovação pelo Órgão Especial, projetos de lei de interesse da Justiça do Trabalho em matéria de sua competência constitucional.

NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

19. Tendo em vista que o termo “ética” deriva do grego *ethos*, que, por sua vez, guarda relação com os valores morais e princípios que devem nortear a conduta humana na sociedade, e, ainda, o fato de que a ética pode variar de acordo com fatores culturais, assinale a alternativa que NÃO corresponde aos objetivos éticos perseguidos pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, quando da elaboração de seu Código de Ética.

- (A) Contribuir para transformar a visão, a missão, os objetivos e os valores institucionais do Tribunal em atitudes, comportamentos, regras de atuação e práticas organizacionais, orientados segundo elevado padrão de conduta ético-profissional, para realizar melhor a jurisdição trabalhista.
- (B) Assegurar ao servidor a preservação de sua imagem e de sua reputação, quando sua conduta estiver de acordo com as normas éticas estabelecidas no Código.
- (C) Reduzir a subjetividade das interpretações pessoais sobre os princípios e normas éticos adotados no Tribunal, facilitando a compatibilização dos valores individuais de cada servidor com os valores da instituição.
- (D) Estabelecer mecanismos de uniformização da jurisprudência do Tribunal, de modo a valorizar a segurança jurídica e a legítima confiança do jurisdicionado, em atenção aos princípios e normas éticos adotados.
- (E) Oferecer, por meio da Comissão de Ética, uma instância de consulta, visando esclarecer dúvidas quanto à conformidade da conduta do servidor com os princípios e normas de conduta nele tratados.

20. Assinale a alternativa que apresenta princípios éticos expressamente elencados no Código de Ética do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

- (A) Transparência, economia, celeridade processual e comprometimento.
- (B) Honestidade, transparência, dignidade, respeito e responsabilidade social e ambiental.
- (C) Respeito, decoro, duplo grau de jurisdição e preservação do patrimônio público.
- (D) Celeridade, respeito, razoável duração do processo e eficácia vinculante dos precedentes.
- (E) Transparência, desenvolvimento pessoal e valorização da verdade real dos fatos.

21. Sebastião mora com seu pai, que é pessoa com deficiência física e beneficiário de pensão previdenciária. Sebastião, com claro objetivo de obter vantagem indevida para si, retém, de maneira indevida, o cartão magnético destinado ao recebimento da pensão previdenciária de seu pai. Com base no disposto na Lei nº 13.146/2015, a conduta de Sebastião é tipificada como crime punível com

- (A) reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.
- (B) detenção, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.
- (C) detenção, de 6 (seis) meses a 4 (quatro) anos, e multa.
- (D) reclusão, de 6 (seis) meses a 4 (quatro) anos, e multa.
- (E) detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

22. Antônio é pessoa com deficiência moderada e recebe o benefício de prestação continuada previsto no art. 20 da Lei nº 8.742/1993. Acontece que Antônio passou a exercer atividade remunerada que o enquadra como segurado obrigatório do RGPS (Regime Geral de Previdência Social). Nesse caso, de acordo com o previsto na Lei nº 13.146/2015, Antônio

- (A) não terá direito a qualquer auxílio, já que passou a exercer atividade remunerada.
- (B) terá direito a auxílio-inclusão, nos termos da lei.
- (C) não terá direito a auxílio inclusão, já que acumulará seu benefício de prestação continuada com a remuneração de sua atividade.
- (D) terá direito a auxílio inclusão, desde que opte por não se submeter ao Regime Geral de Previdência Social.
- (E) terá direito a cumular metade de seu benefício de prestação continuada com a remuneração de sua atividade.

23. Segundo disciplina o Decreto nº 3.298/1999, os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal direta e indireta responsáveis pela educação dispensarão tratamento prioritário e adequado aos assuntos relacionados à

peessoa com deficiência. Nesse sentido, de acordo com o citado diploma legal, a educação do aluno com deficiência deverá iniciar-se na educação infantil a partir de

- (A) cinco anos.
- (B) zero ano.
- (C) um ano.
- (D) três anos.
- (E) dois anos.

24. A Resolução nº 230/2016 do CNJ disciplina que cada órgão do Poder Judiciário deverá manter um cadastro dos servidores, serventuários extrajudiciais e terceirizados com deficiência que trabalham no seu quadro. Esse cadastro deve especificar as deficiências e as necessidades particulares de cada servidor, terceirizado ou serventuário extrajudicial, sendo que a atualização desse cadastro deve ser permanente, devendo ocorrer uma revisão detalhada

- (A) uma vez por semestre.
- (B) uma vez por trimestre.
- (C) uma vez por bimestre.
- (D) uma vez por ano.
- (E) uma vez por biênio.

25. José é pessoa com deficiência e está submetido ao regime de curatela. Ele pretende contrair matrimônio, no entanto seu curador o está impedindo. Nesse sentido, de acordo com os ditames da Lei nº 13.146/2015, o curador de José

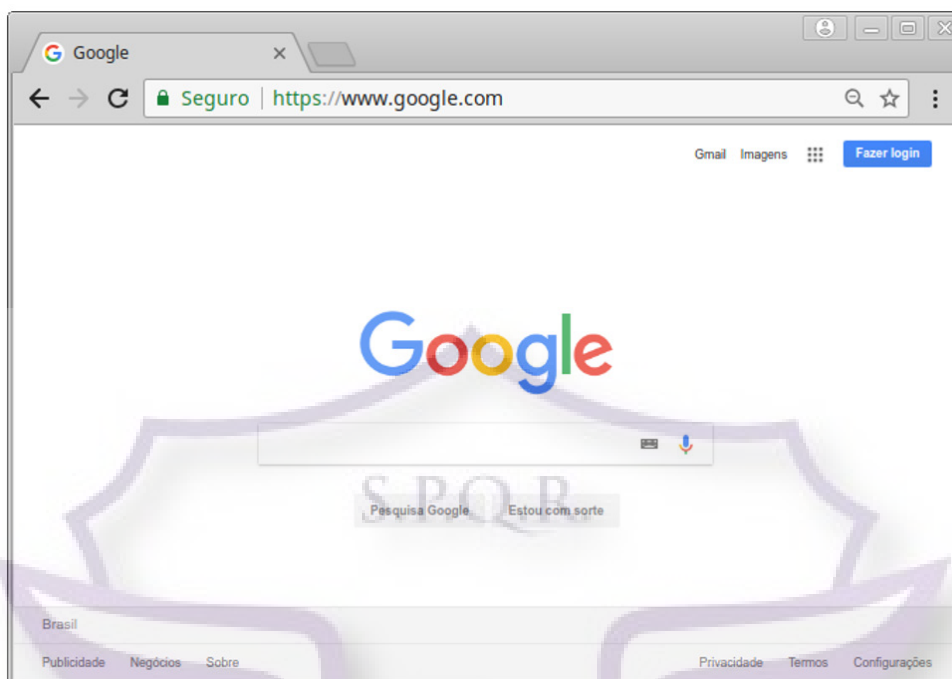
- (A) não está agindo corretamente, já que a curatela atinge tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial.
- (B) não está agindo corretamente, já que, embora a curatela atinja atos de natureza matrimonial, caberia nesse caso ao poder judiciário a decisão sobre a autorização de se contrair matrimônio.
- (C) está agindo corretamente já que a curatela alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto do curatelado.
- (D) está agindo corretamente já que o ato de contrair matrimônio pode refletir na esfera patrimonial do curatelado.
- (E) está agindo corretamente já que à pessoa submetida ao regime de curatela é vedado contrair matrimônio.




NOÇÕES DE INFORMÁTICA

26. Ao enviar um e-mail incluindo endereços de destinatário no campo “Cco”, disponível em todas as ferramentas populares para o envio de e-mails, o que acontece?

- (A) Os destinatários que estão em “Cco” não conseguem ver para quem a mensagem foi enviada pelo campo “Para”.
- (B) Os destinatários que estão em “Cc” conseguem ver para quem a mensagem foi enviada em “Cco”.
- (C) O remetente receberá uma confirmação de quando a mensagem foi lida por cada destinatário incluído em “Cco”.
- (D) Os destinatários que não estão em “Cco” não conseguem ver para quem a mensagem foi enviada em “Cco”.
- (E) Somente os destinatários em “Cco” conseguem visualizar outros destinatários em “Cco”.

27. A imagem a seguir é uma janela do navegador Google Chrome (versão 66.x) na página de busca do Google. Ao acessar sites que exijam informações sensíveis, como dados de login, números de cartões de crédito e senhas, é essencial que o site forneça uma conexão criptografada e um certificado digital válido. Para obter informações sobre o certificado digital da página, em qual opção o usuário deverá clicar?



- (A) Na opção “Sobre” que está na parte inferior da imagem.
- (B) No símbolo de menu  e depois na opção “Sobre o certificado digital”.
- (C) No cadeado à esquerda do endereço do Google e depois na opção “Certificado”.
- (D) No símbolo de menu  e depois na opção “Segurança”.
- (E) No símbolo  e depois na opção “Segurança”.
28. Os periféricos de um computador podem ser classificados como sendo de entrada ou de saída. Qual das alternativas a seguir possui um exemplo de cada?
- (A) Mouse e teclado.
- (B) Monitor e impressora matricial.
- (C) Microfone e caixa de som.
- (D) Teclado e leitor de digitais.
- (E) Touch pad e teclado.
29. O backup de arquivos é altamente recomendado para prevenir a perda de dados importantes. Dos recursos apresentados a seguir, qual NÃO serve para fazer backup de arquivos?
- (A) Flash drive.
- (B) Memória RAM.
- (C) HD externo.
- (D) Nuvem.
- (E) Fita magnética.
30. Um arquivo de vídeo normalmente possui uma combinação de imagens e sons, permitindo a visualização de filmes, animações e filmagens. Qual das alternativas a seguir possui somente extensões de arquivos utilizadas para a reprodução de vídeos?

- (A) .ppt, .mp4 e .avi
- (B) .jpg, .png e .gif
- (C) .avi, .mp3 e .gif
- (D) .mp3, .mp4 e .avi
- (E) .avi, .mp4 e .mkv

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. A Constituição Federal, em seu art. 114, III, dispõe que compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores. Tendo isso em vista, assinale a alternativa correta, de acordo com as disposições constitucionais, acerca da associação profissional ou sindical.

- (A) A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, bem como não poderá exigir registro em qualquer órgão estatal, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
- (B) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
- (C) A participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho é facultativa.
- (D) O aposentado filiado não poderá votar e ser votado nas organizações sindicais.
- (E) É vedada a criação de mais de uma organização sindical representativa da mesma categoria profissional ou econômica, ainda que em bases territoriais distintas.

32. De acordo com a Constituição Federal, o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Acerca das disposições constitucionais relativas ao Ministério Público, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- (B) A garantia de vitaliciedade prevista para os Membros do Ministério Público do Trabalho deve estar prevista em lei ordinária de iniciativa privativa do Procurador-Geral da República.
- (C) Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa.
- (D) A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.
- (E) Os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.

33. De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () A Constituição Federal fixa expressamente todas as competências das cortes superiores, aí incluso o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça e o Tribunal Superior do Trabalho.
 - () Dentre os membros do Tribunal Superior do Trabalho, estão seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.
 - () Compete ao Tribunal Superior do Trabalho processar e julgar, originariamente, a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões.
 - () O subsídio dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho corresponde a noventa e cinco por cento do subsídio mensal fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- (A) V – F – V – F.
 - (B) V – F – F – V.
 - (C) F – V – F – V.
 - (D) F – V – V – F.
 - (E) F – F – V – V.

34. Felipe é servidor estável no TRT. Diante disso, assinale a alternativa correta de acordo com o que dispõe a Constituição Federal.

- (A) Felipe poderá perder o cargo em decorrência de sentença judicial não transitada em julgado, para a qual não caiba mais recurso com efeito suspensivo.
- (B) Se o cargo de Felipe for extinto, ele ficará em disponibilidade com remuneração integral, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- (C) Se Felipe for demitido e sua demissão for invalidada por sentença judicial, ele será reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, será reconduzido ao cargo de origem.
- (D) É possível que Felipe venha a perder o cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei ordinária, assegurada ampla defesa.
- (E) Felipe só poderá perder o cargo mediante processo judicial em que lhe seja assegurada ampla defesa.

35. Acerca da Justiça do Trabalho, de acordo com o que dispõe a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.
- (B) Os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, sete juízes, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.
- (C) Compete à Justiça do Trabalho, processar e julgar a execução de ofício da contribuição social do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a receita ou o faturamento, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir.
- (D) O Conselho Superior da Justiça do Trabalho é órgão da Justiça do Trabalho, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema, cujas decisões não terão efeito vinculante.

(E) Compete à Justiça do Trabalho, processar e julgar os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista e o Superior Tribunal de Justiça.

36. Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s). Conforme a Lei nº 11.079/2004, é vedada a celebração de contrato de parceria público-privada:

- I. em que as obrigações pecuniárias contraídas pela Administração Pública sejam garantidas por intermédio da contratação de seguro-garantia com companhia seguradora não controlada pelo Poder Público.
- II. cujo período de prestação do serviço seja inferior a 5 (cinco) anos, bem como que não preveja a repartição de riscos entre as partes, dispensado, nesse último caso, os referentes a caso fortuito e força maior.
- III. que tenha como objeto único o fornecimento de mão-de-obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.
- IV. cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), bem como nos casos em que o prazo de vigência do contrato seja superior a 30 (trinta) anos, incluindo eventual prorrogação.

- (A) Apenas III.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas I e IV.
- (D) Apenas II e III.
- (E) Apenas II e IV.

37. De acordo com a classificação dos órgãos públicos, analise o trecho a seguir e assinale a alternativa que aponta a classificação correspondente.

“São os originários da Constituição e representativos dos três Poderes do Estado, sem qualquer subordinação hierárquica ou funcional, e sujeitos apenas aos controles constitucionais de um sobre o outro; suas atribuições são exercidas por agentes políticos.”(Di Pietro, Maria Sylvania Zanella. Direito administrativo. 30.ed. Rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2017.)

- (A) Órgãos autônomos.
- (B) Órgãos independentes.
- (C) Órgãos superiores.
- (D) Órgãos centrais.
- (E) Órgãos subalternos.

38. Assinale a alternativa correta no tocante à responsabilidade extracontratual do Estado.

- (A) O marco histórico do início das teorias publicistas foi o caso Blanco, ocorrido em 1873 na França, a partir do qual interpretou-se que a responsabilidade do Estado não pode reger-se pelos princípios do Código Civil.
- (B) De acordo com a teoria civilista da culpa, admitia-se a responsabilidade civil do Estado quando decorrente de atos de império, haja visto ser ato de autoridade, e a afastava no tocante aos atos de gestão.
- (C) Segundo a jurisprudência, o Estado é civilmente responsável pela morte de detento no interior de estabelecimento prisional, com base na teoria do risco integral.
- (D) O Estado não pode ser responsabilizado por atos do Poder Legislativo na sua função legislativa, ainda que a lei venha a ser declarada inconstitucional em sede de controle concentrado de constitucionalidade.
- (E) Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, ao dano ambiental aplica-se a teoria do risco administrativo.

39. No tocante à improbidade administrativa, assinale a alternativa INCORRETA de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

- (A) Ao formular o pedido de indisponibilidade, é dispensável ao autor da ação de improbidade fazer a indicação individualizada dos bens do réu.
- (B) É possível a decretação do sequestro dos bens antes do recebimento da petição inicial.
- (C) A sentença que concluir pela carência ou pela improcedência de ação de improbidade administrativa está sujeita ao reexame necessário, ainda que não haja previsão específica na Lei de Improbidade.
- (D) O caráter de bem de família impede a decretação de sua indisponibilidade na ação de improbidade.
- (E) A indisponibilidade pode recair sobre bens adquiridos tanto antes como depois da prática do ato de improbidade.

40. A respeito do controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) No processo de revisão, no âmbito da Administração Federal, é admitida a *reformatio in pejus*, desde que haja a possibilidade de manifestação prévia do recorrente.
- (B) Contra omissão ou ato da administração pública, o uso da reclamação só será admitido após o esgotamento da segunda instância administrativa.
- (C) O sistema francês é marcado pela dualidade de jurisdição, tendo em vista que, ao lado do Poder Judiciário, o ordenamento contempla uma Justiça Administrativa competente para dirimir conflitos de interesse envolvendo a Administração Pública.
- (D) O controle ministerial exercido pelos Ministérios sobre os órgãos de sua estrutura administrativa caracteriza controle interno por vinculação.
- (E) É constitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévio de dinheiros ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

41. Os princípios estão situados no ordenamento jurídico cumprindo uma função integrativa de lacunas, partindo das leis para atingir as regras gerais que delas derivam. Com base nessa premissa, assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio da proteção, que busca conferir ao trabalhador uma equidade processual, subdivide-se em 3 (três) outros princípios: *in dubio pro societa*, da aplicação da norma mais favorável e da condição mais benéfica.
- (B) Segundo o princípio da primazia da realidade no Direito do Trabalho, predomina a verdade real em face da verdade formal, ou seja, predomina a verdade da forma em face da verdade dos fatos.
- (C) Em relação ao princípio da aplicação da norma mais favorável, a Teoria do Conglobamento defende que através da comparação das diversas regras sobre cada instituto ou matéria, respeitando-se o critério da especialização, deve ser buscada a norma mais favorável ao caso.
- (D) O princípio da inalterabilidade contratual veda a possibilidade de alterações no contrato de trabalho, lesivas ou benéficas ao trabalhador.
- (E) O princípio da vedação à redução salarial não sofre qualquer tipo de mitigação, não podendo Acordo Coletivo de Trabalho ou Convenção Coletiva de Trabalho dispor sobre redução salarial.

42. Quanto aos recursos cabíveis no processo do trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) A tutela provisória concedida na sentença comporta impugnação pela via do mandado de segurança.
- (B) Caberá agravo de instrumento de decisão que indeferir exceção de pré-executividade.
- (C) Das decisões proferidas em dissídios coletivos, é cabível recurso de revista para o TST.
- (D) Nos dissídios coletivos que envolvem empresa prestadora de serviço público, podem interpor recurso, em face da decisão proferida, o presidente do tribunal e a Procuradoria da Justiça do Trabalho, além das partes interessadas.
- (E) Caberá agravo de instrumento de decisões que indefiram a produção de prova pericial.

43. A empresa ThOliveira Comércio de Metais formalizou acordo em uma reclamação trabalhista, na qual se comprometeu a pagar o valor de R\$ 12.000,00 em 12 parcelas ao ex-funcionário Fernando Carrara. Ocorre que, após cumprir duas delas, deixou de cumprir o pactuado, motivo pelo qual o Reclamante pediu a execução do acordo. O juiz mandou expedir mandado de citação para que a Executada cumpra o acordo e que o faça em 48 (quarenta e oito) horas ou garanta a execução, sob pena de penhora. Diante do caso apresentado, assinale a alternativa correta.

- (A) A Reclamada será citada via oficial de justiça. Se procurada pelo oficial por 3 (três) vezes no espaço de 72 (setenta e duas) horas e não for encontrada, a citação será feita por edital, publicado no jornal oficial ou, na falta deste, afixado na sede da Junta ou Juízo, durante 7 (sete) dias.
- (B) A Reclamada será citada via oficial de justiça. Se procurada pelo oficial por 2 (duas) vezes no espaço de 48 (quarenta e oito) horas e não for encontrada, a citação será feita por edital, publicado no jornal oficial ou, na falta deste, afixado na sede da Junta ou Juízo, durante 5 (cinco) dias.
- (C) A Reclamada será citada via correspondência com Aviso de Recebimento. Caso se mantiver inerte pelo prazo de 5 (cinco) dias após o recebimento, a citação será feita por edital, publicado no jornal oficial ou, na falta deste, afixado na sede da Junta ou Juízo, durante 7 (sete) dias.

(D) A Reclamada será citada via oficial de justiça. Se procurada pelo oficial por 2 (duas) vezes no espaço de 72 (setenta e duas) horas e não for encontrada, a citação será feita por edital, publicado no jornal oficial ou, na falta deste, afixado na sede da Junta ou Juízo, durante 10 (dez) dias.

(E) A Reclamada será citada via correspondência com Aviso de Recebimento. Caso se mantiver inerte, será procurada por oficial de diligência por 3 (três) vezes no espaço de 72 (setenta e duas) horas. Se não for encontrada, a citação será feita por edital, publicado no jornal oficial ou, na falta deste, afixado na sede da Junta ou Juízo, durante 7 (sete) dias.

44. A Reclamante Silvana ingressou com Reclamação Trabalhista em face da Reclamada Mévio & Tício Ltda. que encontra-se em Recuperação Judicial. As partes foram intimadas da Sentença (em ação de conhecimento) proferida pelo Juízo de primeiro grau na data de 6 de ago. de 2018 (segunda-feira) que julgou parcialmente procedente os pedidos da inicial. Ocorre que, diante do inconformismo com a decisão, ambas as partes pretendem recorrer para instância superior com o fito de reformá-la. Ante ao exposto, assinale a alternativa correta.

(A) Ambas as partes deverão interpor Recurso Ordinário, que deverão ser interpostos até o dia 14 de ago. de 2018 (terça-feira), tendo em vista que o prazo conta-se em dias corridos, excluindo-se o dia da intimação e incluindo-se o dia do termo final. A Reclamada Mévio & Tício Ltda. está isenta do pagamento do depósito recursal, já que encontra-se em Recuperação Judicial.

(B) A Reclamante deverá interpor Recurso Ordinário, que deverá ser interposto até o dia 15 de ago. de 2018 (quarta-feira), tendo em vista que o prazo conta-se somente em dias úteis, incluindo-se os dias da intimação e do termo final. A Reclamada Mévio & Tício Ltda. deverá interpor obrigatoriamente Recurso Adesivo, tendo em vista que encontra-se em Recuperação Judicial e não possui condições de arcar com o depósito recursal.

(C) Ambas as partes deverão interpor Recurso Ordinário, que deverão ser interpostos até o dia 15 de ago. de 2018 (quarta-feira), tendo em vista que o prazo conta-se somente em

dias úteis, incluindo-se os dias da intimação e do termo final. A Reclamada Mévio & Tício Ltda. deverá comunicar o Juízo do processo da Recuperação Judicial para habilitação do recolhimento do depósito recursal.

- (D) Ambas as partes deverão interpor Recurso Ordinário, que deverão ser interpostos até o dia 16 de ago. de 2018 (quinta-feira), tendo em vista que o prazo conta-se somente em dias úteis, excluindo-se o dia da intimação e incluindo o último dia do prazo. A Reclamada Mévio & Tício Ltda. deverá efetuar o recolhimento do depósito recursal ou comunicar o Juízo do processo da Recuperação Judicial para a habilitação da despesa, sob pena de deserção.
- (E) Ambas as partes deverão interpor Recurso Ordinário, que deverão ser interpostos até o dia 16 de ago. de 2018 (quinta-feira), tendo em vista que o prazo conta-se somente em dias úteis, excluindo-se o dia da intimação e incluindo o último dia do prazo. A Reclamada Mévio & Tício Ltda. está isenta do pagamento do depósito recursal, já que encontra-se em recuperação judicial.

45. No que diz respeito à gratuidade da justiça e às recentes alterações impostas pela denominada “Reforma Trabalhista”, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) As empresas em recuperação judicial são isentas do pagamento de depósito recursal, entretanto, estão sujeitas ao pagamento das custas processuais.
- (B) Para a concessão da justiça gratuita, a parte deverá comprovar insuficiência de recursos para o pagamento das custas processuais.
- (C) As entidades filantrópicas, assim como as empresas em recuperação judicial, têm o valor do depósito recursal reduzido pela metade.
- (D) A concessão de gratuidade judiciária poderá ser concedida àqueles que perceberem salário igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.
- (E) O valor do depósito recursal será reduzido pela metade para entidades sem fins lucrativos, empregadores domésticos, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte.

46. Um sindicato patronal e um sindicato obreiro do Rio de Janeiro resolveram discutir as disposições de convenção coletiva para uma determinada categoria, estipulando que a vigência se daria no ano seguinte à discussão. As cláusulas convencionais foram pactuadas nos seguintes termos: haverá supressão do valor nominal do décimo terceiro salário; o prazo máximo para o gozo de licença-maternidade será de cem dias; as férias anuais remuneradas serão acrescidas de metade do salário normal; haverá o aumento de cem reais ao adicional para atividades perigosas.

Quanto à Convenção e licitude/ilicitude das cláusulas, assinale a alternativa correta.

- (A) A convenção é nula de pleno direito, já que as cláusulas ora apresentadas constituem objeto ilícito.
- (B) A convenção é parcialmente válida, pois, dentre as cláusulas, constitui objeto lícito aquelas quanto às férias serem acrescidas de metade do salário normal e quanto ao aumento referente ao adicional para atividades perigosas.
- (C) A convenção é parcialmente válida, pois, dentre as cláusulas, constituem objetos ilícitos a vigência do prazo para o gozo de licença maternidade e as férias serem acrescidas de metade do salário normal.
- (D) A convenção deverá subsistir por ser válida e por se tratar de condição benéfica ao empregado, bem como por estar em observância ao princípio *do Pacta Sunt Servanda*.
- (E) A convenção é válida, pois apresenta concessões mútuas de ambas as partes, não constituindo objeto ilícito as cláusulas que tratam acerca do valor nominal do décimo terceiro salário e do prazo para o gozo de licença-maternidade.

47. A respeito da rescisão do contrato de trabalho, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) No caso de empregado que falta reiterada e injustificadamente ao trabalho, é motivo o bastante para ser causa à rescisão contratual por desídia.
- (B) Dentre as hipóteses previstas na CLT para a justa causa da rescisão do contrato de trabalho, estão a incontinência de conduta ou mau procedimento, bem como o ato de indisciplina e de insubordinação.
- (C) Constitui faculdade do empregado rescindir o contrato de trabalho em caso de morte do empregador constituído em empresa individual.
- (D) Constitui justa causa para a rescisão do contrato de trabalho pelo empregador a incontinência de conduta ou mau procedimento, a exemplo de faltas reiteradas e injustificadas pelo empregado.
- (E) Havendo culpa recíproca no ato que determinou a rescisão do contrato de trabalho, o tribunal de trabalho reduzirá a indenização à que seria devida em caso de culpa exclusiva do empregador, por metade.

48. Considerando as disposições da CLT quanto ao comparecimento ao serviço, analise as situações hipotéticas a seguir e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. **Gilson Carlos é empregado da empresa Padaria Oliveiras, sendo que se ausentou do trabalho por 2 (dois) dias consecutivos em razão do falecimento do seu irmão José Lucas, não obtendo prejuízo em seu salário.**
- II. **André se ausentou do trabalho por 2 (dois) dias em razão de comparecimento ao Tribunal do Júri na cidade de Cabo Frio, obtendo prejuízo em seu salário.**
- III. **Considerando as eleições de 2018, Vergílio deixou de comparecer ao serviço para o fim de se alistar eleitor por 2 (dois) dias consecutivos, obtendo prejuízo em seu salário.**
- IV. **Ariane trabalha na empresa Bird Cosméticos e, em virtude de seu matrimônio, deixou de comparecer ao trabalho por 2 (dois) dias consecutivos, não obtendo prejuízo em seu salário.**

- (A) Apenas I, III e IV.
- (B) Apenas II, III e IV.

- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas I e IV.
- (E) Apenas II e IV.

49. Acerca das disposições da CLT relativas à execução e avaliação de bens, assinale a alternativa correta.

- (A) A avaliação dos bens penhorados, em virtude da execução de decisão condenatória, será feita por avaliador escolhido de comum acordo pelas partes, que perceberá as custas arbitradas pelo juiz ou presidente do tribunal trabalhista.
- (B) Não acordando as partes quanto à designação de avaliador, dentro de 8 (oito) dias após o despacho que o determinou a avaliação, será o avaliador designado livremente pelo juiz ou presidente do tribunal.
- (C) Os servidores da Justiça do Trabalho poderão ser escolhidos ou designados para servirem como avaliadores.
- (D) Ao apresentar Embargos à Execução, o devedor poderá arrolar testemunhas que, caso julgue necessário ouvi-las, o juiz marcará audiência para produção da prova, que deverá ocorrer dentro do prazo de 10 (dez) dias.
- (E) A execução poderá ser promovida por qualquer interessado ou *ex officio* pelo próprio juiz, presidente ou tribunal competente.

50. Lucas, residente na cidade de Nova Iguaçu (RJ), foi contratado na cidade de Petrópolis (RJ) pela empresa Brasa Quente para trabalhar como Gerente na cidade de Teresópolis (RJ). Observa-se que Duque de Caxias (RJ) é o domicílio eleitoral de Lucas, onde reside toda a sua família, sendo que, aos finais de semana, aproveita para visitá-los. Sabe-se, ainda, que a sede da empresa é na cidade de Barretos (SP) local onde Lucas recebeu todos os treinamentos para o exercício de sua função. Considerando a possibilidade de ingressar com uma ação trabalhista e valendo-se da regra geral prevista na Consolidação das Leis do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) Lucas deverá propor a ação na cidade de Petrópolis (RJ), pois a competência territorial é fixada pelo local onde foi realizada a contratação.
- (B) Lucas deverá propor a ação na cidade de São Paulo, pois a competência territorial

- é fixada pela capital do Estado no qual a matriz da empresa estiver localizada.
- (C) Lucas deverá propor a ação na cidade de Teresópolis (RJ), pois a competência territorial é fixada pelo local onde o empregado prestar serviços ao empregador.
 - (D) Lucas deverá propor a ação na cidade de Duque de Caxias (RJ), pois a, competência territorial é fixada pelo domicílio eleitoral do empregado.
 - (E) Lucas deverá propor a ação na cidade de Nova Iguaçu (RJ), pois a competência territorial é fixada pelo domicílio civil do empregador.

51. João proferiu ofensa pública direcionada a Carlos, valendo-se, para tanto, do uso de redes sociais para a propagação da informação. A ofensa ocorreu no dia 16 de abr. de 2015, sendo que Carlos moveu ação judicial contra João na data de 27 jun. 2018 com o intuito de ser indenizado pelas ofensas proferidas. Considerando os ditames da legislação civil, assinale a alternativa correta.

- (A) O pedido da ação de Carlos deve ser julgado improcedente, visto que ofensas proferidas por meio de redes sociais possuem irrelevância diante do uso banalizado desse meio de comunicação, não sendo, portanto, tutelado pela legislação civil.
- (B) A carga valorativa atribuída à ofensa pública gera a necessidade de reparação independentemente do meio utilizado para realizar a ofensa. Não sendo possível, entretanto, medir a extensão do ocorrido, o valor indenizatório deve ser fixado no mínimo positivado.
- (C) De acordo com as datas expostas, em que pese o direito encontrar-se prescrito, este ainda não decaiu, sendo correto o ajuizamento da ação e seu normal prosseguimento para discussão da indenização apenas em vias de tratamento decadencial, visto que a prescrição impede o direito de agir, mas não a pretensão indenizatória.
- (D) Não há o que se falar em prescrição em relação ao exposto no enunciado, tendo-se em vista que se aplica ao caso em tela o prazo prescricional quinquenário.
- (E) O direito tratado na ação encontra-se prescrito e, por tratar-se de matéria de ordem pública, pode a ação ser liminarmente rejeitada por meio de seu julgamento com análise do mérito e de ofício pelo magistrado.

52. Tício, dezessete anos, brasileiro, casado e estudante, moveu ação judicial contra Mévio, síndico do condomínio edilício onde reside, com o intuito de exigir deste a prestação de contas do direcionamento dado ao capital mensal do condomínio diante de suspeita de gastos exorbitantes não comprovados. Diante do exposto, analise as alternativas a seguir e assinale a que se coaduna com a legislação civil e processual civil vigente.

- (A) Mévio não possui obrigação de prestar contas, tendo-se em vista que o síndico de condomínio edilício goza de liberalidade na destinação das verbas condominiais.
- (B) Tício não possui interesse de agir que baseie o ajuizamento de sua ação, tendo-se em vista que encontra-se com 17 anos, não podendo exercer os atos da vida civil por completo.
- (C) Diante de gastos exorbitantes não comprovados, Mévio é classificado como pródigo, sendo, por conseguinte, absolutamente incapaz, não podendo, portanto, constar no polo passivo da ação de exigir contas.
- (D) Em que pese Tício possuir dezessete anos, este se encontra casado, estando, portanto, apto à prática de todos os atos da vida civil, assim como ajuizar o procedimento judicial de exigir contas.
- (E) Diante do fato de Tício ser relativamente incapaz, é essencial sua participação na ação judicial por meio de representante legal.

53. William, maior e capaz, realizará com Denise um contrato de mandato, fornecendo ainda a esta uma procuração, sendo que ambos os documentos prestar-se-ão para que possa realizar a prática de todos os atos de sua vida civil, podendo representá-lo amplamente. Diante do exposto e de acordo com a legislação civil vigente, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Mesmo diante da inexistência de poderes expressos, poderá Denise realizar a prática de atos de alienação e hipoteca em relação aos bens de William, tendo-se em vista que o mandato e a procuração constam de forma ampla e genérica para a prática dos atos da vida civil.
- (B) Caso seja o mandato oneroso e William não realize o pagamento da contraprestação à Denise, poderá esta reter objetos utilizados na realização dos serviços, o que poderá servir de pagamento daquilo que lhe é devido.
- (C) Caso o contrato de mandato seja omissivo em relação ao aspecto oneroso, poderá o contrato ser presumido como gratuito, exceto se o seu objeto corresponder ao daquele que o mandatário trata por ofício ou profissão lucrativa.
- (D) Caso Denise pratique atos que excedam os limites de seu contrato, tais atos serão tratados como ineficazes em relação àquele em cujo nome foram praticados.
- (E) Todas as pessoas capazes são aptas para dar procuração mediante instrumento particular, que valerá desde que tenha a assinatura do outorgante.

54. Os formandos de um determinado curso de ensino superior tiveram problemas em relação à contratação com a empresa de formatura que realizaria suas solenidades festivas. Ocorre que a empresa não realizou o evento na data contratada. A má prestação dos serviços da empresa de formatura acarretou ajuizamento de ação judicial por vinte dos formandos contra a empresa. Diante do exposto e considerando a legislação processual civil vigente, assinale a alternativa correta.

- (A) Caso o magistrado julgador do caso disposto no enunciado entenda que a quantidade de pessoas no polo ativo da ação pode prejudicar a rápida solução do litígio, poderá limitar o litisconsórcio.

- (B) Diante da inexistência de comunhão de direitos ou obrigações, no caso em tela o litisconsórcio não é permitido, devendo cada um dos litigantes manejar ação própria.
- (C) Tendo-se em vista que no caso exposto pelo enunciado ocorre apenas afinidade de questões por ponto comum de fato ou de direito, o litisconsórcio é necessário.
- (D) Intimado um dos litisconsortes, todos serão dados como intimados, independentemente de como regem-se suas representações em juízo, o que se justifica em razão da conexão de direitos que os une.
- (E) Ao realizar o juízo de admissibilidade da petição inicial, o juiz elegerá um litisconsorte como principal para gerir o andamento do processo, sendo que apenas este assim poderá fazê-lo.

55. Júlio maneja procedimento de execução contra Marco com base em título executivo extrajudicial contendo obrigação de pagamento de quantia. Marco perdeu o prazo para embargos à execução e deixou de realizar o cumprimento da obrigação a ele imputada. Diante do exposto e de acordo com os ditames da legislação processual civil, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Caso Marco aliene seu patrimônio a fim de impossibilitar o pagamento da obrigação, poderá incorrer em fraude à execução, o que poderá gerar a ineficácia da alienação em relação ao exequente Júlio.
- (B) As atitudes de Marco que dificultem a realização de penhora poderão ser classificadas como ato atentatório à dignidade da justiça, podendo acarretar em multa de até 20% (vinte por cento).
- (C) Caso Marco aliene seu patrimônio a fim de impossibilitar o pagamento da obrigação, poderá incorrer em fraude contra credores, o que poderá gerar a anulação da alienação com efeitos *erga omnes*.
- (D) Caso Marco houvesse manejado embargos à execução e obtido sucesso nesse procedimento com a declaração de inexistência da obrigação que deu ensejo à execução, Júlio teria a obrigatoriedade de ressarcir eventuais danos causados pelo procedimento executivo.
- (E) Tendo-se em vista que Marco não manejou embargos à execução, Júlio pode desistir de toda a execução, independentemente da concordância de Marco.

56. Referente à exceção de pré-executividade, também denominada objeção de pré-executividade, assinale a alternativa correta.

- (A) Tal método de defesa deve ser manejado no prazo dos embargos à execução em caso de processo de execução, ou no prazo da impugnação ao cumprimento de sentença no caso de cumprimento de sentença.
- (B) Esse instituto processual civil é uma modalidade de procedimento executivo que visa ao preparo do procedimento de execução principal, contendo aspectos de tutela cautelar.
- (C) Em que pese não reconhecida de maneira expressamente positivada, essa forma de manifestação é amplamente aceita em procedimentos executivos, principalmente em razão de ser considerado cabível como matéria de discussão mormente as matérias classificadas como de ordem pública.
- (D) Trata-se de método constitucionalmente garantido, visando à ampla garantia do contraditório, até mesmo em casos de perda do prazo de embargos à execução.
- (E) Em sede de procedimento de execução, a prescrição não pode ser assunto tratado em exceção/objeção de pré-executividade, visto que a legislação processual civil reserva tal matéria para as defesas denominadas de embargos à execução ou impugnação ao cumprimento de sentença.

57. Em relação à tutela executiva, assinale a alternativa correta.

- (A) A execução deve propiciar ao exequente exatamente e apenas aquilo que ele obterá com o adimplemento voluntário, não podendo ser substituída a coisa em caso de deterioração.
- (B) A responsabilidade em sede de direito de superfície recai, em relação ao superficiário, tanto sobre o eventual bem imóvel que se encontra em sua posse quanto sobre os frutos de eventual atividade ali realizada.
- (C) Tendo-se em vista que os procedimentos de execução não preveem contestação, não se aplica sobre estes o princípio do contraditório e ampla defesa, principalmente em razão de a existência de título executivo esgotar qualquer matéria de defesa.
- (D) Independentemente da participação do fiador do título executivo extrajudicial na fase cognitiva do procedimento judicial, este poderá ser executado na fase de cumprimento de sentença.

- (E) O processo de execução de títulos extrajudiciais pode ser promovido contra o responsável titular do bem vinculado por garantia real ao pagamento do débito.

58. Diante do não cumprimento da obrigação, munido do mandado de penhora, poderá o oficial de justiça

- (A) como primeiro ato de constrição a ser praticado penhorar os frutos ou rendimentos dos bens inalienáveis, tendo-se em vista respeitar a ordem de penhora prevista pela lei processual civil.
- (B) penhorar os livros, as máquinas, as ferramentas, os utensílios, os instrumentos ou outros bens móveis necessários ou úteis ao exercício da profissão do executado, em caso de dívida trabalhista.
- (C) realizar a penhora de bens suficientes para pagamento das custas processuais, mesmo que não abranjam o valor da dívida principal, tendo-se em vista a relevância do interesse público.
- (D) realizar a busca de bens penhoráveis e, encontrando-os, lavrar auto ou termo limitando-se a ali constar a descrição dos bens penhorados, com as suas características, em razão do Princípio da Celeridade e Economia aplicado à execução.
- (E) penhorar os bens necessários para pagamento do débito e a averbação do arresto ou da penhora no registro competente, sob pena de nulidade da penhora.

59. Celso é agente diplomático brasileiro e se encontra exercendo sua profissão em outro país. Em visita ao Brasil, envolveu-se em um imbróglio pessoal com Manuel, resultando deste um possível litígio, tendo posteriormente Celso retornado ao país onde exerce sua profissão. Em relação ao que dispõe o Código Civil de 2002 sobre o domicílio, assinale a alternativa correta.

- (A) Diante da profissão exercida por Celso, apenas poderá ele ser demandado judicialmente no país onde exerce sua função, o que se justifica em razão de ser nesse país o seu domicílio.
- (B) Considerando o imbróglio que versa o enunciado, em eventual ação judicial movida por Manuel, citado Celso no estrangeiro, diante de alegação de extraterritorialidade por este, sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, poderá ser demandado no Distrito Federal ou no último ponto do território brasileiro onde o teve.
- (C) Tendo-se em vista a profissão exercida por Celso ser equiparada a da pessoa denominada de marítimo, não é possível atribuir-lhe domicílio. Portanto eventual demanda judicial de interesse de Manuel contra Celso restará impossibilitada de ajuizamento.
- (D) Diante do interesse de Manuel em ajuizar ação em face de Celso, este deverá ser demandado essencialmente no Distrito Federal, por ser considerado este o local necessário de domicílio de funcionários públicos a serviço com atividade no exterior, sem exceções.
- (E) Caso Manuel pretenda acionar Celso judicialmente em razão do imbróglio, não será levado em conta a profissão exercida por Celso para que seja definido o possível domicílio onde possa este ser demandado, visto ser vedado pelo Código Civil a utilização das relações concernentes à profissão para definir o domicílio.

60. Assinale a alternativa correta envolvendo os temas Penhor, Anticrese e Hipoteca.

- (A) Dos temas descritos no enunciado, possuem natureza jurídica de Direitos Reais apenas a hipoteca e a anticrese, visto que a natureza jurídica do penhor é de Direito das Coisas, em razão de exercer-se apenas a posse por meio desse direito.

- (B) Anticrese é uma modalidade de título executivo extrajudicial, assim como a duplicata e a letra de câmbio.
- (C) De acordo com o Código Civil de 2002, o penhor pode recair apenas sobre bens móveis.
- (D) O penhor decorre essencialmente de determinação judicial.
- (E) Bens imóveis podem ser oferecidos como garantia em juízo, mas não em instrumentos particulares de contrato.

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.





**ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA
ESPECIALIDADE OFICIAL DE JUSTIÇA
AVALIADOR FEDERAL**

NÍVEL SUPERIOR

MANHÃ

Nome do Candidato _____

Inscrição _____



COMPOSIÇÃO DO CADERNO

Discursiva - Estudo de Caso 01

Língua Portuguesa 01 a 15

Legislação 16 a 20

Noções sobre Direitos das
Pessoas com Deficiência 21 a 25

Noções de Informática 26 a 30

Conhecimentos Específicos 31 a 60



INSTRUÇÕES

- Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas e na Versão Definitiva da Discursiva. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração, e se o cargo corresponde àquele para o qual você se inscreveu. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência, comunique ao fiscal.
- Os únicos documentos válidos para avaliação são a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Discursiva. Só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta para transcrição da Versão Definitiva da Discursiva e para o preenchimento da Folha de Respostas, que deve ser preenchida da seguinte maneira: ●
- O prazo de realização da prova é de 4 (quatro) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas e a transcrição da Versão Definitiva da Discursiva. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o caderno de questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
- Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.
- Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Discursiva, devidamente preenchidas e assinadas. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.
- As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AOCB - www.institutoaocp.org.br, no dia posterior à aplicação da prova.
- O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

PROVA

04

**LEMBRE-SE DE MARCAR O NÚMERO
CORRESPONDENTE À SUA PROVA NA
FOLHA DE RESPOSTAS!**

INSTRUÇÕES

A Prova Discursiva - Estudo de Caso será avaliada considerando-se os seguintes aspectos:

1. Atendimento ao tema proposto na questão;
2. Conhecimento técnico-científico sobre a matéria;
3. Clareza de argumentação/senso crítico em relação ao tema proposto na questão;
4. Utilização adequada da Língua Portuguesa.

O candidato terá sua Prova Discursiva - Estudo de Caso avaliada com nota 0 (zero) em caso de:

- a. não atender ao Tema do Estudo de Caso proposto e ao conteúdo avaliado;
 - b. manuscruver em letra ilegível ou grafar por outro meio que não o determinado no Edital;
 - c. apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
 - d. redigir seu texto a lápis, ou à tinta em cor diferente de azul ou preta;
 - e. não apresentar a questão redigida na Folha da Versão Definitiva ou entregá-la em branco;
 - f. apresentar identificação, em local indevido, de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).
- **A Folha da Versão Definitiva será o único documento válido para a avaliação da Prova Discursiva. As folhas para rascunho, no caderno de questões, são de preenchimento facultativo e não valerão para a finalidade de avaliação da Prova Discursiva.**
 - **O candidato disporá de, no mínimo, 20 (vinte) linhas e, no máximo, 30 (trinta) linhas para elaborar a resposta da questão, sendo desconsiderado para efeito de avaliação qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão de 30 (trinta) linhas.**
 - **A Prova Discursiva deverá ser feita à mão pelo próprio candidato, em letra legível, com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.**

DISCURSIVA- ESTUDO DE CASO - RASCUNHO

1. **Carlos é Oficial de Justiça e recebeu um mandado de cumprimento para a citação da empresa Pizzaria Massas Finas Ltda., situada em um Hotel Fazenda, local não abrangido pelo serviço de entrega domiciliar de correspondência. O mandado em questão é referente a uma ação que a ex-empregada, Cristina, ingressou, no dia 10 de fev. de 2018, pleiteando verbas, com valor da causa de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), sendo a audiência agendada para o dia 15 de mar. de 2018. Diante do exposto, responda a questão, apresentando se há alguma relação entre o estabelecimento comercial da empresa não ser abrangido por entrega domiciliar de correspondência e a citação ter sido direcionada a Carlos para cumprimento; em qual horário Carlos deve cumprir o mandado de citação; se, na hipótese de Carlos não encontrar representantes da empresa, a citação poderia ser feita por edital; e se o representante da reclamada, devidamente citado, não puder comparecer à audiência agendada, poderá se fazer substituir por um amigo. Justifique suas respostas, pautando-se, inclusive, na Lei nº 13.467/2017.**

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____

9. _____
10. _____
11. _____
12. _____
13. _____
14. _____
15. _____
16. _____
17. _____
18. _____
19. _____
20. _____
21. _____
22. _____
23. _____
24. _____
25. _____
26. _____
27. _____
28. _____
29. _____
30. _____



ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto I

Os medos que o poder transforma em mercadoria política e comercial

Zygmunt Bauman

O medo faz parte da condição humana. Poderíamos até conseguir eliminar uma por uma a maioria das ameaças que geram medo (era justamente para isto que servia, segundo Freud, a civilização como uma organização das coisas humanas: para limitar ou para eliminar totalmente as ameaças devidas à casualidade da Natureza, à fraqueza física e à inimizade do próximo): mas, pelo menos até agora, as nossas capacidades estão bem longe de apagar a “mãe de todos os medos”, o “medo dos medos”, aquele medo ancestral que decorre da consciência da nossa mortalidade e da impossibilidade de fugir da morte.

Embora hoje vivamos imersos em uma “cultura do medo”, a nossa consciência de que a morte é inevitável é o principal motivo pelo qual existe a cultura, primeira fonte e motor de cada e toda cultura. Pode-se até conceber a cultura como esforço constante, perenemente incompleto e, em princípio, interminável para tornar vivível uma vida mortal. Ou pode-se dar mais um passo: é a nossa consciência de ser mortais e, portanto, o nosso perene medo de morrer que nos tornam humanos e que tornam humano o nosso modo de ser-no-mundo.

A cultura é o sedimento da tentativa incessante de tornar possível viver com a consciência da mortalidade. E se, por puro acaso, nos tornássemos imortais, como às vezes (estupidamente) sonhamos, a cultura pararia de repente [...].

Foi precisamente a consciência de ter que morrer, da inevitável brevidade do tempo, da possibilidade de que os projetos fiquem incompletos que impulsionou os homens a agir e a imaginação humana a alçar voo. Foi essa consciência que tornou necessária a criação cultural e que transformou os seres humanos

em criaturas culturais. Desde o seu início e ao longo de toda a sua longa história, o motor da cultura foi a necessidade de preencher o abismo que separa o transitório do eterno, o finito do infinito, a vida mortal da imortal; o impulso para construir uma ponte para passar de um lado para outro do precipício; o instinto de permitir que nós, mortais, tenhamos incidência sobre a eternidade, deixando nela um sinal imortal da nossa passagem, embora fugaz.

Tudo isso, naturalmente, não significa que as fontes do medo, o lugar que ele ocupa na existência e o ponto focal das reações que ele evoca sejam imutáveis. Ao contrário, todo tipo de sociedade e toda época histórica têm os seus próprios medos, específicos desse tempo e dessa sociedade. Se é incauto divertir-se com a possibilidade de um mundo alternativo “sem medo”, em vez disso, descrever com precisão os traços distintivos do medo na nossa época e na nossa sociedade é condição indispensável para a clareza dos fins e para o realismo das propostas. [...]

(Adaptado de <http://www.ihu.unisinos.br/563878-os-medos-que-o-poder-transforma-em-mercadoria-politica-e-comercial-artigo-de-zygmunt-bauman> - Acesso em 26/03/2018)

As questões de 1 a 9 referem-se ao texto I.

1. No excerto “[...] a nossa consciência de que a morte é inevitável é o principal motivo pelo qual existe a cultura [...]”, a expressão em destaque pode ser substituída, sem gerar prejuízo gramatical, por
- (A) por que.
 - (B) porque.
 - (C) cujo.
 - (D) por qual.
 - (E) porquê.

2. **Conjunções ou locuções conjuntivas são palavras invariáveis utilizadas para ligar orações ou palavras da mesma oração. As conjunções destacadas nos trechos a seguir estabelecem determinados sentidos, introduzindo uma relação semântica entre as orações. Assinale a alternativa que apresenta, entre parênteses, a interpretação correta da conjunção destacada.**

- (A) “[...] é a nossa consciência de ser mortais e, portanto, o nosso perene medo de morrer que nos tornam humanos [...]” (justificativa)
- (B) “[...] se, por puro acaso, nos tornássemos imortais, como às vezes (estupidamente) sonhamos, a cultura pararia de repente [...]” (causa)
- (C) “Se é incauto divertir-se com a possibilidade de um mundo alternativo ‘sem medo’, em vez disso, descrever com precisão os traços distintivos do medo na nossa época e na nossa sociedade é condição indispensável.” (hipótese)
- (D) “[...] interminável para tornar vivível uma vida mortal. Ou pode-se dar mais um passo: é a nossa consciência de ser mortais [...]” (finalidade)
- (E) “Embora hoje vivamos imersos em uma ‘cultura do medo’, a nossa consciência de que a morte é inevitável.” (consequência)

3. **Qual(is) é(são) o(s) item(ns) que reescreve(m), sem gerar prejuízo sintático ou alteração de sentido, o excerto: “Se é incauto divertir-se com a possibilidade de um mundo alternativo ‘sem medo’, em vez disso, descrever com precisão os traços distintivos do medo na nossa época e na nossa sociedade é condição indispensável para a clareza dos fins e para o realismo das propostas. [...]”?**

- I. **Se é ingênuo deleitar-se com a possibilidade de um mundo paralelo “sem medo”, é imperativo, por outro lado, para a clareza de finalidades e para a nudez das propostas, descrever rigorosamente aquilo que distingue o medo em nosso contexto temporal e social.**
- II. **Se é irrefletida a diversão pela possibilidade de um mundo alternativo livre do medo, não obstante, a fim de delimitar a factualidade das propostas e clarificar os propósitos, é imprescindível delinear precisamente as características do medo tal como vivemos.**

III. **Se é sensato divertir-se com a ideia de um mundo paralelo “sem medo”, ao invés disso, é exigência oportuna descrever relativamente tudo o que define o medo nesta época e sociedade, posto que há clareza dos fins e realismo nas propostas.**

- (A) Apenas II.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

4. **Assinale a alternativa em que o termo “até” apresenta o mesmo valor semântico que recebe na frase “Pode-se até conceber a cultura como esforço constante, perenemente incompleto e, em princípio, interminável para tornar vivível uma vida mortal. Ou pode-se dar mais um passo [...]”.**

- (A) É melhor escondê-lo, pelo menos até conseguirmos um local seguro.
- (B) Você pode até tentar, mas não conseguirá se esconder.
- (C) Chorei até ficar cansado.
- (D) Você pode andar até aqui ou pode chegar mais longe.
- (E) O produto custa até quatro vezes mais que seu genérico.

5. **Assinale a alternativa correta a respeito do excerto “[...] Desde o seu início e ao longo de toda a sua longa história, o motor da cultura foi a necessidade de preencher o abismo que separa o transitório do eterno, o finito do infinito, a vida mortal da imortal; o impulso para construir uma ponte para passar de um lado para outro do precipício; o instinto de permitir que nós, mortais, tenhamos incidência sobre a eternidade, deixando nela um sinal imortal da nossa passagem, embora fugaz.”.**

- (A) As expressões “desde” e “ao longo de” referem-se temporalmente à história da cultura, sendo que a primeira está ligada a um ponto temporal de origem, enquanto a segunda está ligada à extensão temporal a partir desse ponto.
- (B) O excerto constitui-se de variadas antíteses, as quais colocam em oposição ideias que se referem à cultura e à história. Com isso, o autor traz maior impessoalidade, objetividade e formalidade ao texto.
- (C) Ao utilizar a expressão “nós, mortais”, o autor evita dialogar com o leitor do texto, com a finalidade de potencializar eventuais contestações que possam ocorrer diante da sua argumentação.
- (D) O verbo “tenhamos” está flexionado de modo que se interpreta uma ação factual que ocorre no momento da fala, por isso afirma-se que está no presente do modo indicativo.
- (E) As palavras “impulso” e “instinto” revelam o caráter finito da vida. Referem-se, semanticamente, ao “abismo que separa o transitório do eterno, o finito do infinito, a vida mortal da imortal” e complementam, sintaticamente, o verbo “preencher”.

6. **O processo de derivação imprópria de palavras compreende a mudança de classe de uma palavra, estendendo-lhe a significação. Assinale a alternativa cujo excerto apresenta tal processo de derivação na palavra em destaque.**

- (A) “A cultura é o sedimento da tentativa incessante de tornar possível [...]”
- (B) “[...] o lugar que ele ocupa na existência [...]”
- (C) “[...] todo tipo de sociedade e toda época histórica têm os seus próprios medos [...]”
- (D) “Os medos que o poder transforma em mercadoria política e comercial [...]”

(E) “[...] a necessidade de preencher o abismo que separa o transitório do eterno [...]”

7. **Em relação às ideias do texto I, assinale a alternativa correta.**

- (A) O medo da morte, embora fugaz, cria a consciência de uma perene brevidade do tempo, instaurando no ser humano a possibilidade de um mundo alternativo, de acordo com cada período histórico.
- (B) O modo de ser-no-mundo é definido pelos traços distintivos dos diferentes contextos histórico-culturais. O medo da morte é, nesse ínterim, dispensável para a definição de toda produção cultural e artística.
- (C) As diversas origens do medo e seus significados sócio-históricos são fluidos, e compreendê-los é tarefa obrigatória na finalidade de acessar sua funcionalidade nas diferentes épocas e contextos.
- (D) Separar a vida e a morte é tarefa da criação cultural, uma vez que as invenções humanas permitem a superação da mortalidade humana e do medo desta.
- (E) A possibilidade da imortalidade não cessaria a produção cultural, tendo em vista que a cultura independe da condição finita da vida humana.

8. **Em relação ao texto I, assinale a alternativa correta.**

- (A) Uma das propriedades linguísticas que caracterizam o texto como argumentativo é a predominância de formas verbais no pretérito.
- (B) Os verbos e pronomes em primeira pessoa do plural, presentes em “Poderíamos até conseguir eliminar uma por uma a maioria das ameaças que geram medo [...]” e “[...] é a nossa consciência de ser mortais e, portanto, o nosso perene medo [...]” são fortes marcas do tipo textual injuntivo, predominante no texto.
- (C) O tipo argumentativo é o eixo da construção do texto, tendo em vista que o autor defende uma tese por meio de relações lógicas de argumentação. Uma dessas relações é a de condição, presente no excerto “E se, por puro acaso, nos tornássemos imortais, como às vezes (estupidamente) sonhamos, a cultura pararia de repente [...]”.

- (D) Não é possível classificar o tipo textual predominante no texto I, uma vez que os tipos textuais constituem uma lista irrestrita na cultura linguística. Ao contrário disso, os gêneros textuais compõem uma lista restrita, o que possibilita que se classifique o texto I como um artigo de opinião.
- (E) O amplo uso de figuras de linguagem, especialmente de metáforas, no texto I, é uma pista de que o tipo narrativo é o eixo da construção textual, enriquecendo as formas de expressão do autor a partir do uso de uma linguagem denotativa.

9. Em relação ao texto I, assinale a alternativa correta.

- (A) Em “Foi precisamente a consciência de ter que morrer, da inevitável brevidade do tempo, da possibilidade de que os projetos fiquem incompletos [...]”, todos os elementos em destaque são exigidos pela regência da palavra “consciência”.
- (B) Em “Desde o seu início e ao longo de toda a sua longa história, o motor da cultura foi a necessidade de preencher o abismo que separa o transitório do eterno [...]” (4º parágrafo), o pronome em destaque faz referência à “consciência de ter que morrer”.
- (C) Em “[...] para limitar ou para eliminar totalmente as ameaças devidas à casualidade da Natureza, à fraqueza física e à inimizade do próximo [...]”, o uso da crase é facultativo antes de “fraqueza” e antes de “inimizade”, tendo em vista que tais termos são regidos pela mesma palavra.
- (D) Em “[...] todo tipo de sociedade e toda época histórica têm os seus próprios medos [...]”, há um sujeito composto que justifica o uso do acento circunflexo no verbo destacado, marcando a flexão de número.
- (E) Em “[...] as nossas capacidades estão bem longe de apagar a ‘mãe de todos os medos’ [...]”, o termo “mãe de todos os medos” está entre aspas para destacar uma citação direta de outrem, trazendo ao texto outras vozes para comprovar o ponto de vista do autor.

Texto II

O Medo

Em verdade temos medo.
Nascemos no escuro.
As existências são poucas;
Carteiro, ditador, soldado.
Nosso destino, incompleto.
E fomos educados para o medo.
Cheiramos flores de medo.
Vestimos panos de medo.
De medo, vermelhos rios
Vadeamos.
Somos apenas uns homens e a natureza traiu-nos.
Há as árvores, as fábricas,
Doenças galopantes, fomes.
Refugiamo-nos no amor,
Este célebre sentimento,
E o amor faltou: chovia,
Ventava, fazia frio em São Paulo.
Fazia frio em São Paulo...
Nevava. [...]

(Poema extraído da obra “A Rosa do Povo”. ANDRADE, Carlos Drummond de. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945)

As questões de 10 a 13 referem-se ao texto II.

10. A metonímia é uma figura de linguagem que consiste em usar uma palavra por outra com a qual se relaciona. Essa troca se faz não porque as palavras são sinônimas, mas porque uma evoca a outra. Assinale a alternativa que apresenta uma metonímia.

- (A) “Cheiramos flores de medo./ Vestimos panos de medo.”
- (B) “Ventava, fazia frio em São Paulo/ Fazia frio em São Paulo...”
- (C) “Nosso destino, incompleto./ E fomos educados para o medo.”
- (D) “Somos apenas uns homens e a natureza traiu-nos.”
- (E) “Em verdade temos medo.”

11. Em relação às ideias do texto II, assinale a alternativa correta.

- (A) O eu-lírico revela satisfação com o tempo presente e uma perspectiva futura otimista e de certezas, o que se expressa pelo verso “Refugiamo-nos no amor”.
- (B) Os versos “E fomos educados para o medo. /Cheiramos flores de medo. / Vestimos panos de medo.” consistem em uma extensão e complementação das ideias contidas nos versos que celebram a cidade de São Paulo.
- (C) Há um conflito entre o sujeito lírico, o leitor e o medo, uma vez que ter medo é uma ação que regula e limita a condição social do sujeito. Isso se expressa nos versos “As existências são poucas:/ Carteiro, ditador e soldado”.
- (D) O verso “E fomos educados para o medo” demonstra a necessidade de o ser humano se adequar à realidade externa, expressa nos versos “Nascemos no escuro./ As existências são poucas”.
- (E) Compreende-se que a exclusão social origina-se do medo e do comportamento apavorante e melancólico dos indivíduos. Isso se comprova pelo verso “Somos apenas uns homens e a natureza traiu-nos.”.

12. Em relação às ideias do texto II, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

I. Nos versos “Cheiramos flores de medo.” e “Vestimos panos de medo.”, observa-se que o poeta utiliza-se da

semelhança sintática com o intuito de ressaltar a imagem do medo que aparece constantemente ao longo do poema.

II. Em “Somos apenas uns homens e a natureza traiu-nos.”, o pronome “nos” poderia ser anteposto ao verbo “traiu”, resultando em “Somos apenas uns homens e a natureza nos traiu”.

III. Trata-se de uma poesia de cunho social, na qual se expressa as inquietudes do poeta frente às condições humanas desiguais e ao mundo fragmentado e caótico criado pelo próprio homem.

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II.
- (E) I, II e III.

13. Em relação ao texto II, assinale a alternativa correta.

- (A) Em “E o amor faltou: chovia,/ Ventava, fazia frio em São Paulo.”, os dois-pontos são utilizados para indicar um esclarecimento e podem ser substituídos pela conjunção “porque”.
- (B) Em “Fazia frio em São Paulo.../ Nevava.”, as reticências são utilizadas para realçar a expressão “Nevava” e podem ser substituídas pela conjunção “conquanto”.
- (C) Em “Somos apenas uns homens e a natureza traiu-nos.”, o poeta utiliza de forma equivocada a colocação do pronome “nos”, o que só é possível devido à licença poética própria desse gênero.
- (D) Em “Cheiramos flores de medo./ Vestimos panos de medo.”, os verbos vestir e cheirar são bitransitivos, ou seja, ambos apresentam um complemento com preposição e um complemento sem preposição.
- (E) Em “Nosso destino, incompleto.”, a vírgula está sendo utilizada para isolar um aposto explicativo.

14. A correção ortográfica é requisito elementar de qualquer texto e é ainda mais importante quando se trata de textos oficiais. Assinale a alternativa que apresenta a grafia correta de todas as palavras.

- (A) Hermético, homogêneo, beneficiante.
- (B) Ansiar, despender, exceção.
- (C) Compunção, sossobrar, consecução.
- (D) Viço, obssoleto, aldeamento.
- (E) Frontespício, freiar, arroubo.

15. Conforme o que se estabelece no Manual de Redação da Presidência da República, assinale a alternativa correta a respeito das regras de Correspondência Oficial.

- (A) Um dos atrativos da comunicação por Correio eletrônico é sua flexibilidade. Entretanto, é necessário definir forma rígida para sua estrutura, já que se trata de um gênero de Comunicação Oficial.
- (B) O uso do Telegrama deve ser priorizado, tendo em vista que se trata de uma forma de comunicação utilitária e econômica aos cofres públicos.
- (C) Exposição de motivos é o expediente dirigido ao Presidente da República ou ao Vice-Presidente para: a) informá-lo de determinado assunto; b) propor alguma medida; ou c) submeter à sua consideração projeto de ato normativo. Em regra, a Exposição de motivos é dirigida ao Presidente da República por um Ministro de Estado.
- (D) O Memorando é a modalidade de comunicação entre unidades administrativas de um mesmo órgão, que podem estar hierarquicamente em mesmo nível ou em nível diferente. Esse tipo de comunicação tem caráter exclusivamente administrativo e apresenta complexidade de procedimentos burocráticos.
- (E) Aviso e Ofício são modalidades de Comunicação Oficial diferentes, porque o Ofício é expedido exclusivamente por Ministros de Estado, para autoridades de mesma hierarquia. O Aviso, por outro lado, é expedido para e pelas demais autoridades.

16. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, em caso de afastamento de desembargador integrante de qualquer das seções especializadas, definitivamente ou por prazo superior a trinta dias, a vaga será preenchida por

- (A) desembargador na ordem de antiguidade, salvo se inexistir magistrado de segundo grau, caso em que será convocado juiz de primeira instância.
- (B) desembargador na ordem inversa de antiguidade, salvo se inexistir magistrado de segundo grau, caso em que será convocado juiz de primeira instância.
- (C) juiz de primeira instância na ordem inversa de antiguidade.
- (D) desembargador que já tiver composto a lista tríplice de indicação para ministro do Tribunal Superior do Trabalho.
- (E) juiz de primeira instância que atender a critérios de merecimento.

17. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, assinale a alternativa correta.

- (A) Competirá ao Corregedor Geral decidir os pedidos de remoção e permuta de juízes titulares, ouvida a Corregedoria Regional para informar o estado em que se encontram os serviços das respectivas Varas do Trabalho, inclusive se os pretendentes possuem atrasos na prolação de sentenças, expedindo os respectivos atos.
- (B) À supressão, acréscimo ou modificações das disposições dos atos de competência do Tribunal Pleno dá-se o nome de Ato Regimental.
- (C) Ementa Regimental trata-se da complementação do Regimento Interno.
- (D) As matérias constantes de Emendas ou Atos Regimentais, submetidas ao Tribunal Pleno e não aprovadas, apenas poderão ser novamente apreciadas após o decurso do prazo de seis meses.
- (E) Caberá ao Presidente do TRT-1 remeter ao Tribunal Superior do Trabalho, para envio ao Congresso Nacional, após aprovação pelo Órgão Especial, projetos de lei de interesse da Justiça do Trabalho em matéria de sua competência constitucional.

18. Tendo em vista que o termo “ética” deriva do grego *ethos*, que, por sua vez, guarda relação com os valores morais e princípios que devem nortear a conduta humana na sociedade, e, ainda, o fato de que a ética pode variar de acordo com fatores culturais, assinale a alternativa que NÃO corresponde aos objetivos éticos perseguidos pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, quando da elaboração de seu Código de Ética.

- (A) Contribuir para transformar a visão, a missão, os objetivos e os valores institucionais do Tribunal em atitudes, comportamentos, regras de atuação e práticas organizacionais, orientados segundo elevado padrão de conduta ético-profissional, para realizar melhor a jurisdição trabalhista.
- (B) Assegurar ao servidor a preservação de sua imagem e de sua reputação, quando sua conduta estiver de acordo com as normas éticas estabelecidas no Código.
- (C) Reduzir a subjetividade das interpretações pessoais sobre os princípios e normas éticos adotados no Tribunal, facilitando a compatibilização dos valores individuais de cada servidor com os valores da instituição.
- (D) Estabelecer mecanismos de uniformização da jurisprudência do Tribunal, de modo a valorizar a segurança jurídica e a legítima confiança do jurisdicionado, em atenção aos princípios e normas éticos adotados.
- (E) Oferecer, por meio da Comissão de Ética, uma instância de consulta, visando esclarecer dúvidas quanto à conformidade da conduta do servidor com os princípios e normas de conduta nele tratados.

19. Assinale a alternativa que apresenta princípios éticos expressamente elencados no Código de Ética do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

- (A) Transparência, economia, celeridade processual e comprometimento.
- (B) Honestidade, transparência, dignidade, respeito e responsabilidade social e ambiental.
- (C) Respeito, decoro, duplo grau de jurisdição e preservação do patrimônio público.
- (D) Celeridade, respeito, razoável duração do processo e eficácia vinculante dos precedentes.
- (E) Transparência, desenvolvimento pessoal e valorização da verdade real dos fatos.

20. No que diz respeito aos direitos do servidor, assinale a alternativa condizente com o que prevê o Código de Ética.

- (A) Caso um dos servidores lotados em determinada Vara do Trabalho esteja enfrentando problemas pessoais e psíquicos, os demais servidores serão cientificados para que contribuam com a recuperação do servidor debilitado no que diz respeito às atribuições do ambiente de trabalho.
- (B) O servidor poderá ausentar-se do local de trabalho e desenvolver suas atividades de sua própria residência, sempre que perceber que isso contribuirá para o aumento de sua produtividade. Para tanto, o servidor deverá comunicar seus superiores.
- (C) É permitido ao servidor o exercício não remunerado de encargo de mandatário, desde que não implique a prática de atos de comércio ou outros incompatíveis com o exercício do cargo, nos termos da lei.
- (D) Ao servidor é permitido receber, excepcionalmente em ocasiões de festividade, presentes de pessoa física ou jurídica interessada na atividade do servidor.
- (E) O servidor poderá opinar publicamente a respeito do mérito de questão que lhe for submetida, para análise individual, salvo aquelas de conhecimento geral.

NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

21. Antônio é pessoa com deficiência moderada e recebe o benefício de prestação continuada previsto no art. 20 da Lei nº 8.742/1993. Acontece que Antônio passou a exercer atividade remunerada que o enquadra como segurado obrigatório do RGPS (Regime Geral de Previdência Social). Nesse caso, de acordo com o previsto na Lei nº 13.146/2015, Antônio

- (A) não terá direito a qualquer auxílio, já que passou a exercer atividade remunerada.
- (B) terá direito a auxílio-inclusão, nos termos da lei.
- (C) não terá direito a auxílio inclusão, já que acumulará seu benefício de prestação continuada com a remuneração de sua atividade.

- (D) terá direito a auxílio inclusão, desde que opte por não se submeter ao Regime Geral de Previdência Social.
- (E) terá direito a cumular metade de seu benefício de prestação continuada com a remuneração de sua atividade.

22. Segundo disciplina o Decreto nº 3.298/1999, os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal direta e indireta responsáveis pela educação dispensarão tratamento prioritário e adequado aos assuntos relacionados à pessoa com deficiência. Nesse sentido, de acordo com o citado diploma legal, a educação do aluno com deficiência deverá iniciar-se na educação infantil a partir de

- (A) cinco anos.
(B) zero ano.
(C) um ano.
(D) três anos.
(E) dois anos.

23. A Resolução nº 230/2016 do CNJ disciplina que cada órgão do Poder Judiciário deverá manter um cadastro dos servidores, serventuários extrajudiciais e terceirizados com deficiência que trabalham no seu quadro. Esse cadastro deve especificar as deficiências e as necessidades particulares de cada servidor, terceirizado ou serventuário extrajudicial, sendo que a atualização desse cadastro deve ser permanente, devendo ocorrer uma revisão detalhada

- (A) uma vez por semestre.
(B) uma vez por trimestre.
(C) uma vez por bimestre.
(D) uma vez por ano.
(E) uma vez por biênio.

24. José é pessoa com deficiência e está submetido ao regime de curatela. Ele pretende contrair matrimônio, no entanto seu curador o está impedindo. Nesse sentido, de acordo com os ditames da Lei nº 13.146/2015, o curador de José

- (A) não está agindo corretamente, já que a curatela atinge tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial.
- (B) não está agindo corretamente, já que, embora a curatela atinja atos de natureza matrimonial, caberia nesse caso ao poder judiciário a decisão sobre a autorização de se contrair matrimônio.

- (C) está agindo corretamente já que a curatela alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto do curatelado.

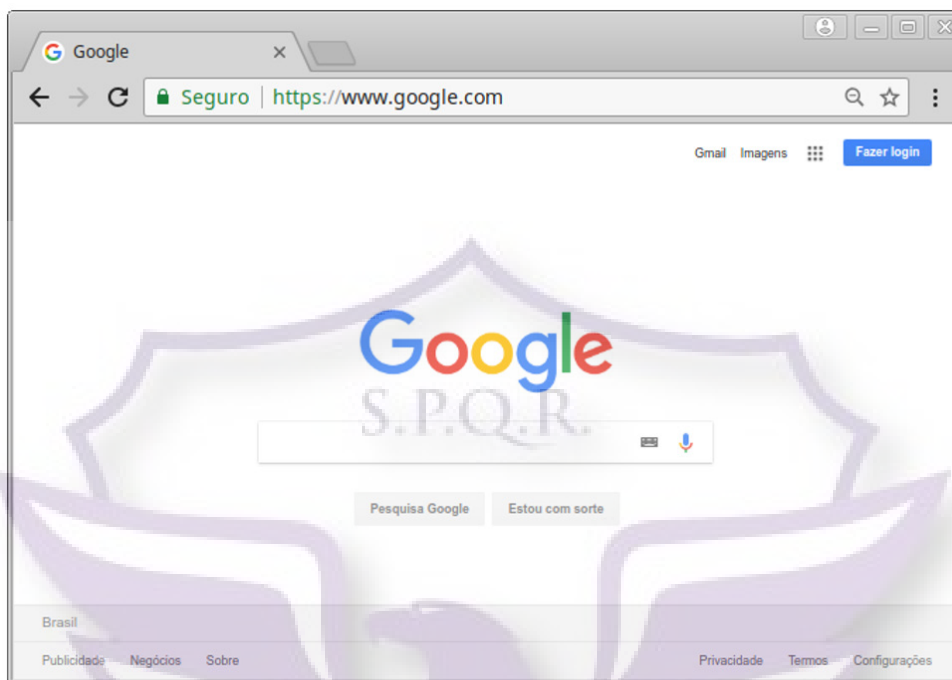
(D) está agindo corretamente já que o ato de contrair matrimônio pode refletir na esfera patrimonial do curatelado.




(E) está agindo corretamente já que à pessoa submetida ao regime de curatela é vedado contrair matrimônio.

25. Sebastião mora com seu pai, que é pessoa com deficiência física e beneficiário de pensão previdenciária. Sebastião, com claro objetivo de obter vantagem indevida para si, retém, de maneira indevida, o cartão magnético destinado ao recebimento da pensão previdenciária de seu pai. Com base no disposto na Lei nº 13.146/2015, a conduta de Sebastião é tipificada como crime punível com

- (A) reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.
(B) detenção, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.
(C) detenção, de 6 (seis) meses a 4 (quatro) anos, e multa.
(D) reclusão, de 6 (seis) meses a 4 (quatro) anos, e multa.
(E) detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

26. A imagem a seguir é uma janela do navegador Google Chrome (versão 66.x) na página de busca do Google. Ao acessar sites que exijam informações sensíveis, como dados de login, números de cartões de crédito e senhas, é essencial que o site forneça uma conexão criptografada e um certificado digital válido. Para obter informações sobre o certificado digital da página, em qual opção o usuário deverá clicar?



- (A) Na opção “Sobre” que está na parte inferior da imagem.
- (B) No símbolo de menu  e depois na opção “Sobre o certificado digital”.
- (C) No cadeado à esquerda do endereço do Google e depois na opção “Certificado”.
- (D) No símbolo de menu  e depois na opção “Segurança”.
- (E) No símbolo  e depois na opção “Segurança”.
27. Os periféricos de um computador podem ser classificados como sendo de entrada ou de saída. Qual das alternativas a seguir possui um exemplo de cada?
- (A) Mouse e teclado.
- (B) Monitor e impressora matricial.
- (C) Microfone e caixa de som.
- (D) Teclado e leitor de digitais.
- (E) Touch pad e teclado.
28. O backup de arquivos é altamente recomendado para prevenir a perda de dados importantes. Dos recursos apresentados a seguir, qual NÃO serve para fazer backup de arquivos?
- (A) Flash drive.
- (B) Memória RAM.
- (C) HD externo.
- (D) Nuvem.
- (E) Fita magnética.

29. Um arquivo de vídeo normalmente possui uma combinação de imagens e sons, permitindo a visualização de filmes, animações e filmagens. Qual das alternativas a seguir possui somente extensões de arquivos utilizadas para a reprodução de vídeos?

- (A) .ppt, .mp4 e .avi
- (B) .jpg, .png e .gif
- (C) .avi, .mp3 e .gif
- (D) .mp3, .mp4 e .avi
- (E) .avi, .mp4 e .mkv

30. Ao enviar um e-mail incluindo endereços de destinatário no campo "Cco", disponível em todas as ferramentas populares para o envio de e-mails, o que acontece?

- (A) Os destinatários que estão em "Cco" não conseguem ver para quem a mensagem foi enviada pelo campo "Para".
- (B) Os destinatários que estão em "Cc" conseguem ver para quem a mensagem foi enviada em "Cco".
- (C) O remetente receberá uma confirmação de quando a mensagem foi lida por cada destinatário incluído em "Cco".
- (D) Os destinatários que não estão em "Cco" não conseguem ver para quem a mensagem foi enviada em "Cco".
- (E) Somente os destinatários em "Cco" conseguem visualizar outros destinatários em "Cco".

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. De acordo com a Constituição Federal, o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Acerca das disposições constitucionais relativas ao Ministério Público, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- (B) A garantia de vitaliciedade prevista para os Membros do Ministério Público do Trabalho deve estar prevista em lei ordinária de iniciativa privativa do Procurador-Geral da República.
- (C) Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa.

(D) A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.

(E) Os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.

32. De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

() A Constituição Federal fixa expressamente todas as competências das cortes superiores, aí incluso o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça e o Tribunal Superior do Trabalho.

() Dentre os membros do Tribunal Superior do Trabalho, estão seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.

() Compete ao Tribunal Superior do Trabalho processar e julgar, originariamente, a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões.

() O subsídio dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho corresponde a noventa e cinco por cento do subsídio mensal fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

- (A) V – F – V – F.
- (B) V – F – F – V.
- (C) F – V – F – V.
- (D) F – V – V – F.
- (E) F – F – V – V.

33. Felipe é servidor estável no TRT. Diante disso, assinale a alternativa correta de acordo com o que dispõe a Constituição Federal.

- (A) Felipe poderá perder o cargo em decorrência de sentença judicial não transitada em julgado, para a qual não caiba mais recurso com efeito suspensivo.
- (B) Se o cargo de Felipe for extinto, ele ficará em disponibilidade com remuneração integral, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- (C) Se Felipe for demitido e sua demissão for invalidada por sentença judicial, ele será reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, será reconduzido ao cargo de origem.
- (D) É possível que Felipe venha a perder o cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei ordinária, assegurada ampla defesa.
- (E) Felipe só poderá perder o cargo mediante processo judicial em que lhe seja assegurada ampla defesa.

34. Acerca da Justiça do Trabalho, de acordo com o que dispõe a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.
- (B) Os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, sete juízes, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.
- (C) Compete à Justiça do Trabalho, processar e julgar a execução de ofício da contribuição social do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a receita ou o faturamento, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir.
- (D) O Conselho Superior da Justiça do Trabalho é órgão da Justiça do Trabalho, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema, cujas decisões não terão efeito vinculante.

- (E) Compete à Justiça do Trabalho, processar e julgar os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista e o Superior Tribunal de Justiça.

35. A Constituição Federal, em seu art. 114, III, dispõe que compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores. Tendo isso em vista, assinale a alternativa correta, de acordo com as disposições constitucionais, acerca da associação profissional ou sindical.

- (A) A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, bem como não poderá exigir registro em qualquer órgão estatal, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
- (B) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
- (C) A participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho é facultativa.
- (D) O aposentado filiado não poderá votar e ser votado nas organizações sindicais.
- (E) É vedada a criação de mais de uma organização sindical representativa da mesma categoria profissional ou econômica, ainda que em bases territoriais distintas.

36. De acordo com a classificação dos órgãos públicos, analise o trecho a seguir e assinale a alternativa que aponta a classificação correspondente.

“São os originários da Constituição e representativos dos três Poderes do Estado, sem qualquer subordinação hierárquica ou funcional, e sujeitos apenas aos controles constitucionais de um sobre o outro; suas atribuições são exercidas por agentes políticos.”(Di Pietro, Maria Sylvania Zanella. Direito administrativo. 30.ed. Rev., atual. eampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2017.)

- (A) Órgãos autônomos.
- (B) Órgãos independentes.
- (C) Órgãos superiores.
- (D) Órgãos centrais.
- (E) Órgãos subalternos.

37. Assinale a alternativa correta no tocante à responsabilidade extracontratual do Estado.

- (A) O marco histórico do início das teorias publicistas foi o caso Blanco, ocorrido em 1873 na França, a partir do qual interpretou-se que a responsabilidade do Estado não pode reger-se pelos princípios do Código Civil.
- (B) De acordo com a teoria civilista da culpa, admitia-se a responsabilidade civil do Estado quando decorrente de atos de império, haja visto ser ato de autoridade, e a afastava no tocante aos atos de gestão.
- (C) Segundo a jurisprudência, o Estado é civilmente responsável pela morte de detento no interior de estabelecimento prisional, com base na teoria do risco integral.
- (D) O Estado não pode ser responsabilizado por atos do Poder Legislativo na sua função legislativa, ainda que a lei venha a ser declarada inconstitucional em sede de controle concentrado de constitucionalidade.
- (E) Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, ao dano ambiental aplica-se a teoria do risco administrativo.

38. No tocante à improbidade administrativa, assinale a alternativa INCORRETA de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

- (A) Ao formular o pedido de indisponibilidade, é dispensável ao autor da ação de improbidade fazer a indicação individualizada dos bens do réu.
- (B) É possível a decretação do sequestro dos bens antes do recebimento da petição inicial.
- (C) A sentença que concluir pela carência ou pela improcedência de ação de improbidade administrativa está sujeita ao reexame necessário, ainda que não haja previsão específica na Lei de Improbidade.
- (D) O caráter de bem de família impede a decretação de sua indisponibilidade na ação de improbidade.
- (E) A indisponibilidade pode recair sobre bens adquiridos tanto antes como depois da prática do ato de improbidade.

39. A respeito do controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) No processo de revisão, no âmbito da Administração Federal, é admitida a *reformatio in pejus*, desde que haja a possibilidade de manifestação prévia do recorrente.
- (B) Contra omissão ou ato da administração pública, o uso da reclamação só será admitido após o esgotamento da segunda instância administrativa.
- (C) O sistema francês é marcado pela dualidade de jurisdição, tendo em vista que, ao lado do Poder Judiciário, o ordenamento contempla uma Justiça Administrativa competente para dirimir conflitos de interesse envolvendo a Administração Pública.
- (D) O controle ministerial exercido pelos Ministérios sobre os órgãos de sua estrutura administrativa caracteriza controle interno por vinculação.
- (E) É constitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévio de dinheiros ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

40. Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s). Conforme a Lei nº 11.079/2004, é vedada a celebração de contrato de parceria público-privada:

- I. em que as obrigações pecuniárias contraídas pela Administração Pública sejam garantidas por intermédio da contratação de seguro-garantia com companhia seguradora não controlada pelo Poder Público.
- II. cujo período de prestação do serviço seja inferior a 5 (cinco) anos, bem como que não preveja a repartição de riscos entre as partes, dispensado, nesse último caso, os referentes a caso fortuito e força maior.
- III. que tenha como objeto único o fornecimento de mão-de-obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.
- IV. cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), bem como nos casos em que o prazo de vigência do contrato seja superior a 30 (trinta) anos, incluindo eventual prorrogação.

- (A) Apenas III.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas I e IV.
- (D) Apenas II e III.
- (E) Apenas II e IV.

41. Quanto aos recursos cabíveis no processo do trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) A tutela provisória concedida na sentença comporta impugnação pela via do mandado de segurança.
- (B) Caberá agravo de instrumento de decisão que indeferir exceção de pré-executividade.
- (C) Das decisões proferidas em dissídios coletivos, é cabível recurso de revista para o TST.
- (D) Nos dissídios coletivos que envolvem empresa prestadora de serviço público, podem interpor recurso, em face da decisão proferida, o presidente do tribunal e a Procuradoria da Justiça do Trabalho, além das partes interessadas.
- (E) Caberá agravo de instrumento de decisões que indefiram a produção de prova pericial.

42. A empresa ThOliveira Comércio de Metais formalizou acordo em uma reclamação trabalhista, na qual se comprometeu a pagar o valor de R\$ 12.000,00 em 12 parcelas ao ex-funcionário Fernando Carrara. Ocorre que, após cumprir duas delas, deixou de cumprir o pactuado, motivo pelo qual o Reclamante pediu a execução do acordo. O juiz mandou expedir mandado de citação para que a Executada cumpra o acordo e que o faça em 48 (quarenta e oito) horas ou garanta a execução, sob pena de penhora. Diante do caso apresentado, assinale a alternativa correta.

- (A) A Reclamada será citada via oficial de justiça. Se procurada pelo oficial por 3 (três) vezes no espaço de 72 (setenta e duas) horas e não for encontrada, a citação será feita por edital, publicado no jornal oficial ou, na falta deste, afixado na sede da Junta ou Juízo, durante 7 (sete) dias.
- (B) A Reclamada será citada via oficial de justiça. Se procurada pelo oficial por 2 (duas) vezes no espaço de 48 (quarenta e oito) horas e não for encontrada, a citação será feita por edital, publicado no jornal oficial ou, na falta deste, afixado na sede da Junta ou Juízo, durante 5 (cinco) dias.
- (C) A Reclamada será citada via correspondência com Aviso de Recebimento. Caso se mantiver inerte pelo prazo de 5 (cinco) dias após o recebimento, a citação será feita por edital, publicado no jornal oficial ou, na falta deste, afixado na sede da Junta ou Juízo, durante 7 (sete) dias.
- (D) A Reclamada será citada via oficial de justiça. Se procurada pelo oficial por 2 (duas) vezes no espaço de 72 (setenta e duas) horas e não for encontrada, a citação será feita por edital, publicado no jornal oficial ou, na falta deste, afixado na sede da Junta ou Juízo, durante 10 (dez) dias.
- (E) A Reclamada será citada via correspondência com Aviso de Recebimento. Caso se mantiver inerte, será procurada por oficial de diligência por 3 (três) vezes no espaço de 72 (setenta e duas) horas. Se não for encontrada, a citação será feita por edital, publicado no jornal oficial ou, na falta deste, afixado na sede da Junta ou Juízo, durante 7 (sete) dias.

43. A Reclamante Silvana ingressou com Reclamação Trabalhista em face da Reclamada Mévio & Tício Ltda. que encontra-se em Recuperação Judicial. As partes foram intimadas da Sentença (em ação de conhecimento) proferida pelo Juízo de primeiro grau na data de 6 de ago. de 2018 (segunda-feira) que julgou parcialmente procedente os pedidos da inicial. Ocorre que, diante do inconformismo com a decisão, ambas as partes pretendem recorrer para instância superior com o fito de reformá-la. Ante ao exposto, assinale a alternativa correta.

- (A) Ambas as partes deverão interpor Recurso Ordinário, que deverão ser interpostos até o dia 14 de ago. de 2018 (terça-feira), tendo em vista que o prazo conta-se em dias corridos, excluindo-se o dia da intimação e incluindo-se o dia do termo final. A Reclamada Mévio & Tício Ltda. está isenta do pagamento do depósito recursal, já que encontra-se em Recuperação Judicial.
- (B) A Reclamante deverá interpor Recurso Ordinário, que deverá ser interposto até o dia 15 de ago. de 2018 (quarta-feira), tendo em vista que o prazo conta-se somente em dias úteis, incluindo-se os dias da intimação e do termo final. A Reclamada Mévio & Tício Ltda. deverá interpor obrigatoriamente Recurso Adesivo, tendo em vista que encontra-se em Recuperação Judicial e não possui condições de arcar com o depósito recursal.
- (C) Ambas as partes deverão interpor Recurso Ordinário, que deverão ser interpostos até o dia 15 de ago. de 2018 (quarta-feira), tendo em vista que o prazo conta-se somente em dias úteis, incluindo-se os dias da intimação e do termo final. A Reclamada Mévio & Tício Ltda. deverá comunicar o Juízo do processo da Recuperação Judicial para habilitação do recolhimento do depósito recursal.
- (D) Ambas as partes deverão interpor Recurso Ordinário, que deverão ser interpostos até o dia 16 de ago. de 2018 (quinta-feira), tendo em vista que o prazo conta-se somente em dias úteis, excluindo-se o dia da intimação e incluindo o último dia do prazo. A Reclamada Mévio & Tício Ltda. deverá efetuar o recolhimento do depósito recursal ou comunicar o Juízo do processo da Recuperação Judicial para a habilitação da despesa, sob pena de deserção.

(E) Ambas as partes deverão interpor Recurso Ordinário, que deverão ser interpostos até o dia 16 de ago. de 2018 (quinta-feira), tendo em vista que o prazo conta-se somente em dias úteis, excluindo-se o dia da intimação e incluindo o último dia do prazo. A Reclamada Mévio & Tício Ltda. está isenta do pagamento do depósito recursal, já que encontra-se em recuperação judicial.

44. No que diz respeito à gratuidade da justiça e às recentes alterações impostas pela denominada “Reforma Trabalhista”, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) As empresas em recuperação judicial são isentas do pagamento de depósito recursal, entretanto, estão sujeitas ao pagamento das custas processuais.
- (B) Para a concessão da justiça gratuita, a parte deverá comprovar insuficiência de recursos para o pagamento das custas processuais.
- (C) As entidades filantrópicas, assim como as empresas em recuperação judicial, têm o valor do depósito recursal reduzido pela metade.
- (D) A concessão de gratuidade judiciária poderá ser concedida àqueles que perceberem salário igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.
- (E) O valor do depósito recursal será reduzido pela metade para entidades sem fins lucrativos, empregadores domésticos, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte.

45. Um sindicato patronal e um sindicato obreiro do Rio de Janeiro resolveram discutir as disposições de convenção coletiva para uma determinada categoria, estipulando que a vigência se daria no ano seguinte à discussão. As cláusulas convencionais foram pactuadas nos seguintes termos: haverá supressão do valor nominal do décimo terceiro salário; o prazo máximo para o gozo de licença-maternidade será de cem dias; as férias anuais remuneradas serão acrescidas de metade do salário normal; haverá o aumento de cem reais ao adicional para atividades perigosas.

Quanto à Convenção e licitude/ilicitude das cláusulas, assinale a alternativa correta.

- (A) A convenção é nula de pleno direito, já que as cláusulas ora apresentadas constituem objeto ilícito.
- (B) A convenção é parcialmente válida, pois, dentre as cláusulas, constitui objeto lícito aquelas quanto às férias serem acrescidas de metade do salário normal e quanto ao aumento referente ao adicional para atividades perigosas.
- (C) A convenção é parcialmente válida, pois, dentre as cláusulas, constituem objetos ilícitos a vigência do prazo para o gozo de licença maternidade e as férias serem acrescidas de metade do salário normal.
- (D) A convenção deverá subsistir por ser válida e por se tratar de condição benéfica ao empregado, bem como por estar em observância ao princípio do *Pacta Sunt Servanda*.
- (E) A convenção é válida, pois apresenta concessões mútuas de ambas as partes, não constituindo objeto ilícito as cláusulas que tratam acerca do valor nominal do décimo terceiro salário e do prazo para o gozo de licença-maternidade.

46. A respeito da rescisão do contrato de trabalho, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) No caso de empregado que falta reiterada e injustificadamente ao trabalho, é motivo o bastante para ser causa à rescisão contratual por desídia.
- (B) Dentre as hipóteses previstas na CLT para a justa causa da rescisão do contrato de trabalho, estão a incontinência de conduta ou mau procedimento, bem como o ato de indisciplina e de insubordinação.

- (C) Constitui faculdade do empregado rescindir o contrato de trabalho em caso de morte do empregador constituído em empresa individual.
- (D) Constitui justa causa para a rescisão do contrato de trabalho pelo empregador a incontinência de conduta ou mau procedimento, a exemplo de faltas reiteradas e injustificadas pelo empregado.
- (E) Havendo culpa recíproca no ato que determinou a rescisão do contrato de trabalho, o tribunal de trabalho reduzirá a indenização à que seria devida em caso de culpa exclusiva do empregador, por metade.

47. Considerando as disposições da CLT quanto ao comparecimento ao serviço, analise as situações hipotéticas a seguir e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. **Gilson Carlos é empregado da empresa Padaria Oliveiras, sendo que se ausentou do trabalho por 2 (dois) dias consecutivos em razão do falecimento do seu irmão José Lucas, não obtendo prejuízo em seu salário.**
- II. **André se ausentou do trabalho por 2 (dois) dias em razão de comparecimento ao Tribunal do Júri na cidade de Cabo Frio, obtendo prejuízo em seu salário.**
- III. **Considerando as eleições de 2018, Vergílio deixou de comparecer ao serviço para o fim de se alistar eleitor por 2 (dois) dias consecutivos, obtendo prejuízo em seu salário.**
- IV. **Ariane trabalha na empresa Bird Cosméticos e, em virtude de seu matrimônio, deixou de comparecer ao trabalho por 2 (dois) dias consecutivos, não obtendo prejuízo em seu salário.**

- (A) Apenas I, III e IV.
- (B) Apenas II, III e IV.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas I e IV.
- (E) Apenas II e IV.

48. Acerca das disposições da CLT relativas à execução e avaliação de bens, assinale a alternativa correta.

- (A) A avaliação dos bens penhorados, em virtude da execução de decisão condenatória, será feita por avaliador escolhido de comum acordo pelas partes, que perceberá as custas arbitradas pelo juiz ou presidente do tribunal trabalhista.

- (B) Não acordando as partes quanto à designação de avaliador, dentro de 8 (oito) dias após o despacho que o determinou a avaliação, será o avaliador designado livremente pelo juiz ou presidente do tribunal.
- (C) Os servidores da Justiça do Trabalho poderão ser escolhidos ou designados para servirem como avaliadores.
- (D) Ao apresentar Embargos à Execução, o devedor poderá arrolar testemunhas que, caso julgue necessário ouvi-las, o juiz marcará audiência para produção da prova, que deverá ocorrer dentro do prazo de 10 (dez) dias.
- (E) A execução poderá ser promovida por qualquer interessado ou *ex officio* pelo próprio juiz, presidente ou tribunal competente.

49. Lucas, residente na cidade de Nova Iguaçu (RJ), foi contratado na cidade de Petrópolis (RJ) pela empresa Brasa Quente para trabalhar como Gerente na cidade de Teresópolis (RJ). Observa-se que Duque de Caxias (RJ) é o domicílio eleitoral de Lucas, onde reside toda a sua família, sendo que, aos finais de semana, aproveita para visitá-los. Sabe-se, ainda, que a sede da empresa é na cidade de Barretos (SP) local onde Lucas recebeu todos os treinamentos para o exercício de sua função. Considerando a possibilidade de ingressar com uma ação trabalhista e valendo-se da regra geral prevista na Consolidação das Leis do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) Lucas deverá propor a ação na cidade de Petrópolis (RJ), pois a competência territorial é fixada pelo local onde foi realizada a contratação.
- (B) Lucas deverá propor a ação na cidade de São Paulo, pois a competência territorial é fixada pela capital do Estado no qual a matriz da empresa estiver localizada.
- (C) Lucas deverá propor a ação na cidade de Teresópolis (RJ), pois a competência territorial é fixada pelo local onde o empregado prestar serviços ao empregador.
- (D) Lucas deverá propor a ação na cidade de Duque de Caxias (RJ), pois a, competência territorial é fixada pelo domicílio eleitoral do empregado.
- (E) Lucas deverá propor a ação na cidade de Nova Iguaçu (RJ), pois a competência territorial é fixada pelo domicílio civil do empregador.

50. Os princípios estão situados no ordenamento jurídico cumprindo uma função integrativa de lacunas, partindo das leis para atingir as regras gerais que delas derivam. Com base nessa premissa, assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio da proteção, que busca conferir ao trabalhador uma equidade processual, subdivide-se em 3 (três) outros princípios: *in dubio pro societa*, da aplicação da norma mais favorável e da condição mais benéfica.
- (B) Segundo o princípio da primazia da realidade no Direito do Trabalho, predomina a verdade real em face da verdade formal, ou seja, predomina a verdade da forma em face da verdade dos fatos.
- (C) Em relação ao princípio da aplicação da norma mais favorável, a Teoria do Conglobamento defende que através da comparação das diversas regras sobre cada instituto ou matéria, respeitando-se o critério da especialização, deve ser buscada a norma mais favorável ao caso.
- (D) O princípio da inalterabilidade contratual veda a possibilidade de alterações no contrato de trabalho, lesivas ou benéficas ao trabalhador.
- (E) O princípio da vedação à redução salarial não sofre qualquer tipo de mitigação, não podendo Acordo Coletivo de Trabalho ou Convenção Coletiva de Trabalho dispor sobre redução salarial.

51. Tício, dezessete anos, brasileiro, casado e estudante, moveu ação judicial contra Mévio, síndico do condomínio edilício onde reside, com o intuito de exigir deste a prestação de contas do direcionamento dado ao capital mensal do condomínio diante de suspeita de gastos exorbitantes não comprovados. Diante do exposto, analise as alternativas a seguir e assinale a que se coaduna com a legislação civil e processual civil vigente.

- (A) Mévio não possui obrigação de prestar contas, tendo-se em vista que o síndico de condomínio edilício goza de liberalidade na destinação das verbas condominiais.
- (B) Tício não possui interesse de agir que baseie o ajuizamento de sua ação, tendo-se em vista que encontra-se com 17 anos, não podendo exercer os atos da vida civil por completo.
- (C) Diante de gastos exorbitantes não comprovados, Mévio é classificado como pródigo, sendo, por conseguinte, absolutamente incapaz, não podendo, portanto, constar no polo passivo da ação de exigir contas.
- (D) Em que pese Tício possuir dezessete anos, este se encontra casado, estando, portanto, apto à prática de todos os atos da vida civil, assim como ajuizar o procedimento judicial de exigir contas.
- (E) Diante do fato de Tício ser relativamente incapaz, é essencial sua participação na ação judicial por meio de representante legal.

52. William, maior e capaz, realizará com Denise um contrato de mandato, fornecendo ainda a esta uma procuração, sendo que ambos os documentos prestar-se-ão para que possa realizar a prática de todos os atos de sua vida civil, podendo representá-lo amplamente. Diante do exposto e de acordo com a legislação civil vigente, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Mesmo diante da inexistência de poderes expressos, poderá Denise realizar a prática de atos de alienação e hipoteca em relação aos bens de William, tendo-se em vista que o mandato e a procuração constam de forma ampla e genérica para a prática dos atos da vida civil.
- (B) Caso seja o mandato oneroso e William não realize o pagamento da contraprestação à Denise, poderá esta reter objetos utilizados

na realização dos serviços, o que poderá servir de pagamento daquilo que lhe é devido.

- (C) Caso o contrato de mandato seja omissivo em relação ao aspecto oneroso, poderá o contrato ser presumido como gratuito, exceto se o seu objeto corresponder ao daquele que o mandatário trata por ofício ou profissão lucrativa.
- (D) Caso Denise pratique atos que excedam os limites de seu contrato, tais atos serão tratados como ineficazes em relação àquele em cujo nome foram praticados.
- (E) Todas as pessoas capazes são aptas para dar procuração mediante instrumento particular, que valerá desde que tenha a assinatura do outorgante.

53. Os formandos de um determinado curso de ensino superior tiveram problemas em relação à contratação com a empresa de formatura que realizaria suas solenidades festivas. Ocorre que a empresa não realizou o evento na data contratada. A má prestação dos serviços da empresa de formatura acarretou ajuizamento de ação judicial por vinte dos formandos contra a empresa. Diante do exposto e considerando a legislação processual civil vigente, assinale a alternativa correta.

- (A) Caso o magistrado julgador do caso disposto no enunciado entenda que a quantidade de pessoas no polo ativo da ação pode prejudicar a rápida solução do litígio, poderá limitar o litisconsórcio.
- (B) Diante da inexistência de comunhão de direitos ou obrigações, no caso em tela o litisconsórcio não é permitido, devendo cada um dos litigantes manejar ação própria.
- (C) Tendo-se em vista que no caso exposto pelo enunciado ocorre apenas afinidade de questões por ponto comum de fato ou de direito, o litisconsórcio é necessário.
- (D) Intimado um dos litisconsortes, todos serão dados como intimados, independentemente de como regem-se suas representações em juízo, o que se justifica em razão da conexão de direitos que os une.
- (E) Ao realizar o juízo de admissibilidade da petição inicial, o juiz elegerá um litisconsorte como principal para gerir o andamento do processo, sendo que apenas este assim poderá fazê-lo.

54. Júlio maneja procedimento de execução contra Marco com base em título executivo extrajudicial contendo obrigação de pagamento de quantia. Marco perdeu o prazo para embargos à execução e deixou de realizar o cumprimento da obrigação a ele imputada. Diante do exposto e de acordo com os ditames da legislação processual civil, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Caso Marco aliene seu patrimônio a fim de impossibilitar o pagamento da obrigação, poderá incorrer em fraude à execução, o que poderá gerar a ineficácia da alienação em relação ao exequente Júlio.
- (B) As atitudes de Marco que dificultem a realização de penhora poderão ser classificadas como ato atentatório à dignidade da justiça, podendo acarretar em multa de até 20% (vinte por cento).
- (C) Caso Marco aliene seu patrimônio a fim de impossibilitar o pagamento da obrigação, poderá incorrer em fraude contra credores, o que poderá gerar a anulação da alienação com efeitos *erga omnes*.
- (D) Caso Marco houvesse manejado embargos à execução e obtido sucesso nesse procedimento com a declaração de inexistência da obrigação que deu ensejo à execução, Júlio teria a obrigação de ressarcir eventuais danos causados pelo procedimento executivo.
- (E) Tendo-se em vista que Marco não maneja embargos à execução, Júlio pode desistir de toda a execução, independentemente da concordância de Marco.

55. Referente à exceção de pré-executividade, também denominada objeção de pré-executividade, assinale a alternativa correta.

- (A) Tal método de defesa deve ser manejado no prazo dos embargos à execução em caso de processo de execução, ou no prazo da impugnação ao cumprimento de sentença no caso de cumprimento de sentença.
- (B) Esse instituto processual civil é uma modalidade de procedimento executivo que visa ao preparo do procedimento de execução principal, contendo aspectos de tutela cautelar.
- (C) Em que pese não reconhecida de maneira expressamente positivada, essa forma de manifestação é amplamente aceita em procedimentos executivos, principalmente em razão de ser considerado cabível como

matéria de discussão mormente as matérias classificadas como de ordem pública.

- (D) Trata-se de método constitucionalmente garantido, visando à ampla garantia do contraditório, até mesmo em casos de perda do prazo de embargos à execução.
- (E) Em sede de procedimento de execução, a prescrição não pode ser assunto tratado em exceção/objeção de pré-executividade, visto que a legislação processual civil reserva tal matéria para as defesas denominadas de embargos à execução ou impugnação ao cumprimento de sentença.

56. Em relação à tutela executiva, assinale a alternativa correta.

- (A) A execução deve propiciar ao exequente exatamente e apenas aquilo que ele obterá com o adimplemento voluntário, não podendo ser substituída a coisa em caso de deterioração.
- (B) A responsabilidade em sede de direito de superfície recai, em relação ao superficiário, tanto sobre o eventual bem imóvel que se encontra em sua posse quanto sobre os frutos de eventual atividade ali realizada.
- (C) Tendo-se em vista que os procedimentos de execução não preveem contestação, não se aplica sobre estes o princípio do contraditório e ampla defesa, principalmente em razão de a existência de título executivo esgotar qualquer matéria de defesa.
- (D) Independentemente da participação do fiador do título executivo extrajudicial na fase cognitiva do procedimento judicial, este poderá ser executado na fase de cumprimento de sentença.
- (E) O processo de execução de títulos extrajudiciais pode ser promovido contra o responsável titular do bem vinculado por garantia real ao pagamento do débito.

- 57. Diante do não cumprimento da obrigação, munido do mandado de penhora, poderá o oficial de justiça**
- (A) como primeiro ato de constrição a ser praticado penhorar os frutos ou rendimentos dos bens inalienáveis, tendo-se em vista respeitar a ordem de penhora prevista pela lei processual civil.
 - (B) penhorar os livros, as máquinas, as ferramentas, os utensílios, os instrumentos ou outros bens móveis necessários ou úteis ao exercício da profissão do executado, em caso de dívida trabalhista.
 - (C) realizar a penhora de bens suficientes para pagamento das custas processuais, mesmo que não abranjam o valor da dívida principal, tendo-se em vista a relevância do interesse público.
 - (D) realizar a busca de bens penhoráveis e, encontrando-os, lavrar auto ou termo limitando-se a ali constar a descrição dos bens penhorados, com as suas características, em razão do Princípio da Celeridade e Economia aplicado à execução.
 - (E) penhorar os bens necessários para pagamento do débito e a averbação do arresto ou da penhora no registro competente, sob pena de nulidade da penhora.
- 58. Celso é agente diplomático brasileiro e se encontra exercendo sua profissão em outro país. Em visita ao Brasil, envolveu-se em um imbróglio pessoal com Manuel, resultando deste um possível litígio, tendo posteriormente Celso retornado ao país onde exerce sua profissão. Em relação ao que dispõe o Código Civil de 2002 sobre o domicílio, assinale a alternativa correta.**
- (A) Diante da profissão exercida por Celso, apenas poderá ele ser demandado judicialmente no país onde exerce sua função, o que se justifica em razão de ser nesse país o seu domicílio.
 - (B) Considerando o imbróglio que versa o enunciado, em eventual ação judicial movida por Manuel, citado Celso no estrangeiro, diante de alegação de extraterritorialidade por este, sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, poderá ser demandado no Distrito Federal ou no último ponto do território brasileiro onde o teve.
 - (C) Tendo-se em vista a profissão exercida por Celso ser equiparada a da pessoa

denominada de marítimo, não é possível atribuir-lhe domicílio. Portanto eventual demanda judicial de interesse de Manuel contra Celso restará impossibilitada de ajuizamento.

- (D) Diante do interesse de Manuel em ajuizar ação em face de Celso, este deverá ser demandado essencialmente no Distrito Federal, por ser considerado este o local necessário de domicílio de funcionários públicos a serviço com atividade no exterior, sem exceções.
- (E) Caso Manuel pretenda acionar Celso judicialmente em razão do imbróglio, não será levado em conta a profissão exercida por Celso para que seja definido o possível domicílio onde possa este ser demandado, visto ser vedado pelo Código Civil a utilização das relações concernentes à profissão para definir o domicílio.

59. Assinale a alternativa correta envolvendo os temas Penhor, Anticrese e Hipoteca.

- (A) Dos temas descritos no enunciado, possuem natureza jurídica de Direitos Reais apenas a hipoteca e a anticrese, visto que a natureza jurídica do penhor é de Direito das Coisas, em razão de exercer-se apenas a posse por meio desse direito.
- (B) Anticrese é uma modalidade de título executivo extrajudicial, assim como a duplicata e a letra de câmbio.
- (C) De acordo com o Código Civil de 2002, o penhor pode recair apenas sobre bens móveis.
- (D) O penhor decorre essencialmente de determinação judicial.
- (E) Bens imóveis podem ser oferecidos como garantia em juízo, mas não em instrumentos particulares de contrato.

60. João proferiu ofensa pública direcionada a Carlos, valendo-se, para tanto, do uso de redes sociais para a propagação da informação. A ofensa ocorreu no dia 16 de abr. de 2015, sendo que Carlos moveu ação judicial contra João na data de 27 jun. 2018 com o intuito de ser indenizado pelas ofensas proferidas. Considerando os ditames da legislação civil, assinale a alternativa correta.

- (A) O pedido da ação de Carlos deve ser julgado improcedente, visto que ofensas proferidas por meio de redes sociais possuem irrelevância diante do uso banalizado desse meio de comunicação, não sendo, portanto, tutelado pela legislação civil.
- (B) A carga valorativa atribuída à ofensa pública gera a necessidade de reparação independentemente do meio utilizado para realizar a ofensa. Não sendo possível, entretanto, medir a extensão do ocorrido, o valor indenizatório deve ser fixado no mínimo positivado.
- (C) De acordo com as datas expostas, em que pese o direito encontrar-se prescrito, este ainda não decaiu, sendo correto o ajuizamento da ação e seu normal prosseguimento para discussão da indenização apenas em vias de tratamento decadencial, visto que a prescrição impede o direito de agir, mas não a pretensão indenizatória.
- (D) Não há o que se falar em prescrição em relação ao exposto no enunciado, tendo-se em vista que se aplica ao caso em tela o prazo prescricional quinquenário.
- (E) O direito tratado na ação encontra-se prescrito e, por tratar-se de matéria de ordem pública, pode a ação ser liminarmente rejeitada por meio de seu julgamento com análise do mérito e de ofício pelo magistrado.

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

